

Rui Stoco

Tratado de Responsabilidade Civil

- Introdução: O Código Civil Brasileiro de 2002 (o renascimento do Direito Civil) e o Código Civil Francês de 1804;
- Noções básicas sobre a responsabilidade civil. teoria da culpa;
- Causas de irresponsabilidade. Prescrição. Imprescritibilidade. Direito de regresso. Decadência e preclusão;
- Sujeitos da reparação civil;
- Efeitos do julgamento criminal na ação civil;
- Responsabilidade contratual. Responsabilidade extracontratual, inclusive no direito internacional privado;
- Transportes em geral: Transporte terrestre, ferroviário, marítimo, metroviário, de carga e aéreo (interno e internacional) e acidentes aéreos. Convenção de Montreal/2006.
- Código de Defesa do Consumidor. Responsabilidade civil nas relações de consumo. Responsabilidade pelo risco do desenvolvimento;
- Responsabilidade nas atividades profissionais, nucleares e atividades perigosas;
- Responsabilidade dos bancos, empresas e sociedades em geral, turismo e das empresas fabricantes de cigarros e tabagismo;
- Responsabilidade do Estado, das permissionárias e concessionárias de serviços públicos em geral e das concessionárias de rodovias. Licitação. A segurança pública. Atos judiciais, do MP e do Defensor Público. Erro judiciário; Demora na prestação jurisdicional; Leis inconstitucionais. Arbitragem no plano da responsabilidade civil do Estado.
- Responsabilidade do Estado por dano moral. Meios alternativos para o ressarcimento de danos pelo Estado. Responsabilidade do Estado por atos de terrorismo e atos de guerra;
- Responsabilidade por ato próprio e por ato ou fato de terceiro;
- Responsabilidade pelo fato da coisa inanimada ou pela guarda de animais;
- Responsabilidade nos esportes e torcidas organizadas, nas comunicações via Internet e no comércio eletrônico (*e-commerce*);
- O dano e sua liquidação;
- Código de Trânsito Brasileiro. Acidentes de trânsito, inclusive nos países do Mercosul;
- Justiça do trabalho. Acidentes do trabalho. Dano moral nas relações do trabalho;
- Dano moral. Direitos da personalidade. Direito à imagem. Direito autoral, intelectual, à honra, à intimidade e à privacidade;
- Assédio sexual, assédio moral e *bullying*;
- Seguros em geral. Meio ambiente, Lei de Direitos Autorais;
- Questões processuais, *Contempt of Court*, Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais, Criminais e da Fazenda Pública;
- Abuso do direito. Má-fé processual. Multa punitiva. Multa cominatória e perdas e danos no CPC;
- Responsabilidade decorrente das relações conjugais. Divórcio. Separação. União estável. Relação concubinária e Responsabilidade civil por abandono afetivo e por alienação parental;
- Questões processuais em geral;
- Marco Civil na Internet;
- Súmulas do STF e STJ, Súmulas Vinculantes do STF e Enunciados das "Jornadas de Direito Civil" (CJF/STJ);
- Bibliografia (genérica e temática) atualizada.

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Diretora Responsável

MARISA HARMS

Diretora de Operações de Conteúdo

JULIANA MAYUMI ONO

Editores: Cristiane Gonzalez Basile de Faria, Danielle Oliveira, Iviê A. M. Loureiro Gomes e Luciana Felix

Assistente Editorial: Karla Capelas

Coordenação Editorial

JULIANA DE CICCIO BIANCO

Analistas Editoriais: Amanda Queiroz de Oliveira, Danielle Rondon Castro de Moraes, Flávia Campos Marcelino Martines, George Silva Melo, Luara Coentro dos Santos e Rodrigo Domiciano de Oliveira

Analistas de Qualidade Editorial: Maria Angélica Leite, Samanta Fernandes Silva e Victor Bonifácio

Assistente Documental: Beatriz Biella Martins

Administrativo e Produção Gráfica

Coordenação

CAIO HENRIQUE ANDRADE

Analista Administrativo: Antonia Pereira

Assistente Administrativo: Francisca Lucélia Carvalho de Sena

Analista de Produção Gráfica: Rafael da Costa Brito

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Stoco, Rui.

Tratado de responsabilidade civil : doutrina e jurisprudência / Rui Stoco. – 10. ed. rev., atual. e reform. com acréscimo de acórdãos do STF e STJ. – São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2014.

Bibliografia.

ISBN 978-85-203-5636-4

1. Responsabilidade (Direito) – Brasil 2. Responsabilidade (Direito) – Jurisprudência – Brasil I. Título.

14-09948

CDU-347.51(81)(094.9)

Índices para catálogo sistemático: 1. Brasil : Jurisprudência : Responsabilidade civil : Direito civil 347.51(81)(094.9) 2. Jurisprudência : Responsabilidade civil : Brasil : Direito civil 347.51(81)(094.9)

ÍNDICE SISTEMÁTICO

Sobre o Autor	9
Prefácio à 10. ^a Edição	13
Prefácio à 9. ^a Edição	17
Prefácio à 8. ^a Edição	23
Prefácio à 7. ^a edição	27
Prefácio à 6. ^a edição	31
Prefácio à 5. ^a edição e breves comentários ao projeto de Código Civil	33
Prefácio à 4. ^a edição	39
Prefácio à 3. ^a edição	43
Prefácio à 2. ^a edição	45
Prefácio à 1. ^a edição	47
Apresentação à 1. ^a edição – CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO	51
Resumo Geral	53
Tábua de Abreviaturas	143
Introdução	149

TÍTULO I Noções básicas sobre

Capítulo I

A RESPONSABILIDADE E A OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR

1.00 – CONTEÚDO, NOÇÃO E DEFINIÇÃO DA RESPONSABILIDADE	178
1.01 – Conceito de responsabilidade	178
1.02 – Responsabilidade, imputabilidade e o conceito de ato ilícito	180
1.03 – Responsabilidade e o <i>neminem laedere</i> : as cláusulas gerais	181
1.04 – Responsabilidade e “obrigação”; ato jurídico e ato ilícito	183
1.05 – O termo “responsabilidade” e suas significações	183
1.06 – Responsabilidade complexa	185
1.07 – Princípio da precaução e a evolução da responsabilidade civil	185
2.00 – MECANISMOS DA RESPONSABILIDADE	186
3.00 – RESPONSABILIDADE JURÍDICA E RESPONSABILIDADE MORAL	186
4.00 – RESPONSABILIDADE CIVIL E RESPONSABILIDADE PENAL	187
5.00 – ATOS JURÍDICOS, ATOS ILÍCITOS, ABUSO DO DIREITO NO CÓDIGO CIVIL DE 2002 E O ILÍCITO COMO FATO GERADOR DE RESPONSABILIDADE	189
5.01 – Atos jurídicos	189
5.02 – Atos ilícitos e o equívoco conceitual do Código Civil	190
5.03 – Abuso do direito como fundamento da obrigação de indenizar (art. 187 do CC) ..	192

5.04 – O ilícito como fato gerador da responsabilidade	199
6.00 – RESPONSABILIDADE E DANO	200
7.00 – RESPONSABILIDADE CIVIL E ATIVIDADE HUMANA.....	202
8.00 – AÇÃO E OMISSÃO (CONDUTA HUMANA)	202
9.00 – CULPA.....	203
9.01 – Definição e conceito.....	203
9.02 – Dolo e culpa	207
9.03 – Modalidades da culpa	208
9.04 – Responsabilidade contratual – Responsabilidade extracontratual – Culpa con- tratual e culpa extracontratual	215
9.05 – Culpa concorrente ou concorrência de culpas (art. 945 do CC/2002)	219
9.06 – Culpa grave, leve e levíssima (graus da culpa)	222
9.07 – Prova da culpa	224
9.08 – Prova do dano.....	225
9.09 – Conduta do agente.....	225
9.10 – Culpa próxima, culpa remota e culpa preexistente.....	225
10.00 – DOLO	226
10.01 – Conceito e modalidades.....	226
10.02 – Dolo bilateral.....	226
10.03 – Dolo como defeito do negócio jurídico (art. 149 do CC/2002).....	227
11.00 – NEXO DE CAUSALIDADE	227
11.01 – Nexo causal.....	227
11.02 – Concausas	232
11.03 – Fato de terceiro	233
11.04 – Ausência de nexo causal na responsabilidade médica.....	233
11.05 – Omissão do Estado (<i>faute du service</i>) e nexo de causalidade	234
11.06 – Inexistência de nexo entre o momento da conduta do agente e o resultado.....	234
12.00 – RESPONSABILIDADE OBJETIVA	234
12.01 – A teoria da culpa presumida como antecedente histórico da responsabilidade objetiva.....	234
12.02 – A responsabilidade subjetiva e a teoria do risco	236
12.03 – A responsabilidade objetiva do art. 927, parágrafo único, do CC.	238
12.04 – Responsabilidade civil objetiva e teorias que a informam.....	238
13.00 – RESPONSABILIDADE DAS PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO.....	244
13.01 – Da irresponsabilidade à responsabilidade subjetiva das pessoas jurídicas.....	244
13.02 – Princípios da responsabilidade das pessoas jurídicas (responsabilidade por ato de seus órgãos e administradores e de seus prepostos).....	245
13.03 – O caráter restritivo do CC na previsão da responsabilidade das pessoas jurídicas de direito privado, prestadoras de serviços públicos (art. 43 do CC)	246
13.04 – A insuficiência do CC quanto à responsabilidade das pessoas jurídicas de direito privado em geral e dos profissionais liberais.....	246
13.05 – Responsabilidade das empresas e dos empresários individuais segundo o art. 931 do CC e o CDC.....	246
13.06 – Desconsideração da personalidade jurídica (<i>disregard doctrine</i>)	249
13.07 – Responsabilidade penal da pessoa jurídica	249

13.08 – Assalto a estabelecimento comercial. Cliente lesionado por disparo de arma de fogo	250
14.00 – RESPONSABILIDADE CIVIL PELA PRÁTICA DE ATOS LÍCITOS	251
15.00 – RESPONSABILIDADE CIVIL E A TEORIA DO RESULTADO (OBRIGAÇÃO DE “MEIOS” E OBRIGAÇÃO DE “RESULTADO”).....	252
16.00 – OS CHAMADOS “FATORES DE ATRIBUIÇÃO” NA RESPONSABILIDADE POR DANOS	255
17.00 – OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR NO CÓDIGO CIVIL.....	256
17.01 – Nascimento da obrigação de indenizar (art. 927, <i>caput</i> , do CC)	256
17.02 – Responsabilidade objetiva prevista no art. 927, parágrafo único, do CC.	257
17.03 – Atividades perigosas – Conceito e hipóteses	262
17.04 – Pagamento da indenização de uma só vez (pensão mensal em razão de lesão incapacitante).....	265
18.00 – ATIVIDADES PERIGOSAS GERADORAS DE RISCO PARA OS DIREITOS DE OUTREM (CC, ART. 927, PARÁGRAFO ÚNICO)	265
19.00 – RESPONSABILIDADE CONTRATUAL E EXTRA CONTRATUAL.....	265
19.00A – RESPONSABILIDADE PRÉ-CONTRATUAL	265
19.01A – Rompimento unilateral da negociação, sem a devolução das quantias adiantadas.....	265
19.02A – Ruptura das tratativas, sem motivo justificável, antes do contrato ser celebrado ...	265
20.00 – RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL NO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO	266
20.01 – Instrumentos internacionais bilaterais subscritos pelo Brasil	266
21.00 – RESPONSABILIDADE CIVIL E A TEORIA DA PERDA DE UMA CHANCE	266
22.00 – EQUIDADE.....	270

Capítulo II

CAUSAS DE IRRESPONSABILIDADE

1.00 – CASO FORTUITO E FORÇA MAIOR	273
1.01 – Acidente com veículo dirigido por aquele que o furtou: caso fortuito com relação ao proprietário	274
1.02 – Anormalidade mecânica (defeito) em veículo automotor	275
1.03 – Assalto (roubo mediante grave ameaça ou violência à pessoa).....	275
1.04 – Causas excludentes da responsabilidade no transporte a título oneroso	275
1.05 – Conceito, definição e alcance do caso fortuito	275
1.06 – Descarga elétrica provocada pela natureza (“raio”) causadora de dano	276
1.07 – Imprevisibilidade e inevitabilidade do fenômeno fático como caracterizadores do caso fortuito	276
1.08 – Mal súbito sofrido pelo motorista ao dirigir veículo automotor	276
1.09 – Morte por eletrocussão: caso fortuito	276
1.10 – Previsibilidade e evitabilidade do fenômeno fático como descaracterizadores do caso fortuito	277
1.11 – Prova do caso fortuito.....	277
1.12 – Responsabilidade do depositário na hipótese de caso fortuito	277

1.13 – Responsabilidade do arrendatário na hipótese de caso fortuito (incêndio)	277
1.14 – No Código de Defesa do Consumidor (relações de consumo).....	277
1.15 – Em acidente de trânsito	277
1.16 – Veículo atingido pelas águas da chuva, com perda total, Pretensão da seguradora à indenização em ação regressiva	278
2.00 – CLÁUSULA DE NÃO INDENIZAR.....	278
3.00 – CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA	279
4.00 – ERRO.....	280
5.00 – ESTADO DE NECESSIDADE	281
6.00 – ESTRITO CUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL	284
7.00 – EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO	284
7.01 – Generalidades	284
7.02 – “Offendicula”	285
8.00 – FATO DE TERCEIRO.....	286
8.01 – O fato de terceiro não exclui a responsabilidade do causador direto do dano	290
8.02 – O fato de terceiro não exclui a responsabilidade, mas dele se origina direito de regresso	291
8.03 – O fato de terceiro afasta a responsabilidade do causador direto do dano quando exclui a liberdade de ação deste, equiparando-se ao caso fortuito	291
8.04 – O fato de terceiro poderá afastar a responsabilidade do autor mediato do dano quando a culpa daquele excluir a culpa deste e surgir como causa exclusiva ou predominante	291
8.05 – Fato de terceiro nos transportes em geral.....	292
8.06 – Fato de terceiro no transporte aéreo.....	293
8.07 – Fato de terceiro no transporte ferroviário.....	293
8.08 – Fato de terceiro no transporte rodoviário.....	295
8.09 – Fato de terceiro no transporte metroviário	297
8.10 – Fato de terceiro no transporte de mercadorias	297
9.00 – LEGÍTIMA DEFESA.....	298
9.01 – <i>Aberratio ictus</i> na legítima defesa	299
9.02 – Ato de agente público – Responsabilidade do Estado	299
9.03 – Excesso na legítima defesa.....	300
9.04 – Legítima defesa putativa	300
9.05 – O ato praticado em legítima defesa real isenta o autor de responsabilidade	300
9.06 – O ato praticado em legítima defesa real não isenta o autor de responsabilidade quando lesiona terceiro.....	301
10.00 – PRESCRIÇÃO, DECADÊNCIA E PRECLUSÃO	301
10.01 – Ato ilícito.....	306
10.02 – Da ação de regresso da seguradora contra o causador do dano.....	306
10.03 – Da ação regressiva em geral	307
10.04 – Defeitos de construção – Garantia da solidez e segurança da obra (CC/2002, art. 618)	307
10.05 – Poder Público (Fazenda Pública) e pessoas jurídicas de direito privado, prestadoras de serviços públicos.....	307

10.06 – Prescrição na hipótese de fato que deva ser apurado no juízo criminal – Trânsito em julgado da sentença criminal como marco inicial (art. 200 do CC/2002)	311
10.07 – Sociedades de economia mista, empresas públicas, autarquias e outras pessoas jurídicas de direito privado, prestadoras de serviços públicos	314
10.08 – Transporte ferroviário	315
10.09 – Transporte marítimo	315
10.10 – Transporte rodoviário	316
10.11 – Vintenária no Código Civil de 1916 (caráter pessoal da ação de reparação)	316
10.12 – Violação, ofensa ou dano à propriedade	317
10.13 – Violação ao nome comercial	317
10.14 – Concessionárias e permissionárias de serviço público	317
10.15 – Na desapropriação indireta	318
10.16 – No Código de Defesa do Consumidor	319
10.17 – Quinquenal nos pedidos de pensão mensal	320
10.18 – Seguro	320
10.19 – Nas leis especiais em geral	320
10.20 – Prescrição apenas das prestações, não atingindo o fundo de direito	320
10.21 – Termo inicial	320
10.22 – No dano moral	321
10.23 – Na ação de acidente do trabalho fundada no direito comum	321
10.24 – Mercadoria depositada em entreposto aduaneiro	322
10.25 – Transporte aéreo	322
10.26 – Na ação de responsabilidade civil contra o administrador de sociedade anônima	322
10.27 – Dano irreversível causado por erro médico	323
10.28 – Empresas concessionárias de distribuição de energia elétrica	324
10.29 – Na ação de reparação de dano contra sociedade de economia mista	324
10.30 – Decadência na ação de reparação de danos prevista no art. 33 da Lei 8.245/1991 (Lei do Inquilinato)	324
10.31 – Direito autoral	324
10.32 – Redução do prazo prescricional na pretensão de reparação civil (art. 206, § 3º, V, do CC/2002) e a regra do art. 2.028 do mesmo Código	324
10.33 – Ação de dano material ou moral proposta na Justiça do Trabalho	326
10.34 – Prisão e tortura por motivos políticos	328
10.35 – Restituição de Imposto sobre a Renda sobre verbas de caráter indenizatório	328
10.36 – Contagem do prazo somente a partir do óbito, na hipótese de pretensão de dano moral decorrente do falecimento de ente querido	328
10.37 – Tabagismo. Pretensão de reparação dos herdeiros do fumante falecido	329
10.38 – Termo inicial nos casos de morte de pessoa da família por atropelamento (data do óbito e não da data do acidente)	329
10.39 – Termo inicial do prazo para pleitear indenização decorrente do uso de marca industrial que imite outra preexistente	329
10.40 – Armazéns Gerais	329
10.41 – Prazo prescricional aplicável à pretensão de obter reparação de danos decorrentes da não renovação de seguro de vida, após vários anos de renovação automática	329
10.42 – Termo inicial da prescrição na hipótese de danos morais ou materiais decorrentes do falecimento de ente querido	330

10.43 – Nas ações de indenização por abandono afetivo.....	330
10.44 – Nos acidentes de trânsito.....	330
11.00 – RENÚNCIA DA VÍTIMA À INDENIZAÇÃO E CONSENTIMENTO DO OFEN- DIDO	330
12.00 – CAUSAS EXCLUDENTES DA CULPABILIDADE CRIMINAL	331
13.00 – INEXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA	332
13.01 – Situação em que o agente tem que fazer opção de custo/benefício, evitando o mal maior	332

Capítulo III

SUJEITOS DA REPARAÇÃO CIVIL

1.00 – SUJEITO ATIVO DA AÇÃO DE INDENIZAÇÃO	335
1.01 – Vítima.....	336
1.01A – Arrendatário no contrato de <i>leasing</i> (arrendamento mercantil).....	338
1.02 – Ascendentes e descendentes	338
1.03 – Beneficiários da vítima	338
1.04 – Comodatário.....	338
1.05 – Concubinos, companheiros, conviventes em união estável e parceiros homos- sexuais em união homoafetiva.....	338
1.06 – Condomínio	342
1.07 – Condômino	342
1.08 – Cônjuges (marido e mulher)	342
1.09 – Espólio.....	343
1.10 – Filhos.....	344
1.11 – Herdeiros.....	344
1.12 – Na reparação do dano moral	344
1.13 – Irmãos	346
1.14 – Locatário	346
1.15 – Pais.....	346
1.16 – Pessoas jurídicas	347
1.17 – Qualquer pessoa prejudicada.....	347
1.18 – Vítima.....	348
1.19 – Coletividade (art. 81 do CDC).....	348
1.20 – Companhia de saneamento ambiental.....	348
1.21 – Empresa jornalística	348
1.22 – Ministério Público (na ação civil <i>ex delicto</i>)	348
1.23 – Ministério Público na ação de indenização por acidente no trabalho	357
1.24 – Ação proposta por ex-sócios de empresa dissolvida, em nome desta	357
1.25 – Na ação visando indenização por dano moral	357
1.26 – Mãe de criação	357
1.27 – Sócios de empresa	357
1.28 – Empregador	357
1.29 – Nascituro.....	357
1.30 – Na concorrência desleal	358

1.31 – Avô.....	358
1.32 – Acionistas de sociedade anônima.....	358
1.33 – Noiva ou noivo da vítima falecida.....	358
1.34 – Irmã de criação.....	358
1.35 – Terceiro beneficiário de seguro.....	358
1.36 – Sociedades anônimas.....	358
1.37 – Casas lotéricas.....	358
1.38 – Pessoa jurídica de direito público (pretensão à reparação de dano moral).....	358
2.00 – SUJEITO PASSIVO DA AÇÃO DE INDENIZAÇÃO.....	358
2.01 – Câmara Municipal.....	359
2.02 – Locadora de veículo de passageiros (táxi).....	359
2.03 – Magistrado (Juiz de Direito, Desembargador, Ministro).....	359
2.04 – Menor de idade e “amental” (incapazes em geral).....	360
2.05 – Na alienação fiduciária.....	360
2.06 – No arrendamento mercantil (<i>leasing</i>).....	360
2.07 – Empresa jornalística.....	361
2.08 – País.....	361
2.09 – Cartório de Registros Públicos (serventias extrajudiciais).....	362
2.10 – Espólio, na ação movida pela companheira.....	362
2.11 – No Código de Defesa do Consumidor.....	362
2.12 – Consórcio.....	362
2.13 – No acidente do trabalho.....	363
2.14 – No seguro de vida em grupo.....	363
2.15 – Herdeiros ou sucessores do causador do dano.....	363
2.16 – Tomador de serviços (fornecimento de mão de obra ao verdadeiro empregador)..	363
2.17 – Esposa por ato do marido e vice-versa.....	363
2.18 – Terceiro que concorreu para a inscrição indevida no SPC ou Serasa.....	364
2.19 – Fabricante de produtos (aplicação do Código de Defesa do Consumidor).....	364
2.20 – Cooperativa de médicos.....	364
2.21 – Grupo econômico.....	364
2.22 – Caixa Econômica Federal (roubo a cliente-jogador no interior de casa lotérica) ...	364
2.23 – Seguradora. Seguro facultativo de responsabilidade civil. Legitimidade para figurar no polo passivo em litisconsórcio com o segurado.....	364
2.24 – Ajuizamento de ação do terceiro prejudicado direta e exclusivamente em face da seguradora.....	364
2.25 – Casas lotéricas.....	365
3.00 – SOLIDARIEDADE ATIVA.....	365
4.00 – SOLIDARIEDADE PASSIVA (ART. 942 DO CC/2002).....	365
4.01 – Coautores do dano.....	368
4.02 – Contrato de arrendamento (<i>leasing</i>).....	368
4.03 – Construtor e seu preposto (engenheiro).....	368
4.04 – Direito de escolha do credor.....	368
4.05 – Incorporador e construtor.....	369
4.06 – Marido e mulher.....	369
4.07 – Motorista culpado e proprietário do veículo acidentado.....	369

4.08 – Na responsabilidade concorrente.....	370
4.09 – Réus condenados no âmbito criminal.....	370
4.10 – Seguradora e proprietário do veículo.....	370
4.11 – Transação com um dos devedores solidários.....	370
4.12 – Entre empreitante e empreitado.....	370
4.13 – Entre o construtor e o agente financeiro que financiou a obra.....	370
4.14 – Entre empresas na agressão ao meio ambiente.....	370
4.15 – Entre o hospital e o médico.....	370
4.16 – No Código de Defesa do Consumidor.....	371
4.17 – Entre autarquia e a Fazenda Pública.....	371
4.18 – No contrato de transporte.....	371
5.00 – TRANSMISSIBILIDADE DA AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL E POR DANO MORAL (ART. 943 DO CC/2002).....	371
5.01 – Transmissibilidade da ação visando o dano material.....	374
5.02 – Transmissibilidade da ação visando o dano moral.....	375
6.00 – TRANSMISSIBILIDADE DA OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR (ART. 943 DO CC/2002).....	376
7.00 – DIREITO DE REGRESSO.....	377
8.00 – DEPENDÊNCIA ECONÔMICA: CONCEITO.....	380

Capítulo IV

EFEITOS DO JULGAMENTO CRIMINAL SOBRE A AÇÃO CIVIL

1.00 – HIPÓTESES EM QUE A SENTENÇA PENAL FAZ COISA JULGADA NO JUÍZO CÍVEL (ARTS. 935 DO CC/2002 E 66 DO CPP).....	382
1.01 – Condenação no juízo criminal.....	388
1.02 – Negativa categórica do fato ou da autoria.....	388
1.03 – Reconhecimento do estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento de dever legal ou do exercício regular de direito.....	389
1.04 – Reconhecimento do fato e da autoria.....	389
1.05 – Condenação criminal por delito funcional: automático reconhecimento da culpa civil.....	390
1.06 – Absolvição criminal com base na legítima defesa.....	390
1.07 – Absolvição criminal em razão do reconhecimento da inimputabilidade do réu ...	390
1.08 – Absolvição do réu na esfera penal, em sede de revisão criminal.....	390
1.09 – Reconhecimento da culpa concorrente da vítima.....	390
1.10 – Reconhecimento de culpa exclusiva da vítima em acidente de trânsito.....	390
2.00 – HIPÓTESES EM QUE A SENTENÇA PENAL NÃO FAZ COISA JULGADA NO JUÍZO CÍVEL.....	390
2.01 – Absolvição por insuficiência de provas.....	391
2.02 – Absolvição no juízo criminal.....	392
2.03 – Arquivamento do inquérito policial.....	392
2.04 – Ausência de culpabilidade.....	392
2.05 – Declaração de inocência no juízo criminal.....	393
2.06 – Declaração de prescrição no juízo criminal.....	393
2.07 – Falta de reconhecimento categórico do fato ou da autoria.....	393

2.08 – Reconhecimento da legítima defesa putativa	393
2.09 – Retratação no juízo criminal.....	393
2.10 – Prescrição da pretensão punitiva declarada no âmbito criminal.....	393
2.11 – Advento de sentença condenatória no crime, com início de execução do título executivo (sentença penal condenatória) que se formou, na pendência da ação civil de conhecimento antes ajuizada	393
2.12 – Ausência de comprovação do nexo de causalidade entre a conduta e o resultado danoso.....	394
2.13 – Absolvição do réu pelo Tribunal do Júri sem afastar a materialidade do fato	394
2.14 – Absolvição do réu pelo Tribunal do Júri por negativa de autoria	394
2.15 – Responsável civil pelos danos que não fez parte da relação jurídico-processual ..	394
2.16 – Ausência do trânsito em julgado da sentença penal.....	394
3.00 – INDEPENDÊNCIA DAS JURISDIÇÕES PENAL, ADMINISTRATIVA E CIVIL (ART. 935 DO CC/2002).....	395
4.00 – SENTENÇA CRIMINAL CONDENATÓRIA COMO TÍTULO EXECUTIVO (PROCESSAMENTO DA AÇÃO DE EXECUÇÃO)	396
4.01 – Valor mínimo da reparação civil do dano fixado na sentença penal condenatória	397
5.00 – SUSPENSÃO DA AÇÃO CIVIL PARA AGUARDAR O JULGAMENTO DA AÇÃO PENAL	399
5.01 – Inadmissibilidade de suspensão da ação civil de reparação para aguardar o desfecho da ação penal	400
5.02 – Admissibilidade de suspensão da ação civil de reparação para aguardar o desfecho da ação penal	401
5.03 – Exigência de justificação para a suspensão da ação civil	401
5.04 – Faculdade do juiz para suspender, ou não, a ação civil, até o julgamento da ação penal	401
5.05 – Suspensão da ação civil apenas quando esteja sendo questionada a existência do fato ou quem seja o seu autor	401
5.06 – Possibilidade da ação civil de reparação ser proposta antes do desfecho da ação penal	401
5.07 – Alegação de legítima defesa na ação penal que não justifica a suspensão do processo cível	401
5.08 – Inadmissibilidade de o juízo cível exigir o trânsito em julgado da sentença penal para o lesado propor a ação civil de conhecimento visando obter reparação	401
6.00 – REPERCUSSÃO DA SENTENÇA CIVIL NA JURISDIÇÃO PENAL (QUESTÃO PREJUDICIAL).....	402
7.00 – CLASSIFICAÇÃO LEGAL DO CRIME NA SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA QUE NÃO VINCULA O JUÍZO CÍVEL.....	403

TÍTULO II

Responsabilidade contratual

Capítulo V

RESPONSABILIDADE CIVIL DECORRENTE DOS TRANSPORTES

1.00 – RESPONSABILIDADE DO TRANSPORTADOR EM GERAL	410
1.01 – Introdução: o nascimento dos transportes e a crise legislativa	410

1.02 – Planos e aspectos em que surge a responsabilidade do transportador no contrato de transporte.....	413
1.03 – O contrato de transporte.....	413
1.04 – O transporte no Código Civil de 2002 e sua interação com a legislação específica em vigor (questões relativas ao conflito de normas e à legislação aplicável).....	415
1.05 – Responsabilidade civil nos transportes: objetiva ou subjetiva? (art. 734 do CC/2002).....	418
1.06 – Transporte cumulativo e transporte sucessivo.....	422
1.07 – A obrigação contratual de transportar e a incidência de cláusulas gerais do Código Civil.....	424
1.08 – Concessionárias ou permissionárias de serviço público de transporte: alcance da responsabilidade objetiva a que se refere o art. 37, § 6º, da CF (limitação da responsabilidade objetiva apenas aos usuários do serviço).....	425
2.00 – CAUSAS EXCLUDENTES DA RESPONSABILIDADE DO TRANSPORTADOR EM GERAL.....	428
2.01 – Caso fortuito e força maior.....	433
2.02 – As hipóteses de caso fortuito e de força maior não excluem a responsabilidade objetiva do transportador.....	433
2.03 – Exigência de imprevisibilidade e irresistibilidade para a exclusão da responsabilidade.....	434
2.04 – Falha mecânica na aeronave.....	434
2.05 – Avaria em turbina de avião, provocada pela sucção de aves durante o voo.....	434
2.06 – Necessidade de manutenção da aeronave.....	434
2.07 – Pane no radar da aeronave.....	434
2.08 – Tempestade durante a viagem marítima.....	434
2.09 – Arremesso de pedra de fora da composição férrea, lesionando passageiro em seu interior.....	434
2.10 – Assalto no interior de ônibus coletivo: exclusão da responsabilidade do transportador.....	434
2.11 – Assalto no interior de ônibus coletivo: não exclusão da responsabilidade do transportador.....	435
2.12 – Assalto e morte de passageiro.....	435
2.13 – Passageira estuprada em ônibus coletivo durante assalto.....	436
2.14 – Furto ou roubo da carga transportada.....	436
2.15 – Assalto à mão armada e roubo das mercadorias transportadas: exclusão da responsabilidade do transportador.....	436
2.16 – Assalto à mão armada e roubo das mercadorias transportadas: não exclusão da responsabilidade do transportador.....	436
2.17 – Deficiência da embalagem da carga.....	436
2.18 – Culpa exclusiva da vítima.....	437
2.19 – Fato de terceiro.....	437
3.00 – CLÁUSULA CONTRATUAL DE INCOLUMIDADE.....	438
4.00 – CLÁUSULA DE NÃO INDENIZAR EM CONTRATO DE TRANSPORTE.....	438
5.00 – CLÁUSULA LIMITATIVA OU RESTRITIVA DO VALOR DA INDENIZAÇÃO.....	439
6.00 – CONTRATO DE ADESÃO.....	440

7.00 – CULPA CONCORRENTE DA VÍTIMA OU SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A OCORRÊNCIA DO DANO (CC/2002, ART. 738, PARÁGRAFO ÚNICO).....	443
8.00 – FATO DE TERCEIRO	444
8.00 A – DESPESAS DE ARMAZENAGEM.....	444
8.01 A – Retenção da mercadoria para vistoria alfandegária	444
9.00 – QUESTÕES COMUNS AO TRANSPORTE AÉREO EM GERAL	445
9.01 – Caso fortuito, força maior e outras causas excludentes da responsabilidade.....	448
9.02 – Foro competente para a ação de indenização no transporte aéreo interno e internacional	448
9.03 – Contrato de transporte aéreo – Obrigação de resultado	448
9.04 – Código de Defesa do Consumidor – Aplicabilidade ou inaplicabilidade.....	448
9.05 – Colisão de aeronaves	451
9.06 – Condições climáticas desfavoráveis (tempestade)	451
9.07 – Conhecimento Aéreo de Transporte – Presunção de veracidade.....	451
9.08 – Culpa concorrente	453
9.09 – Danos causados por aeronave no solo e com motores desligados	453
9.10 – Diferença entre carga (mercadoria) e bagagem	453
9.11 – Fato de terceiro	454
9.12 – Furto a bordo de aeronave estacionada.....	454
9.13 – Ingresso de pedestre na pista de pouso.....	455
9.14 – Morte de piloto	455
9.15 – Pane na aeronave	455
9.16 – Prescrição e decadência.....	455
9.17 – Reserva de voo sem aquisição de passagem	458
9.18 – Responsabilidade do construtor aeronáutico (fabricante de aeronaves ou de peças defeituosas) e das entidades de infraestrutura aeronáutica (Infraero e Departamento de Aviação Civil)	458
9.19 – Responsabilidade por acidente aéreo ocorrido com empregado.....	458
9.20 – Seguro: sub-rogação da seguradora no direito do segurado	458
9.21 – Transporte sucessivo ou cumulativo – Responsabilidade solidária	459
9.22 – Roubo da carga transportada	459
9.23 – Responsabilidade da empresa privada, concessionária ou permissionária de serviço público de transporte.....	459
9.24 – Responsabilidade do Poder Público Municipal: Autorização para pouso e decolagem de aeronave em estrada e via de acesso, que fazia voos panorâmicos em cidade do interior	460
9.25 – Responsabilidade da pessoa jurídica que administra o aeroporto	460
9.26 – Responsabilidade da União perante terceiros em terra (Responsabilidade do Estado por atos de terrorismo e atos de guerra)	460
9.27 – Responsabilidade solidária entre transportadores.....	462
9.28 – Responsabilidade da União: aeronave cedida a aeroclube privado.....	462
9.29 – Seguro: contratação e recebimento que não afastam a obrigação de indenizar pelo direito comum.....	462
9.00 A – ACIDENTE AÉREO (QUESTÕES DIVERSAS CONSOLIDADAS)	462

9.01 A – Responsabilidade objetiva do transportador aéreo à luz da legislação em vigor: prevalência da Constituição Federal de 1988, do Código Civil, do Código Brasileiro de Aeronáutica e da Convenção de Montreal.....	463
9.02 A – A impossibilidade material e jurídica de aplicar os limites de indenização por dano material, previstos no Código Brasileiro de Aeronáutica	467
9.03 A – A adoção, pela Convenção de Montreal, do princípio da reparação limitada ou mitigada no transporte aéreo internacional	471
9.04 A – Responsabilidade do construtor aeronáutico (fabricante)	472
9.05 A – Responsabilidade dos operadores e controladores de voo	473
9.06 A – Responsabilidade das entidades de infraestrutura aeronáutica (administração dos aeroportos)	474
9.07 A – Excludentes da responsabilidade no transporte aéreo.....	476
9.08 A – Defeitos ou falhas mecânicas na aeronave	477
9.09 A – Abaloamento durante o voo (colisão)	478
9.10 A – Acidente com aeronave no solo e com motores desligados: ocorrência de danos.	478
9.11 A – Acidente com aeronave durante o voo: colisão com morro	478
9.12 A – Acidente aéreo com aluno em curso para formação de pilotos	479
9.13 A – Hipóteses de exclusão do limite de indenização no transporte aéreo interno e internacional	479
9.14 A – Indenização no acidente aéreo, nos casos de morte ou lesões corporais	482
9.15 A – Cumulação do seguro e da indenização nos acidentes aéreos	483
9.16 A – Responsabilidade subjetiva do comandante e do piloto da aeronave nos acidentes aéreos	484
9.17 A – Responsabilidade solidária do operador/explorador de transporte aéreo e do proprietário da aeronave no acidente aéreo	484
9.18 A – Responsabilidade contratual da empresa tomadora do frete (afretadora) perante as vítimas transportadas.....	484
9.19 A – Aeronave cedida gratuitamente pela União a aeroclube privado, para treinamento de pilotos	485
9.20 A – Denúnciação da lide da empresa aérea contratada e proprietária da aeronave pela empresa afretadora do serviço de transporte. Acidente aéreo	485
9.21 A – Transação (acordo de vontades). Acidente aéreo	485
9.22 A – Fato de terceiro no acidente aéreo	485
9.23 A – Responsabilidade do Estado. Acidente aéreo com prestador de serviços ao Estado, ao qual pertencia a aeronave	486
9.24 A – Aplicação de lei superveniente em grau de recurso, após a prolação de sentença, em causa versando acidente aéreo	486
9.25 A – Direitos Especiais de Saque – DES como medida de valor para a fixação da indenização por dano material no acidente aéreo internacional.....	486
9.26 A – Tutela antecipada no acidente aéreo.....	487
9.27 A – O dano moral no acidente aéreo	488
9.28 A – A reparação nos acidentes aéreos e os <i>punitive damages</i>	488
9.29 A – Responsabilidade do aeroclube em acidente ocasionado pelo uso indevido de aeronave cedida pela União	488
9.30 A – Queda de aeronave na rua lesionando moradores em terra. Vítimas consideradas consumidores por equiparação	488
10.00 – TRANSPORTE AÉREO INTERNO	489

10.01 – Adiamento do voo.....	490
10.02 – Alcance ou abrangência da obrigação de incolumidade (garantia no ar e em terra).....	491
10.03 – Aplicação do Direito comum	491
10.04 – Atraso na entrega da mercadoria (carga)	492
10.05 – Atraso no voo.....	492
10.06 – Avaria, perda ou destruição de carga ou bagagem.....	495
10.07 – Bilhete de embarque – Validade de suas cláusulas.....	496
10.08 – Cancelamento, adiamento, antecipação, atraso no voo, não cumprimento da reserva feita pelo passageiro (<i>overbooking</i>) e não comparecimento para embarque (<i>no show</i>).....	497
10.09 – Colisão de aeronave com morro	503
10.10 – Culpa do transportador aéreo como pressuposto da responsabilidade	503
10.11 – Culpa presumida do transportador aéreo	503
10.12 – Curso de pilotagem – Acidente aéreo com aluno.....	503
10.13 – Dano moral	503
10.14 – Dolo e culpa grave como excludentes do limite de indenização (art. 248 do CBA).....	504
10.15 – Extravio de bagagem	504
10.16 – Extravio de mercadoria ou carga.....	505
10.17 – Manobra perigosa realizada por piloto de aeronave	506
10.18 – Morte de passageiro ou lesão corporal.....	506
10.19 – Necessidade de manutenção na aeronave	506
10.20 – Pouso forçado de aeronave.....	506
10.21 – Responsabilidade limitada do Código Brasileiro de Aeronáutica (limitação do valor da indenização).....	507
10.22 – Responsabilidade objetiva do transportador.....	507
10.23 – Transporte de cortesia ou gratuito	508
10.24 – Valores e critérios para a fixação da indenização	508
10.25 – Acidente com aeronave de propriedade da União cedida a aeroclube.....	510
11.00 – TRANSPORTE AÉREO INTERNACIONAL.....	510
11.01 – Adiamento do voo.....	514
11.02 – Antecipação do voo	516
11.03 – Aplicação da analogia às hipóteses não previstas na Convenção de Montreal ou no Código Civil	516
11.04 – Aplicação do Direito comum no transporte aéreo internacional.....	517
11.05 – Atraso na entrega da mercadoria (carga)	518
11.06 – Atraso no voo: reparação do dano material e moral; aplicação ou inaplicação da Convenção de Montreal e limitação do valor da indenização	519
11.07 – Cancelamento do voo	523
11.08 – Competência no transporte aéreo internacional.....	523
11.09 – Culpa presumida do transportador aéreo	523
11.10 – Dano à carga transportada (bagagem e mercadorias).....	523
11.11 – Dano moral	525
11.12 – Dolo e culpa grave como excludentes da indenização tarifada.....	528
11.13 – Extravio de bagagem	530

11.14 – Extravio de mercadoria (carga).....	532
11.15 – Limite de indenização por danos pessoais	532
11.16 – Morte de passageiro	533
11.17 – Responsabilidade objetiva do transportador aéreo	533
11.18 – Sistema tarifado e limitado de indenização nos contratos de transporte	535
11.19 – Tratados Internacionais (Convenção de Montreal e outros): validade, condições para sua aplicabilidade e entrada em vigor e prevalência sobre a legislação interna ou sua submissão.....	539
11.20 – Transporte de cortesia ou gratuito	539
11.21 – Valores e critérios para fixação da indenização	541
11.22 – Cancelamento unilateral de passagem de classe executiva e sua substituição por outra de classe econômica	543
11.23 – Cancelamento, adiamento, antecipação, atraso no voo, não cumprimento da reserva feita pelo passageiro (<i>overbooking</i>) e não comparecimento para embarque (<i>no show</i>).....	544
11.24 – Prazo de prescrição para as ações de indenização, previsto na Convenção de Montreal.....	544
11.25 – Reparação do dano no transporte aéreo internacional e a proibição de aplicação de sanção de caráter punitivo – Art. 29 da Convenção de Montreal (a questão dos <i>punitive damages</i>).....	544
12.00 – TRANSPORTE FERROVIÁRIO	546
12.01 – Acidente ocorrido na plataforma de embarque	549
12.02 – Assalto perpetrado contra passageiros	549
12.03 – Atropelamento de pedestre na linha férrea	549
12.04 – Culpa exclusiva da vítima.....	551
12.05 – Culpa presumida do transportador nos acidentes ferroviários.....	552
12.06 – Disparos ou objetos lançados de fora do trem, causando danos a passageiros.....	552
12.07 – Manobras com a locomotiva	552
12.08 – Mercadoria avariada	552
12.09 – Movimentação do trem com a porta aberta	553
12.10 – Parada da composição em estação desativada.....	553
12.11 – Passagem clandestina usada por pedestre	553
12.12 – Passagem de nível	554
12.13 – “Pingente”	554
12.14 – Prescrição da ação	555
12.15 – Queda de passageiro entre a plataforma e os trilhos	555
12.16 – Queda de passageiro ao se projetar para fora da composição em movimento	555
12.17 – Responsabilidade objetiva do transportador nos acidentes ferroviários.....	556
12.18 – Solidariedade passiva entre estradas de ferro.....	556
12.19 – Tentativa de embarque com o trem em movimento	557
12.20 – Trânsito de pedestres em pontilhão.....	557
12.21 – Responsabilidade pela construção e manutenção de obras visando à segurança nos cruzamentos.....	557
12.22 – Termo inicial da responsabilidade contratual da ferrovia	557
12.23 – Circulação de trens no perímetro urbano	558
12.24 – “Surfismo ferroviário”	558

12.25 – Dever de manutenção e conservação de sinalização, cercas e muros em volta das linhas férreas.....	558
12.26 – Proibição de manobras de composições férreas no perímetro urbano do Município.....	558
12.27 – Concorrência de culpas no transporte ferroviário.....	558
12.28 – Superlotação do comboio como causa eficiente do acidente.....	560
13.00 – TRANSPORTE METROVIÁRIO.....	560
13.01 – Falha do sistema de segurança.....	560
13.02 – Furto, roubo ou assalto a passageiro no interior da composição ou nas dependências da estação.....	561
13.03 – Morte de usuário nas dependências da estação do Metropolitano.....	562
13.04 – Responsabilidade objetiva do transportador metroviário.....	562
14.00 – TRANSPORTE MARÍTIMO.....	562
14.01 – Cláusula “FOB” no contrato de transporte de mercadorias.....	567
14.02 – Contrato de transporte em moeda estrangeira.....	568
14.03 – Culpa presumida do transportador nos acidentes marítimos.....	568
14.04 – Legitimidade passiva <i>ad causam</i> do afretador.....	568
14.05 – Mercadoria avariada.....	568
14.06 – Mercadoria extraviada ou incompleta.....	568
14.07 – Navio abalroado: vistoria prévia.....	569
14.08 – Prescrição da ação no transporte de mercadorias.....	569
14.08 A – Prescrição nos casos de litígio contra a armazenadora.....	570
14.09 – Responsabilidade objetiva do transportador marítimo.....	570
14.10 – Tempestade como causa excludente da responsabilidade.....	570
14.11 – Vistoria em caso de extravio de mercadorias.....	571
14.12 – Atraso na entrega de mercadoria.....	571
14.13 – Naufrágio de embarcação.....	571
14.14 – Responsabilidade das autoridades portuárias.....	572
14.15 – Cobrança de sobre-estadia de <i>container</i>	572
14.16 – Competência no transporte marítimo.....	572
14.17 – Fato de terceiro no transporte marítimo (furto ou roubo de carga).....	572
14.18 – Avaria em <i>container</i>	572
15.00 – TRANSPORTE RODOVIÁRIO.....	573
15.01 – Aplicação do Dec. 2.681/12 ao transporte rodoviário.....	574
15.02 – Culpa presumida do transportador nos acidentes rodoviários.....	574
15.03 – Mercadoria avariada.....	575
15.04 – Mercadoria extraviada.....	575
15.05 – Mercadoria roubada ou furtada.....	576
15.06 – Passageiro vítima de agressão, espancamento; de assalto à mão armada ou atingido por projétil ou pedra atirada de fora do veículo.....	576
15.07 – Prescrição.....	576
15.08 – Responsabilidade civil das empresas e motoristas de táxi.....	577
15.09 – Responsabilidade objetiva do transportador nos acidentes rodoviários.....	578
15.10 – Transporte gratuito ou benévolo.....	578
15.11 – Extravio de bagagem.....	579

15.12 – Incêndio no interior de coletivo, causado por explosivo em poder de passageiro .	579
15.13 – Bilhete de passagem em duplicidade: passageiro que viaja em pé	579
15.14 – Transporte rodoviário de carga	579
16.00 – TRANSPORTE GRATUITO OU BENÉVOLO	582
16.01 – Exigência de dolo ou culpa grave.....	586
16.02 – Distinção entre transporte gratuito e transporte por amizade	586
16.03 – Passes de ônibus gratuitos.....	586
16.04 – Transporte gratuito concedido por preposto (empregado).....	587
16.05 – Lesão sofrida por pessoa com mais de 65 anos, durante o percurso.....	587
17.00 – APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR NOS TRANSPORTES	587
17.01 – No transporte rodoviário	587
17.02 – No transporte aéreo.....	587
17.03 – Acidente aéreo. Lesão a pessoas em terra, consideradas consumidores por equiparação.....	588
18.00 – TRATADOS E CONVENÇÕES INTERNACIONAIS	588
18.01 – Tratado e Convenção: conceituação, natureza jurídica e requisitos para sua entrada em vigor no plano interno	588
18.02 – A prevalência, ou não, dos tratados e convenções internacionais sobre a legislação infraconstitucional interna e a inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor aos transportes	591
18.03 – Razão fundamental para a não incidência do Código de Defesa do Consumidor .	596
18.04 – Revogabilidade dos tratados e convenções internacionais – Sucessão temporal das normas	599
18.05 – Aplicabilidade da Convenção de Varsóvia (substituída pela Convenção de Montreal) na hipótese de morte durante transporte em território nacional, precedido de viagem internacional.....	599
18.06 – Aplicabilidade da Convenção de Varsóvia (substituída pela Convenção de Montreal) no transporte internacional, nas hipóteses de perda ou extravio de bagagem.....	599
18.07 – Aplicabilidade da Convenção de Varsóvia (substituída pela Convenção de Montreal) na hipótese de atraso em voo internacional	599
18.08 – Inaplicabilidade da Convenção de Varsóvia (substituída pela Convenção de Montreal) no extravio de mercadoria em terra, em voo internacional.....	599
18.09 – Inaplicabilidade do Código Brasileiro de Aeronáutica, no transporte internacional	600
18.10 – Inaplicabilidade do Código Civil no transporte internacional	600
18.11 – Inaplicabilidade dos limites de indenização estabelecidos na Convenção de Varsóvia (substituída pela Convenção de Montreal) aos voos de empresas norte-americanas com partida, destino ou escala nos Estados Unidos da América	600
18.12 – Razões que justificam o limite de indenização estabelecido pela Convenção de Varsóvia (substituída pela Convenção de Montreal)	600
18.13 – Reparação do dano moral no transporte internacional – Inaplicabilidade da legislação internacional	600
18.14 – Vigência dos Protocolos Adicionais de Montreal 1 a 4, integrados ao texto da Convenção de Montreal	601

Capítulo VI

RESPONSABILIDADE CIVIL NAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS E NUCLEARES E DEFESA DO CONSUMIDOR

1.00 – ATIVIDADES NUCLEARES	608
1.01 – A atividade nuclear na teoria geral da responsabilidade	608
1.02 – Regime especial da responsabilidade civil nas atividades nucleares	610
1.03 – Causas excludentes da responsabilidade	612
1.04 – Prescrição.....	613
2.00 – DEFESA DO CONSUMIDOR (APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR).....	614
2.01 – Defeito em mercadoria vendida (responsabilidade pelo fato do produto ou do serviço).....	623
2.02 – Responsabilidade objetiva do fabricante, produtor, construtor, importador, fornecedor e do prestador de serviços, tanto na responsabilidade pelo fato do produto e do serviço (arts. 12 e 14 do CDC), como na responsabilidade por vício do produto e do serviço (art. 18 do CDC).....	628
2.03 – Responsabilidade do produtor pelo risco criado	632
2.04 – Direito à reparação de danos com base no Código de Defesa do Consumidor	632
2.05 – O dano moral no Código de Defesa do Consumidor (relações de consumo)	632
2.06 – Ação de indenização ajuizada por pessoa jurídica.....	636
2.07 – Alimento estragado, contaminado, com impureza ou contendo corpo estranho ..	636
2.08 – Cobrança abusiva de dívida ou através de meio vexatório ou humilhante	636
2.09 – Danos físicos sofridos pelo consumidor com o produto adquirido.....	637
2.10 – Decadência ou prescrição.....	637
2.11 – Produto com prazo de validade vencido	640
2.12 – Responsabilidade do laboratório de medicina diagnóstica	640
2.13 – Ineficácia de produto inseticida contra praga	640
2.14 – Propaganda enganosa (proteção do consumidor contra a publicidade enganosa e abusiva).....	640
2.15 – Concessionárias, montadoras de veículos e representantes das montadoras estrangeiras no Brasil.....	641
2.16 – Vício do produto e vício de qualidade do produto ou do serviço	643
2.17 – Planos de saúde ou de assistência médica (convênios médicos ou “seguro-saúde”) – Responsabilidade contratual à luz do Código de Defesa do Consumidor.....	643
2.18 – Aquisição de veículo furtado ou com o número do chassi adulterado	645
2.19 – Locadora de linha telefônica	645
2.20 – A “teoria do resultado” à luz do Código de Defesa do Consumidor (obrigações de meio e obrigações de resultado e o ônus da prova)	645
2.21 – Aplicação do Código de Defesa do Consumidor nos transportes	648
2.22 – Ônus da prova e sua inversão	649
2.23 – Contrato de seguro de veículo automotor.....	649
2.24 – Acidente com menor de idade em parque de diversões	649
2.25 – Não manutenção de estoque de peças de reposição pelo fabricante.....	649
2.26 – Pacote turístico (responsabilidade da agência de turismo)	650
2.27 – Defeito de fabricação em produto industrializado.....	650

2.28 – Contrato de seguro em geral	650
2.29 – Ausência de advertência de contraindicação do produto.....	650
2.30 – Ação coletiva em defesa dos consumidores	650
2.31 – Defeitos no suporte, envoltório ou acondicionamento do produto ou sua inadequação.....	650
2.32 – Informações insuficientes sobre o produto	651
2.33 – Interpretação dos contratos de adesão	651
2.34 – Solidariedade passiva entre médico e empresa de plano de saúde	651
2.35 – Hospitais: atividade caracterizada como de consumo	651
2.36 – Caso fortuito e força maior no Código de Defesa do Consumidor	651
2.37 – Inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor aos mútuos bancários.....	651
2.38 – Aplicação do Código de Defesa do Consumidor aos bancos	652
2.39 – Produto adquirido no exterior: responsabilidade de empresa nacional que comercializa a mesma marca no Brasil	652
2.40 – Responsabilidade dos profissionais liberais.....	652
2.41 – Responsabilidade das empresas e dos empresários individuais segundo o art. 931 do CC/2002 e o Código de Defesa do Consumidor.....	653
2.42 – Responsabilidade das empresas fabricantes de cigarros. A questão do tabagismo	653
2.43 – Reserva de aposento em hotel não cumprida	653
2.44 – Solidariedade passiva no Código de Defesa do Consumidor.....	654
2.45 – Culpa concorrente ou concorrência de culpas	654
2.46 – Serviço de entrega rápida de produtos: demora verificada.....	654
2.47 – Demora da oficina mecânica em devolver veículo entregue para conserto	654
2.48 – Causas excludentes da responsabilidade nas relações de consumo	654
2.49 – Responsabilidade pelo risco do desenvolvimento	654
2.50 – Aplicação do Código de Defesa do Consumidor aos contratos de seguro.....	660
2.51 – Rompimento de preservativo durante a relação sexual	660
2.52 – Responsabilidade dos laboratórios produtores de medicamentos	660
2.53 – Disparo de dispositivo de alarme sonoro contra furto, colocado em mercadoria, no momento em que o consumidor deixa o estabelecimento	660
2.54 – A qualificação dos sujeitos para a definição de “relação de consumo”.....	660
2.55 – Consumidor por equiparação.....	660
2.56 – Linha telefônica. Clonagem.....	660
2.57 – Colocação à venda de medicamento sem o princípio ativo	661
2.58 – Furto de objetos pessoais de aluno em academia de ginástica	661
2.59 – Aplicação do Código de Defesa do Consumidor na atividade comercial de exploração da Internet.....	661
2.60 – Disparos com arma de fogo no interior de cinema localizado em <i>shopping center</i> , causando a morte de algumas pessoas e ferimentos em outras	663
2.61 – Posto de combustíveis. Cliente vítima de roubo enquanto abastecia seu veículo..	663
2.62 – Conceito de serviço. Exigência de que a atividade seja prestada mediante remuneração	663
2.63 – Discussão judicial da dívida. Manutenção do devedor como inadimplente no cadastro de consumidores	663

2.64 – Comunicação por escrito ao consumidor da abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais e de consumo (art. 43, § 2º, do CDC). Desnecessidade de aviso de recebimento.....	663
2.65 – Prazo de garantia na hipótese de vício oculto.....	664
2.66 – Contrato de compra e venda de imóvel. Resolução do contrato por culpa de quaisquer contratantes. Exigência de restituição imediata das parcelas pagas pelo promitente comprador, ainda que haja cláusula contratual prevendo a restituição ao término da obra ou de forma parcelada	664
3.00 – RESPONSABILIDADE DA COMPANHIA SEGURADORA POR DEFEITOS DE CONSTRUÇÃO	664
4.00 – RESPONSABILIDADE DO ADMINISTRADOR.....	664
4.01 – Administrador de pessoa jurídica (empresas e sociedades comerciais em geral)...	664
4.02 – Administradora de condomínios.....	668
4.03 – Administradora de consórcios	668
4.04 – Administrador de instituição financeira em liquidação extrajudicial	668
5.00 – RESPONSABILIDADE DO ADVOGADO	669
5.01 – Erro inescusável do causídico.....	688
5.02 – Má atuação na defesa de uma causa em juízo	689
5.03 – Acordo sem o consentimento do cliente	689
5.04 – Ofensas irrogadas ao magistrado na discussão da causa	689
5.05 – Direito do cliente alcançado pela prescrição por desídia do defensor	690
5.06 – Não interposição de recurso.....	690
5.07 – Ofensas irrogadas a perito judicial.....	690
5.08 – Profissional que deixa de interpor a ação, embora tenha cobrado honorários	691
5.09 – Ação proposta após decorrido o prazo de prescrição	691
5.10 – Ofensas irrogadas em juízo pelo advogado, em nome do seu constituinte (a questão da imunidade do advogado)	691
5.11 – Ofensas irrogadas a membro do Ministério Público	692
5.12 – Ofensas irrogadas à outra parte, em nome do seu constituinte	692
5.13 – Responsabilidade do mandante quando o advogado não excede os poderes do mandato, agindo em nome daquele.....	693
5.14 – Responsabilidade pela perda de uma chance.....	693
5.15 – Extinção do processo sem julgamento de mérito por culpa do advogado	693
5.16 – Fixação da indenização do dano material	693
5.17 – Perda de prazo pelo advogado.....	693
5.18 – Responsabilidade do advogado substabelecido com reserva de poderes.....	693
5.19 – Substabelecimento dos poderes recebidos sem autorização do outorgante.....	694
5.20 – Retenção dos autos em seu poder por prazo excessivo	694
5.21 – Exigência de dolo ou culpa para a responsabilização	694
5.22 – Comportamento ético do advogado que cabe apenas à OAB conhecer.....	694
5.23 – Inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor nos contratos de prestação de serviços advocatícios.....	695
5.24 – Advogado que apresenta à Administração Pública parecer favorável à contratação direta, sem licitação.....	695
5.25 – Foro competente para o ajuizamento da ação do cliente contra seu advogado.....	695
5.26 – Omissão do defensor acerca de erro grosseiro do perito.....	696

5.27 – Ajuizamento de ação judicial com omissão de juntada do instrumento de mandato	696
5.28 – Defensor que deixa de apresentar contestação.....	696
5.29 – Responsabilidade do autor da ação por dano moral decorrente de ofensas dirigidas ao reclamante pelo advogado.....	696
5.30 – Responsabilidade exclusiva do advogado perante o seu cliente.....	696
5.31 – Responsabilidade do advogado por dano moral perante a parte adversa	697
6.00 – RESPONSABILIDADE DO CIRURGIÃO-DENTISTA.....	697
6.01 – Aplicação de técnica não aprovada pela comunidade científica.....	698
6.02 – Tratamento dentário inadequado.....	699
6.03 – Adaptação de prótese dentária	699
6.04 – Responsabilidade subjetiva	699
6.05 – Implante dentário.....	699
6.06 – Obrigação de resultado	700
7.00 – RESPONSABILIDADE NO COMODATO	700
7.01 – Responsabilidade do comodatário	700
7.02 – Responsabilidade do comodante.....	701
8.00 – RESPONSABILIDADE DO CONDOMÍNIO	701
8.01 – Vícios de construção de edifício em condomínio.....	701
8.02 – Agressão e lesão corporal em condômino, causada por outro condômino	701
8.00A – RESPONSABILIDADE DOS CONTADORES E TÉCNICOS EM CONTABILIDADE	701
8.00B – RESPONSABILIDADE DO CREDOR PIGNORATÍCIO.....	702
8.01B – Pagamento da dívida pelo devedor	702
9.00 – RESPONSABILIDADE DO DEPOSITÁRIO	702
9.01 – Feterioração do bem depositado.....	702
10.00 – RESPONSABILIDADE DO DONO DA OBRA	703
10.01 – Desabamento de edifício	703
10.02 – Por falta de fiscalização da obra.....	703
10.03 – Responsabilidade solidária do dono da obra e do construtor ou empreiteiro.....	703
10.04 – Realização de aterro com danos à propriedade vizinha.....	703
10.05 – Nunciação de obra nova – Perdas e danos (CPC, art. 936, III).....	704
10.06 – Venda de unidades em edifício em condomínio sem condições de uso, embora anunciadas como totalmente reformadas.....	704
11.00 – RESPONSABILIDADE DOS EMPREITEIROS E CONSTRUTORES POR OBRAS QUE REALIZAM	704
11.01 – Inobservância de regra técnica por parte do construtor ou empreiteiro	715
11.02 – Legitimidade dos adquirentes de unidades autônomas de demandar contra o incorporador e o construtor	715
11.03 – Prazo de cinco anos de garantia, previsto no art. 618 do CC/2002	716
11.04 – Prescrição da ação contra o construtor ou empreiteiro por defeitos de construção	720
11.05 – Responsabilidade objetiva do construtor por defeito de construção civil. Contrato de construção.....	721
11.06 – Solidariedade passiva entre o dono da obra e o construtor ou empreiteiro por danos causados a vizinhos pela construção	721
11.07 – Solidariedade passiva entre o engenheiro e o construtor ou empreiteiro	722

11.08 – Solidariedade passiva entre o incorporador e o construtor ou empreiteiro.....	723
11.09 – Responsabilidade do empreiteiro pelos atos dos subempreitados	724
11.10 – Dano à propriedade vizinha	724
11.11 – Inadimplemento contratual – Construtor que não entrega o imóvel	724
11.12 – Responsabilidade pela perfeição da obra (obrigação de resultado)	725
11.13 – Construção de edifício em condomínio pelo sistema de preço de custo	725
11.14 – Desabamento de edifício	725
11.15 – Desobediência ao memorial descritivo anexo ao contrato, com relação aos aspectos estéticos da obra	725
11.16 – Presunção de culpa do empreiteiro.....	726
11.00A – RESPONSABILIDADE DOS ENFERMEIROS	726
12.00 – RESPONSABILIDADE DOS ENGENHEIROS.....	726
12.01 – Responsabilidade do engenheiro fiscal de obra.....	727
12.02 – Responsabilidade pessoal por defeitos de construção	728
12.03 – Dano à propriedade vizinha	728
13.00 – RESPONSABILIDADE DOS FARMACÊUTICOS	728
14.00 – RESPONSABILIDADE DO INCORPORADOR	730
14.01 – Responsabilidade do incorporador de edifício perante os adquirentes de unidades autônomas (condôminos)	730
14.02 – Solidariedade passiva entre o incorporador e o construtor ou empreiteiro.....	730
15.00 – RESPONSABILIDADE DO LEILOEIRO.....	730
15.01 – Responsabilidade apenas perante o comitente.....	730
16.00 – RESPONSABILIDADE DO LOCADOR.....	730
16.01 – Dano causado por objeto atirado de edifício.....	730
16.02 – Promessa de locação não honrada.....	731
16.03 – Rompimento imotivado de contrato de locação de serviços	732
16.04 – Falta ou má conservação do imóvel locado.....	732
16.05 – Direito de preferência do locatário no caso de venda do imóvel locado (Lei 8.245/1991, art. 33)	732
16.06 – Falha da administradora de imóveis na prestação de serviço e obrigação de indenizar. Responsabilidade pelo descumprimento dos deveres nascidos da relação contratual	732
17.00 – RESPONSABILIDADE DO LOCATÁRIO	732
17.01 – Arremesso de detritos sobre prédio vizinho.....	733
17.02 – Cancelamento de linha telefônica por falta de pagamento por parte do locatário.	734
17.03 – Incêndio em prédio locado.....	734
17.04 – Danos causados ao imóvel locado.....	734
18.00 – RESPONSABILIDADE DOS MÉDICOS	734
18.01 – A obrigação contratual do médico é de “meios” ou de “resultado”? (a questão da inversão do ônus da prova)	743
18.02 – Anestesia: danos dela decorrentes (responsabilidade do anestesista)	747
18.03 – Choque alérgico causado por medicamento	750
18.04 – Cirurgia: danos dela decorrentes	750
18.05 – Dolo ou culpa como pressupostos da responsabilidade	751
18.06 – Erro de diagnóstico	754

18.07 – Exames em geral: danos daí decorrentes	756
18.08 – Lesões causadas ao nascituro	756
18.09 – Omissão de socorro	757
18.10 – Omissão do profissional como causa dos danos	757
18.11 – Responsabilidade contratual e o Código de Defesa do Consumidor	758
18.12 – Responsabilidade do cirurgião plástico na cirurgia estética ou reparadora	760
18.13 – Responsabilidade pessoal do chefe da equipe médica e do anestesista	768
18.14 – Solidariedade passiva entre médico, hospital e plano de saúde	771
18.15 – Veterinário	771
18.16 – Entidades privadas de seguro e de assistência médica (convênios médicos, “planos de saúde” ou “seguro-saúde”)	772
18.17 – Esquecimento de objeto cirúrgico no corpo do paciente	775
18.18 – Nexo de causalidade	775
18.19 – Infecção hospitalar	775
18.20 – Conceito de preposto e preponente	779
18.21 – Uso inadequado de bisturi elétrico	779
18.22 – Responsabilidade do médico assistente	779
18.23 – Falta de cuidados do médico no pós-operatório	779
18.24 – Erro profissional e erro médico: distinção	779
18.25 – Erro médico e dano moral	780
18.26 – Insucesso em cirurgia de vasectomia	782
18.27 – Iatrogenia e responsabilidade civil	782
18.28 – Implantação de prótese de silicone	786
18.29 – Transfusão de sangue em paciente cuja religião não a permite	786
18.30 – A teoria da perda de uma chance na responsabilidade médica	787
18.31 – Cicatriz hipertrófica e queloidiana resultante de intervenção cirúrgica	789
18.32 – Consentimento e consentimento informado	789
18.33 – Demora no atendimento do paciente pelo médico. Nexo causal	792
18.34 – Denúnciação do médico à lide em ação promovida contra a clínica ou hospital ..	792
18.35 – Inexigibilidade de conduta diversa	793
18.36 – Consequência da utilização ou não utilização de técnica aceita na comunidade científica	793
18.37 – Ausência de informação acerca das consequências da intervenção médica	794
18.38 – Ação dirigida contra o médico e o hospital público que fizeram o primeiro de três atendimentos hospitalares	794
18.39 – Influência da punição administrativa do médico pelo Conselho de Medicina na ação judicial visando a reparação de danos	794
18.40 – Procedimento cirúrgico estético: responsabilidade subjetiva e obrigação de resultado	794
18.00A – RESPONSABILIDADE DO PROMITENTE-VENDEDOR, DO PROMISSÁRIO- -COMPRADOR E DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL	795
18.01A – Demora do vendedor na entrega do imóvel	795
18.02A – Perda da propriedade por decisão judicial – Responsabilidade do vendedor	795
18.03A – Venda de imóvel com defeito	795
18.04A – Evicção	795
18.05A – Propaganda enganosa	796

18.06A – Falta de pagamento das prestações de financiamento.....	796
18.07A – Cláusula <i>ad corpus</i>	796
18.08A – Ação judicial para obtenção de escritura pública – Perdas e danos	796
18.09A – Compromisso de compra e venda – Inadimplemento	796
18.10A – Venda fictícia de imóvel	797
18.11A – Responsabilidade do alienante por danos advindos da construção	797
18.12A – Imóvel em condomínio, ocupado por um só dos proprietários – Obrigação do condômino que ocupa o bem de indenizar os proprietários das outras partes ideais.....	797
18.00B – RESPONSABILIDADE DOS PROFISSIONAIS LIBERAIS E DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS EM GERAL (ART. 951 DO CC).....	798
19.00 – RESPONSABILIDADE DOS SERVENTUÁRIOS DA JUSTIÇA E DAS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS	799
19.01 – Responsabilidade civil dos notários e registradores à luz da Constituição Federal e das Leis 8.935/1994 e 9.492/1997	799
20.00 – RESPONSABILIDADE DO VENDEDOR DE VEÍCULO FURTADO	810
20.01 – Evicção.....	810
21.00 – RESPONSABILIDADE NOS CONTRATOS BILATERAIS	810
21.01 – Rescisão unilateral do contrato por uma das partes	810
21.02 – Falta de notificação da outra parte na extinção de contrato por tempo indeterminado	811
22.00 – RESPONSABILIDADE DO LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS	811
22.01 – Imprecisão ou erro na verificação do vírus HIV	811
22.02 – Erro no resultado do exame	812
22.03 – Janela existente no envelope que guarnecia o exame, que permitiu a revelação a terceiros do resultado da doença nele diagnosticada	812
23.00 – CONTRATOS DE FRANQUIA EMPRESARIAL – <i>FRANCHISING</i> (LEI 8.955/1994).....	812
24.00 – <i>FACTORING</i> – OPERAÇÃO DE COMPRA DE FATURAMENTO (FATURIZAÇÃO).....	817
24.01 – Apresentação prematura (antes da data pré-fixada) do título cedido pelo faturizado.....	824
24.02 – Cessão de crédito inválida – Consequências	824
24.03 – Cheques entregues ao faturizador como garantia	824
24.04 – Devolução das mercadorias objeto do contrato	824
24.05 – Inadimplência dos devedores das importâncias cedidas.....	825
24.06 – Instituições financeiras e a operação de <i>factoring</i>	825
24.07 – Protesto de título e pedido de falência do cedente (faturizado) pelo <i>factor</i> ou faturizado (cessionário).....	825
24.08 – Vício na relação de compra e venda entre o consumidor ou comprador e o vendedor (faturizado) que cedeu o crédito para a empresa de <i>factoring</i> (faturizador), que o adquiriu. Responsabilização do cedente por má-fé, respondendo pela remuneração do faturizador.....	826
24.09 – Previsão contratual de responsabilidade do faturizado.....	826
25.00 – RESPONSABILIDADE CIVIL DOS PROFISSIONAIS LIBERAIS E A “TEORIA DO RESULTADO”	826

26.00 – EVICÇÃO	826
27.00 – RESPONSABILIDADE CONTRATUAL E O DANO MORAL	826
28.00 – RESPONSABILIDADE DAS EMPRESAS PROMOTORAS DE COMPETIÇÕES ESPORTIVAS.....	826
28.01 – Participante de corrida de “Kart” que apresentou problema cardíaco durante a competição e faleceu	826
29.00 – RESPONSABILIDADE DAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇO DE RAS-TREAMENTO DE VEÍCULOS.....	826
30.00 – RESPONSABILIDADE DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO POR DANOS MA-TERIAIS	827

Capítulo VII

RESPONSABILIDADE CIVIL DOS BANCOS, ESTABELECIMENTOS DE ENSINO, CONDOMÍNIOS, HOSPITAIS, PLANOS DE SAÚDE, EMPRESAS DE SEGURO, SOCIEDADES EM GERAL, TURISMO E DO EMPREGADOR NOS ACIDENTES DO TRABALHO

1.00 – ACIDENTE DO TRABALHO (AÇÃO FUNDADA NO DIREITO COMUM, CON-TRA O EMPREGADOR, PERANTE A JUSTIÇA DO TRABALHO – CF/1988, ART. 7º, XXVIII, E LEI 8.213/1991)	838
1.01 – Absolvição do empregador no juízo criminal por inexistência de provas	854
1.02 – Acidente ocorrido antes do advento da Constituição Federal de 1988.....	854
1.03 – Acidente ocorrido quando o empregado, no horário de expediente, era trans-portado em veículo do empregador	854
1.04 – Acordo celebrado anteriormente na Justiça do Trabalho	854
1.05 – Atividade profissional arriscada, perigosa, agressiva ou insalubre, exercida pelo empregado com ou sem equipamento de proteção	855
1.06 – Concorrência de culpas	856
1.07 – Contratação de mão de obra juvenil para atividade perigosa	856
1.08 – Culpa exclusiva da vítima.....	856
1.09 – Cumulação da indenização securitária com a do Direito comum	856
1.10 – Dano moral decorrente de acidente do trabalho	857
1.11 – Denúnciação da seguradora à lide por parte do empregador	858
1.12 – Desatendimento pelo empregador das normas legais ou convencionais de segurança como causa da obrigação de indenizar.....	858
1.13 – Direito à indenização, ainda que rescindido o contrato de trabalho.....	858
1.14 – Empregado desviado de sua função por ordem do empregador	858
1.15 – Empregado lesionado ou morto por assaltantes no ambiente de trabalho.....	858
1.16 – Empresa fornecedora ou tomadora de trabalho temporário: responsabilidade	858
1.17 – Exercício de tarefa que exige treinamento específico.....	859
1.18 – Exigência de dolo ou culpa para obtenção de indenização pelo Direito comum ..	860
1.19 – Exigência, ou não, de vínculo empregatício (contrato de trabalho) para a res-ponsabilização do empregador	860
1.20 – Falta de manutenção no equipamento utilizado pelo empregado acidentado	860
1.21 – Influência da sentença penal condenatória na esfera civil	860
1.22 – Lesão ou morte de terceiro ao tentar socorrer empregado em situação de perigo, causada por preposto do empregador	860

1.23 – Motorista da empresa morto por assaltantes durante o trabalho	861
1.24 – Não preavencimento da Súmula 229 do STF	861
1.25 – Ônus da prova: obrigação a cargo da vítima	861
1.26 – Pensão mensal devida ao acidentado: limite temporal	862
1.27 – Permanente exposição do empregado a agentes nocivos à saúde	862
1.28 – Previsibilidade da ocorrência de acidente.....	862
1.29 – Recurso especial	862
1.30 – Redução permanente da capacidade de trabalho: disacusia	862
1.31 – Responsabilidade do empregador decorrente tão só do risco criado	862
1.32 – Responsabilidade objetiva do empregador	863
1.33 – Responsabilidade presumida do empregador.....	863
1.34 – Responsabilidade solidária entre a empresa que contratou o empregado e a empresa que se utiliza dos serviços terceirizados daquela	863
1.35 – Responsabilidade solidária entre o empregador e o transportador por ele contratado para o transporte de trabalhadores	864
1.36 – Acidente <i>in itinere</i>	864
1.37 – Competência	864
1.38 – Empregado que prestava serviço em área de terceiro.....	866
1.39 – Esforço repetitivo causador de microtraumas	866
1.40 – A responsabilidade objetiva do art. 927, parágrafo único, do CC/2002 e os acidentes do trabalho	867
1.41 – Prescrição	867
1.42 – Acidente do trabalho com menor de idade.....	867
1.43 – Inversão do ônus da prova e presunção de culpa do empregador	867
1.44 – Prova da culpa do empregador	868
1.45 – Caso fortuito externo (força maior).....	868
1.46 – Pretensão de obter de empresa de previdência privada pensão mensal a título de indenização, em razão de microtraumas sofridos durante o trabalho	868
1.47 – Nexo de causalidade e concausas nos acidentes do trabalho.....	868
1.48 – Transporte gratuito fornecido pelo empregador. Acidente <i>in itinere</i>	869
1.49 – Pretensão de trabalhador autônomo de obter benefício acidentário.....	869
1.50 – Legitimidade da mãe de obreiro falecido para reivindicar reparação em juízo	869
1.51 – Espondilolistese	869
1.52 – Leucopenia.....	869
1.53 – Disacusia (perda ou distúrbio auditivo).....	869
1.54 – Leucemia mieloide	870
1.55 – Juros de mora	870
1.56 – Invalidez permanente. Caracterização.....	870
1.00 A – ADMINISTRADORA DE IMÓVEIS	870
1.01A – Responsabilidade perante o proprietário por locação realizada sem cautelas	870
1.02A – Danos verificados no imóvel	871
1.03A – Aditamento ao contrato de locação sem anuência dos primitivos fiadores	871
2.00 – ARMAZÉNS GERAIS. CONTRATO DE DEPÓSITO E RESPONSABILIDADE CIVIL DO DEPOSITÁRIO.....	871
2.01 – Armazenagem de produtos em portos: responsabilidade objetiva do armazenador.....	872

2.02 – Perda da mercadoria armazenada em razão de enchente	873
2.03 – Prescrição da ação por perda da mercadoria.....	873
3.00 – BANCOS (INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS)	873
3.01 – Abertura de conta-corrente sem autorização do cliente.....	883
3.01A – Abertura de conta-corrente por estelionatário com documento falso ou de terceiro, para fim ilícito	884
3.02 – Aplicação da “teoria do risco profissional”	884
3.03 – Aplicação de valores em desacordo com a ordem do cliente.....	884
3.04 – Assalto a agência bancária (roubo ao banco ou ao cliente em seu interior).....	884
3.05 – Ato ilícito praticado por funcionário do banco	885
3.06 – “Cheque especial”	886
3.07 – Cheque falso pago pelo banco.....	886
3.07A – Cheque com valor adulterado, embora autêntica a assinatura	887
3.08 – Cheque devolvido.....	888
3.09 – Cheque sustado (“contraordem”) – Pagamento pelo banco.....	888
3.10 – Cofres de aluguel	888
3.11 – Conta fictícia aberta para a prática criminosa.....	901
3.12 – Débito em conta-corrente sem autorização do cliente	901
3.13 – Depósitos noturnos	901
3.14 – Endosso irregular ou falso de cheque	901
3.15 – Extravio de documento de cliente	902
3.16 – Furto ou extravio de talão de cheques em poder do banco ou entregue a terceiro.....	903
3.17 – Furto de veículo de estacionamento de banco.....	904
3.18 – Perda do poder aquisitivo de quantia depositada em razão das sucessivas desvalorizações da moeda.....	904
3.19 – Inclusão equivocada do correntista no rol de “clientes negativos”	904
3.20 – Perda do talão de cheques pelo cliente	904
3.21 – Protesto indevido de título de crédito.....	904
3.22 – Furto ou mera utilização de cartão magnético da vítima	905
3.23 – Morte, em assalto, de empregado transportador de numerário.....	906
3.24 – Aplicação financeira com ex-gerente, com suposto encarregado de captação de recursos ou com qualquer outra pessoa, acreditando tratar-se de funcionário do banco (teoria da aparência)	906
3.25 – Numerário entregue ao gerente para aplicação – Depósito do valor na conta-corrente de cliente diverso	906
3.26 – Roubo ou furto a cliente no interior de banco eletrônico ou quiosque de Banco 24 Horas.....	907
3.27 – Conta encerrada pelo Bacen – Omissão do banco no recolhimento do talonário – Emissão de cheque sem fundos	907
3.28 – Pagamento de cheques emitidos além do limite autorizado	907
3.29 – Redução unilateral do limite de crédito em conta-corrente, fixado em contrato ...	907
3.30 – Liquidação extrajudicial de instituição financeira	908
3.31 – Recusa em fornecer talonário de cheques	908
3.32 – Transferência de numerário da conta-corrente de cliente para terceiro	908
3.33 – Abertura de conta por delinquente, em nome de terceiro, com documento furtado.....	908

3.34 – Responsabilidade objetiva das instituições financeiras	908
3.35 – Apropriação pelo banco de numerário existente na conta-corrente para cobrir débito de cartão de crédito do mesmo grupo.....	909
3.36 – Obrigação do banco de conferir a regularidade dos endossos	909
3.37 – Lançamento de valores e sua cobrança, a título de encargos bancários, em conta já encerrada.....	909
3.38 – Cliente retido em porta automática, detectora de metais	909
3.39 – Aplicação do Código de Defesa do Consumidor aos bancos	910
3.40 – Responsabilidade dos bancos por dano moral	910
3.41 – Endosso-mandato (títulos entregues para cobrança simples).....	910
3.42 – Ação de prestação de contas promovida contra a instituição financeira	911
3.43 – Lançamento de taxas em conta sem provisão de fundos, causando a inclusão do nome do cliente no cadastro de inadimplentes.....	911
3.44 – Procuração falsa: operação bancária com ela realizada	911
3.45 – Saque de numerário realizado com a ajuda de pessoa estranha que se apresenta como funcionária do banco.....	911
3.46 – Operação de desconto de duplicatas sem origem.....	911
3.47 – Saques em caixa eletrônico com cartão clonado.....	911
3.48 – Máquina de caixa eletrônico que não libera as notas de dinheiro, mas registra o saque e o debita em conta-corrente	911
3.49 – Ações escriturais em depósito. Venda efetuada sem obedecer às instruções do cliente	912
3.50 – Conta-corrente conjunta convertida em individual por vontade dos clientes. Posterior reconversão em conta conjunta pelo banco sem consulta prévia ou autorização.....	912
3.51 – Depósito de cheques de outras praças, emitidos por terceiros.....	912
3.52 – Recusa do banco em pagar cheque com provisão suficiente, sob alegação de falta de fundos	912
3.53 – Restrição ao cliente de obter talonário de cheques	912
3.54 – Título de crédito entregue para cobrança não cobrado, nem devolvido ao titular	912
3.55 – Penhor: extravio, furto ou roubo de joias penhoradas junto à instituição bancária	912
3.56 – Contrato de mútuo (financiamento). Rompimento pelo banco no momento da assinatura	913
3.57 – Contrato de abertura de crédito ou de empréstimo: cláusula autorizando a instituição a debitar em conta-corrente ou resgatar de aplicação do tomador ou do coobrigado valor suficiente para quitar o saldo devedor	913
3.58 – Assalto a cliente na via pública ou após retirada de numerário de caixa eletrônico, ocorrido fora desse recinto.....	913
3.59 – Quebra indevida do sigilo bancário do cliente pela instituição financeira.....	914
3.60 – Responsabilidade dos bancos por valores depositados em conta-corrente	914
3.61 – Assalto em estacionamento de agência bancária.....	914
3.62 – Retenção pelo banco do salário de correntista para pagamento de cheque especial	914
3.63 – Saque de numerário efetuado com cartão magnético e utilização de senha privativa.....	914
3.64 – Envio de cartão de crédito sem solicitação do beneficiário	914
3.65 – Cliente ofendido por funcionário da ré, no interior da agência bancária	915

3.66 – Disparo de alarme sonoro de segurança, durante a noite, instalado em agência bancária	915
3.67 – Financiamento de imóvel. Rompimento do contrato no momento de sua assinatura	915
3.68 – Assalto a cliente no interior de caixa eletrônico.....	915
3.69 – Cartão de crédito: bloqueio temporário por falta de pagamento da fatura	915
3.70 – Responsabilidade solidária dos titulares de conta-corrente bancária conjunta pela emissão de cheque sem provisão de fundos por qualquer deles.....	916
3.71 – Conta-corrente utilizada como “hospedagem” para movimentação e transferências ilícitas de valores.....	916
3.72 – Cheque devolvido por insuficiência de fundos por erro, quando o motivo era outro.....	916
3.73 – Fraudes e delitos praticados por terceiros causadores de prejuízo ao titular da conta	916
3.74 – Falsificação de documentos para abertura de conta-corrente.....	917
3.75 – Sequestro relâmpago. Ingresso da vítima e do agressor na agência portando arma de fogo.....	917
3.76 – Responsabilidade do administrador e gestor de fundo de investimentos.....	917
3.77 – Envio de cartão de crédito sem solicitação do beneficiário	917
3.78 – Danos causados a clientes do banco em razão de fraude ou delito praticado por terceiro	917
3.79 – Gerente de banco vítima de sequestro, com sua família mantida como refém. Fato que ocasionou sua incapacidade definitiva para o trabalho.....	917
4.00 – BOLSA DE VALORES.....	918
4.01 – Corretora que contraria as instruções do comitente.....	918
4.02 – Informações inverídicas veiculadas por corretora de valores	918
4.03 – Teoria da aparência do direito (contrato verbal, com fundamento na confiança mútua)	918
4.04 – Repasse de aplicação de uma corretora de valores a outra	918
4.05 – Responsabilidade da Bolsa de Valores e da corretora de valores pela apresentação de procuração falsa para a alienação de ações.....	918
5.00 – CLUBE RECREATIVO E DE ESPORTES	919
5.01 – Danos em veículo de associado, estacionado no interior do clube	919
5.02 – Festa de formatura – Fotógrafo contratado impedido de ingressar no local	919
5.03 – Morte por afogamento em piscina	919
5.04 – Veículo furtado de estacionamento de clube recreativo.....	919
5.05 – Jogador de clube lesionado, com limitação ao exercício profissional ou morto	919
5.06 – Furto no interior de barraca instalada em clube de <i>camping</i>	919
5.07 – Furto de equipamento náutico.....	920
5.08 – Queda de árvore sobre a vítima em clube de <i>camping</i>	920
5.09 – Promessa de recompensa: jogo de “bingo” e oferta de prêmios mediante sorteio .	920
5.10 – Furto de bens de associado.....	920
6.00 – CONDOMÍNIO EDILÍCIO	920
6.01 – Arremesso de objetos de edifício em condomínio	920
6.02 – Danos a veículo retirado irregularmente do interior do prédio por empregado do condomínio	920

6.03 – Direito de regresso da seguradora por furto ocorrido no interior da unidade autônoma	921
6.04 – Furto de veículo, furto de acessórios ou objetos no interior de veículos ou danos causados a veículos estacionados na garagem do edifício	921
6.05 – Furto ou roubo ocorrido no interior da unidade autônoma	925
6.06 – Infiltração de água de uma unidade autônoma para outra.....	926
6.07 – Responsabilidade do condomínio pelos atos de seus empregados.....	927
6.08 – Responsabilidade do síndico por má administração do numerário arrecadado, causadora de prejuízos.....	927
6.09 – Utilização de vagas de garagem apenas pelos condôminos	927
6.10 – Homicídio praticado por condômino	927
6.11 – Acidente em elevador sob conserto	928
6.12 – Danos em aparelho por problemas no sistema de energia elétrica do edifício	928
6.13 – Cobrança de rateio das despesas de condomínio já pago	928
6.14 – Proibição de uso, permanência e trânsito de empregados domésticos nos elevadores e área social do prédio.....	928
6.15 – Furto praticado em unidade residencial por empregado do condomínio.....	928
6.16 – Desobrigação de guarda e vigilância sobre bens nas áreas comuns e nas unidades autônomas	928
6.17 – Ingresso do zelador no apartamento de um dos condôminos, sem autorização, diante da existência de vazamento e da ausência dos moradores.....	929
6.18 – Ilícito ocorrido na área comum do edifício	929
6.19 – Divulgação do nome ou do número do apartamento de condômino inadimplente no demonstrativo interno	929
6.00A – CORRETORAS EM GERAL	929
6.01A – Responsabilidade da corretora no contrato de agenciamento	929
6.02A – Corretora e corretor de imóveis	929
7.00 – EMPRESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA (CONVÊNIOS MÉDICOS E PLANOS DE SAÚDE) E COOPERATIVA DE MÉDICOS	930
7.01 – Limitação no tempo de internação hospitalar do paciente.....	931
7.02 – Responsabilidade solidária entre a empresa de assistência médica e os hospitais que seleciona e credencia	931
7.03 – Ausência de cobertura da empresa de assistência médica para AIDS	931
7.04 – Negativa de segunda internação pela mesma moléstia	931
7.05 – Responsabilidade da cooperativa de médicos	931
7.06 – Recusa de cobertura para internação de emergência.....	932
7.07 – Recusa injustificada da empresa de planos de saúde ao pedido de internação do paciente em UTI.....	932
7.08 – Recusa de cobertura de seguro saúde por cooperativa de trabalho médico	932
7.09 – Recusa para a implantação de <i>stent</i>	932
8.00 – EMPRESAS DE SEGURO	932
8.01 – Ação do segurado contra a seguradora: requisitos	938
8.02 – Apólice de seguro “aberta ou de averbação” (com valor fixo ajustável)	938
8.03 – Concubina como beneficiária do seguro.....	938
8.04 – Conhecimento de transporte no original – Desnecessidade de sua apresentação ..	939

8.05 – Cumulação de indenização pelo contrato de seguro e por ato ilícito (a questão da dedução ou não do valor do seguro da indenização de direito comum)	939
8.06 – Demora da seguradora na cobertura do sinistro	939
8.07 – Direito de regresso da seguradora contra o causador do dano (“ação de sub- -rogação”).....	939
8.08 – Hipóteses em que o valor do seguro é devido.....	939
8.09 – Hipóteses em que o valor do seguro não é devido	940
8.10 – Interpretação do contrato de seguro.....	940
8.11 – Juntada da apólice aos autos, como prova da sub-rogação da seguradora no crédito	940
8.12 – Legitimidade ativa para reclamar o pagamento do seguro.....	941
8.13 – Seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres – DPVAT.....	941
8.14 – Suicídio do segurado.....	946
8.15 – Transferência do direito à indenização pelo segurado a terceira pessoa	946
8.16 – Vistoria prévia.....	947
8.17 – Prescrição.....	947
8.18 – Seguro de vida em grupo.....	951
8.19 – Veículo furtado antes da contratação do seguro	951
8.20 – Administradora de cartão de crédito como estipulante.....	951
8.21 – Roubo ou furto da mercadoria transportada	951
8.22 – Mora no pagamento total do prêmio ou de parcela por parte do segurado.....	952
8.23 – Acidente pessoal – Caracterização	953
8.24 – Responsabilidade da seguradora por dano moral em sede de regresso	953
8.25 – Contrato de seguro por danos pessoais: inclusão do dano moral.....	953
8.26 – Segurado acometido de doença do trabalho	953
8.27 – Omissão do segurado da existência de doença preexistente à contratação do seguro.....	954
8.28 – Seguro de transporte de mercadorias	955
8.29 – Valor da indenização nos casos de perda total, furto ou roubo do veículo (valor segurado ou valor de mercado).....	956
8.30 – Protesto interruptivo de prescrição pelo segurador	957
8.31 – Transferência da apólice de seguro ao adquirente do bem segurado	957
8.32 – Furto, roubo ou apropriação indébita de veículo.....	957
8.33 – A boa-fé nos contratos de seguro	958
8.34 – Ação ajuizada após o vencimento da apólice – Fato, contudo, ocorrido durante a sua vigência	958
8.35 – Acidente ocorrido por culpa da vítima.....	958
8.36 – Assassinato do segurado pelo cônjuge.....	958
8.37 – Causador da morte do segurado instituído como beneficiário do seguro.....	959
8.38 – Embriaguez do motorista acidentado (segurado ou terceiro).....	959
8.39 – Inexigência de exame médico prévio do segurado, embora seja condição para a sua admissão.....	960
8.40 – Instituição da companheira como beneficiária do seguro, na constância do casamento	960

8.41 – Sinistro ocorrido antes da emissão da apólice, mas depois do pagamento de parte do custo do seguro.....	961
8.42 – Cancelamento da apólice ou da cobertura pelo não pagamento de parcelas do prêmio.....	961
8.43 – Estabelecimento pela seguradora de condições para a contratação do seguro.....	961
8.44 – Pagamento de parcela vencida após a ocorrência de sinistro	961
8.45 – Acidente ocorrido com menor de idade sem habilitação, dirigindo veículo com ou sem autorização do pai.....	961
8.46 – Corretora que não repassa à seguradora o valor contratado e pago pelo contratante	962
8.47 – Plano nacional de habitação – Defeitos de construção na unidade habitacional ..	962
8.48 – Responsabilidade da seguradora por dano moral e dano estético e possibilidade de sua exclusão na apólice de seguro	962
8.49 – Furto simples e furto qualificado – Distinção em contrato para efeito de indenização.....	962
8.50 – Seguro agrícola: imposição da entidade financeira como condição para concessão de financiamento	962
8.51 – Indenização do dano pela seguradora na alienação fiduciária.....	962
8.52 – Quitação do valor recebido com ressalva no recibo do valor remanescente.....	963
8.53 – Acidente de trânsito causado por culpa exclusiva do preposto (empregado) do segurado, proprietário do veículo	963
8.54 – Condutor do veículo acidentado não habilitado	963
8.55 – Dano moral no contrato de seguro.....	963
8.56 – Doença causadora do óbito do segurado descoberta somente após a contratação do seguro.....	963
8.57 – Declaração falsa ou incompleta do segurado.....	963
8.58 – Dolo e culpa grave como excludentes da obrigação.....	964
8.59 – Furto de veículo estacionado na rua (local público).....	964
8.60 – Morte de pessoa transportada no veículo do segurado.....	964
8.61 – Motorista trafegando em marcha à ré.....	964
8.62 – Seguro de vida: segurado que participa de assalto e perde a vida	964
8.63 – Valor segurado ou valor de mercado.....	964
8.64 – Veículo roubado por “carona”.....	964
8.65 – Ação ajuizada por terceiro em relação ao contrato de seguro e estipulação em favor de terceiro	964
8.66 – Cláusula contratual prevendo o pagamento com desconto das avarias e despesas de socorro e salvamento.....	965
8.67 – Cláusula contratual que exclui a responsabilidade da seguradora se o veículo não estava sendo conduzido pelo condutor que o utiliza com mais frequência	965
8.68 – Agravamento dos riscos pelo segurado	965
8.69 – Lucros cessantes: obrigação da seguradora quando atrasa ou retarda o pagamento da indenização.....	965
8.70 – Doença adquirida pelo segurado após a contratação do seguro.....	965
8.71 – Venda do veículo e transferência do seguro independentemente de comunicação à seguradora	966
8.72 – Momento em que o contrato de seguro se perfecciona	966

8.73 – Veículo sinistrado: orçamento para conserto com valor superior ao seu preço de mercado.....	966
8.74 – Sub-rogação: transação entre o segurado e a pessoa causadora do acidente	966
8.75 – Aplicação do Código de Defesa do Consumidor aos contratos de seguro.....	966
8.76 – Declaração de Risco: presunção de veracidade e de boa-fé do questionário preenchido pelo segurado quando da contratação.....	966
8.77 – Descumprimento do “perfil de modo de utilização do veículo” que não afasta a obrigação de cobertura da seguradora.....	968
8.78 – Não fornecimento pela seguradora de serviço de guincho, contratualmente previsto: dano moral	968
8.79 – Agravamento do risco coberto: alteração do local de tráfego habitual do veículo segurado.....	968
8.80 – Seguro obrigatório no transporte aéreo	968
8.81 – Transporte de carga: cláusula excludente da cobertura das operações de carga e descarga.....	968
8.82 – Condenação direta e solidária da seguradora denunciada à lide.....	968
8.83 – Ação proposta pelo terceiro prejudicado direta e exclusivamente contra a seguradora do causador do dano.....	968
8.84 – Responsabilidade da seguradora pela qualidade dos serviços executados no veículo, por oficina que credenciou ou indicou	969
8.00A – EMPRESAS DE PECÚLIO E DE APOSENTADORIA PRIVADA	969
8.01A – Publicidade enganosa – Aposentadoria privada inviável	969
9.00 – EMPRESA JORNALÍSTICA OU DE PUBLICIDADE.....	969
9.01 – Publicação de foto de jogador sem a propaganda do patrocinador contida no uniforme.....	969
9.02 – Televisonamento de imagem alheia sem autorização.....	969
9.03 – Continuidade delitiva civil na ação de reparação de danos.....	969
9.04 – Legitimidade passiva para a ação.....	970
9.05 – “Sexo por telefone” – Publicação de foto em jornal sem autorização	970
9.06 – Queda de placa de propaganda.....	970
9.07 – Crônica policial sobre ocorrência registrada e verdadeira	970
9.08 – Identificação de menor de idade e exploração de sua imagem por empresa jornalística.....	970
9.09 – Responsabilidade subjetiva da empresa	971
9.10 – Direito à livre manifestação de opinião.....	971
9.11 – Comentário inverídico e ofensivo a respeito de servidor público	971
9.12 – Divulgação de fatos constantes de documento policial	971
9.13 – Divulgação de notícia verdadeira de forma sensacionalista.....	971
9.14 – Divulgação de acusações feitas pelo Ministério Público.....	972
10.00 – EMPRESAS LOCADORAS DE VEÍCULOS, OPERADORAS DE LEASING OU ARRENDAMENTO MERCANTIL.....	972
10.01 – Abuso do direito de cobrar	972
10.02 – Ato ilícito decorrente da utilização do veículo pelo arrendatário ou locatário.....	972
10.03 – Furto do veículo locado.....	972
11.00 – EMPRESAS OPERADORAS DE CARTÕES DE CRÉDITO.....	973
11.01 – Cartão de crédito extraviado.....	974

11.02 – Cartão de crédito furtado.....	975
11.03 – Remessa de cartão de crédito pelo correio sem solicitação do destinatário	975
11.04 – Cobrança de anuidade após o cancelamento do cartão de crédito.....	975
11.05 – Cartão de crédito “clonado”	975
11.06 – Recusa do sistema de consulta ao pagamento da despesa com cartão de crédito..	976
11.07 – Bloqueio indevido de cartão de crédito	976
11.08 – Bloqueio temporário por falta de pagamento da fatura	976
11.09 – Responsabilidade do correntista pelo uso do cartão magnético	976
11.00A – EMPRESAS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA	977
11.01A – Alegação de força maior.....	977
11.02A – Vítima atingida por disparo feito por empregado atuando como vigia.....	977
11.03A – Falha da empresa de vigilância no serviço de monitoramento	977
12.00 – ESTABELECIMENTO DE ENSINO	977
12.01 – Acidente ocorrido com aluno	977
12.02 – Curso superior não reconhecido – Pretensão dos formandos à indenização.....	978
12.03 – Furto de veículos de professores e de alunos estacionados em estabelecimento de ensino	978
12.04 – Curso não reconhecido pelo Ministério da Educação – Perda do ano letivo	978
12.05 – Interrupção do curso pelo estabelecimento de ensino	978
12.06 – Recusa em entregar diploma a aluno aprovado	978
12.07 – Menor de idade agredido no interior de escola.....	979
12.08 – Inscrição do nome de aluno no SPC por falta de pagamento	979
12.09 – Propaganda de curso técnico irregular	979
13.00 – ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS MEDIANTE REMUNERAÇÃO	979
13.01 – Furto ou roubo de (ou em) veículos de estacionamento pago.....	979
14.00 – ESTÁDIOS DE ESPORTES.....	979
14.01 – Morte ou lesão sofrida por torcedor no estádio.....	979
14.02 – Queda da cobertura do estádio.....	979
14.03 – Acidente ocorrido com criança em estádio de futebol	980
15.00 – FURTO OU ROUBO DE (OU EM) VEÍCULO DE ESTACIONAMENTO.....	980
15.01 – Estacionamento de banco	982
15.02 – Estacionamento de clube recreativo	982
15.03 – Estacionamento de edifício em condomínio	983
15.04 – Estacionamento de empregador (local de trabalho do empregado)	984
15.05 – Estacionamento de universidade ou qualquer outro estabelecimento de ensino público ou privado	984
15.05A – Estacionamento de hospital	985
15.06 – Estacionamento de hotel	986
15.07 – Estacionamento de oficina mecânica.....	986
15.08 – Estacionamento de posto de serviços (“posto de gasolina”).....	987
15.09 – Estacionamento de qualquer empresa.....	987
15.10 – Estacionamento de restaurante	988
15.11 – Estacionamento de <i>shopping center</i>	990
15.12 – Estacionamento de supermercado	993
15.13 – Estacionamento pago	995

15.14 – Zona Azul delimitada em vias e logradouros públicos	997
15.15 – Furto ou roubo de veículos estacionados no interior de igrejas e templos evangélicos, ou de seus acessórios	997
16.00 – GUARDA-MALAS (LOCAL PARA DEPÓSITO DE BAGAGEM)	998
17.00 – HOSPITAIS, SANATÓRIOS, CLÍNICAS, CASAS DE SAÚDE E SIMILARES	998
17.01 – Choque alérgico no paciente	1005
17.02 – Danos causados a veículo de médico, estacionado no hospital	1005
17.03 – Doente atacado e morto por outro paciente	1005
17.04 – Erro da equipe médica	1005
17.05 – Fuga de paciente do hospital	1005
17.06 – Gratuidade do tratamento	1005
17.07 – Internação de doente: pessoa responsável pelo pagamento	1006
17.08 – Morte ou suicídio de paciente no interior do hospital	1006
17.09 – Responsabilidade civil do hospital por ação ou omissão de seus prepostos (enfermeiros e funcionários em geral)	1006
17.10 – Responsabilidade civil do hospital por ação ou omissão do médico	1006
17.11 – Responsabilidade subjetiva do hospital perante o Código Civil, ou objetiva nos termos do Código de Defesa do Consumidor	1010
17.12 – Tratamento inadequado do paciente	1013
17.13 – Transfusão de sangue contaminado pelo vírus da AIDS	1013
17.14 – Infecção hospitalar	1013
17.15 – Suicídio de paciente internado	1014
17.16 – Morte de paciente internado em clínica psiquiátrica	1015
17.17 – Conceito de preposto e preponente	1015
17.18 – Recém-nascido: lesões ou morte em hospital	1015
17.19 – Remoção de paciente em condições precárias para outro hospital	1015
17.20 – Responsabilidade solidária do hospital	1015
17.21 – Responsabilidade da clínica médica credenciada	1016
17.22 – Subtração de recém-nascido do interior de hospital	1016
17.23 – Envio de cadáver de pessoa identificada ao IML e seu sepultamento como indigente	1016
17.24 – Alegação de mau atendimento em setor de pronto atendimento de hospital público	1016
17.25 – Responsabilidade civil na coleta e armazenamento de células-tronco embrionárias	1017
17.00A – JUSTIÇA DO TRABALHO: MATÉRIAS CORRELATAS	1017
18.00 – LABORATÓRIO PRODUTOR DE MEDICAMENTOS	1018
18.01 – Medicamento que se mostrou ineficaz	1018
18.02 – Intoxicação medicamentosa	1018
18.03 – Comercialização de placebo por laboratório médico, como se fosse contraceptivo (anticoncepcional)	1018
18.00A – MONTADORAS DE VEÍCULOS	1018
18.01A – Defeito de fabricação em veículo	1018
19.00 – OFICINA DE CONserto DE VEÍCULOS	1019
19.01 – Danos causados a terceiros por veículo entregue para conserto em oficina mecânica	1019

19.02 – Furto ou roubo de veículo em oficina mecânica.....	1019
20.00 – POSTOS DE SERVIÇO PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES (“POSTOS DE GASOLINA”).....	1019
20.01 – Danos a terceiro por empregado do posto, dirigindo veículo ali deixado para ser lavado ou guardado	1019
20.02 – Furto de veículo entregue ao posto para lavar.....	1020
20.03 – Furto de veículo estacionado no posto.....	1020
20.04 – Incêndio em veículo após ter sido abastecido	1020
21.00 – RESPONSABILIDADE DO EMPREGADOR PERANTE SEUS EMPREGADOS.....	1020
21.01 – Acidente no trabalho sofrido pelo empregado.....	1022
21.02 – Danos em veículo pertencente a empregado, ocorrido no estacionamento do seu local de trabalho	1022
21.03 – Furto de veículo de empregado do interior do estacionamento da empresa.....	1022
21.04 – Responsabilidade da Federação de Futebol por acidente sofrido por árbitro	1022
21.05 – Dispensa desonrosa e difamante de empregado, ou sem justa causa – Dano moral.....	1022
21.06 – Morte de filho menor de idade de ex-empregado na piscina da casa do ex-patrão	1022
21.07 – Morte de vigia noturno em virtude de assalto	1022
21.08 – Morte de empregado em assalto, quando transportava numerário	1022
21.09 – Transporte contratado pelo empregador – Acidente com o empregado	1023
21.10 – Motorista de ônibus coletivo	1023
21.11 – Empregado acusado de furto praticado na empresa.....	1023
21.12 – Acidente aéreo ocorrido com empregado	1023
21.13 – Hóspede de hotel que lesiona o gerente do estabelecimento	1023
21.14 – Conceito de preposto	1023
21.15 – Empregado nas funções de provador de bebida alcoólica que se torna dependente	1024
21.16 – Lesões sofridas por empregado quando, no horário de trabalho, era transportado na carroçaria de caminhão pertencente a terceiro.....	1024
22.00 – RESPONSABILIDADE DO FABRICANTE	1024
22.01 – Ausência de advertência de “contraindicação” do produto	1026
22.02 – Dano moral na responsabilidade contratual do fabricante.....	1026
23.00 – RESPONSABILIDADE DOS HOTÉIS, PENSÕES, ESTALAGENS E SIMILARES EM FACE DE SEUS HÓSPEDES	1026
23.01 – Danos causados a veículo de hóspede.....	1028
23.02 – Furto em hotel.....	1028
23.03 – Furto de veículo estacionado no hotel	1029
23.04 – Acidente com hóspede no interior de hotel.....	1029
23.05 – Gerente de hotel agredido e lesionado por hóspede	1029
24.00 – RESTAURANTES E SIMILARES.....	1030
24.01 – Furto de veículo na via pública, sob a guarda de restaurante.....	1030
24.02 – Furto de veículo em estacionamento de restaurante	1030
24.03 – Roubo de veículo em poder de manobrista de restaurante.....	1030
24.04 – Acidente com criança em brinquedo infantil do estabelecimento.....	1030
24.05 – Lesões sofridas por frequentador em seu interior	1030

24.06 – Furto de objeto de cliente no interior de restaurante	1030
25.00 – <i>SHOPPING CENTER</i> E LOJAS COMERCIAIS.....	1031
25.01 – Furto de veículo de estacionamento de <i>shopping center</i>	1031
25.02 – Insucesso comercial dos ocupantes de lojas: pretensão de responsabilizar a administradora do <i>shopping center</i>	1031
25.03 – Explosão no interior de <i>shopping center</i> – Responsabilidade do proprietário do empreendimento.....	1031
25.04 – Lesão sofrida por menor de idade no interior de loja	1031
25.05 – Lesão corporal grave ou morte de pessoa no seu interior por ato de terceiro	1031
25.06 – Pessoa vítima de furto, roubo, extorsão, sequestro ou cárcere privado no interior do estabelecimento ou em seu pátio de estacionamento	1032
25.07 – Empreendedor que não observou o prazo avençado para inauguração	1032
25.08 – Furto de bolsa ou qualquer objeto pessoal em praça de alimentação de <i>shopping center</i>	1032
25.09 – Sequestro relâmpago ocorrido no interior do estacionamento de <i>shopping center</i>	1032
26.00 – SOCIEDADE EXPLORADORA DE JOGO DE TURFE (CORRIDA DE CAVALOS EM <i>JOCKEY CLUB</i>)	1032
26.01 – Erro na indicação dos “páreos”	1032
27.00 – SUPERMERCADOS OU HIPERMERCADOS	1032
27.01 – Queda acidental de cliente no interior do supermercado	1032
27.02 – Furto de veículo de estacionamento de supermercado	1033
27.03 – Queda de produto de prateleira, causando lesão ao cliente	1033
27.04 – Cliente acusado injustamente de furto, com ou sem “revista” pessoal	1033
27.05 – Acidente com menor de idade no interior do supermercado.....	1033
27.06 – Assalto à mão armada, sequestro ou morte de cliente nas dependências do estabelecimento.....	1033
27.07 – Disparo de alarme sonoro no momento em que o cliente passava pelo dispositivo de segurança.....	1034
27.08 – Idoso suspeito de furto, obrigado a despir-se em local aberto ao público.....	1034
28.00 – EMPRESAS DE FRANQUIA EMPRESARIAL (<i>FRANCHISING</i>)	1034
29.00 – EMPRESAS DE COMPRA DE FATURAMENTO (<i>FACTORING</i>)	1034
30.00 – RESPONSABILIDADE CIVIL DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS E A “TEORIA DO RESULTADO”	1034
31.00 – RESPONSABILIDADE DA AGÊNCIA DE EMPREGOS	1034
32.00 – RESPONSABILIDADE DA AGÊNCIA DE TURISMO.....	1035
32.01 – Responsabilidade da empresa de turismo pela hospedagem do contratante em hotel de categoria inferior ao prometido	1036
32.02 – Responsabilidade contratual da empresa de turismo por todos os serviços que integram o pacote, ressalvado o direito de regresso	1036
32.03 – Responsabilidade da empresa de turismo pelo insatisfatório serviço prestado pelo hotel	1036
32.04 – Responsabilidade da empresa de turismo pela impossibilidade de embarque do consumidor em viagem internacional por falta de passaporte	1036
32.05 – Responsabilidade solidária da empresa de turismo e a companhia aérea por atraso de voo fretado	1036

32.06 – Responsabilidade da empresa de turismo pelos transtornos causados pela substituição do roteiro de viagem programado.....	1037
32.07 – Tutela antecipada para assegurar a viagem frustrada.....	1037
32.08 – Prazo de prescrição: lei aplicável	1037
33.00 – RESPONSABILIDADE DAS ADMINISTRADORAS DE CONSÓRCIOS	1037
33.01 – Atraso injustificado na entrega do bem	1037
33.02 – Utilização do nome, instalações e endereço de empresa para a venda de plano de consórcio (teoria da aparência)	1037
33.03 – Recusa da administradora de entregar o bem a consorciado sorteado	1037
33.04 – Responsabilidade dos administradores e ex-administradores	1037
34.00 – SOCIEDADES ANÔNIMAS	1038
34.01 – Responsabilidade civil do administrador e do acionista controlador.....	1039
34.02 – Legitimidade dos acionistas para propor ação de responsabilidade civil contra a sociedade.....	1040
34.03 – Transferência de ações com instrumento de procuração falso.....	1040
34.04 – Transformação da sociedade anônima em sociedade limitada sem a participação e anuência dos acionistas.....	1041
34.05 – Legitimidade da empresa para ajuizar ação de responsabilidade contra ex-administradores.....	1041
35.00 – PLANOS DE SAÚDE E SEGURO-SAÚDE.....	1041
36.00 – RESPONSABILIDADE DAS EMPRESAS FABRICANTES DE CIGARROS. CONSIDERAÇÕES DOUTRINÁRIAS ACERCA DA QUESTÃO DO TABAGISMO	1041
36.01 – Inexistência de prova de consumo exclusivo de produtos da ré	1047
36.02 – Prescrição com base no art. 27 do CDC	1047
36.03 – Opção e escolha do usuário que não empenha obrigação do fabricante.....	1048
36.04 – Ação proposta por familiares. Produto de periculosidade inerente. Inexistência de violação a dever jurídico de informar	1048
37.00 – CASAS NOTURNAS, BOATES E DANCETERIAS.....	1049
37.01 – Banho de espuma em frequentador	1049
38.00 – RESPONSABILIDADE DO EMPREGADO EM FACE DO SEU EMPREGADOR, PREVISTA NO CONTRATO DE TRABALHO	1049
38.01 – Desconto em folha do valor do prejuízo	1049
39.00 – RESPONSABILIDADE DAS EMPRESAS OPERADORAS DE TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO	1049
39.01 – Insurgência contra a não premiação prevista em contrato	1049

TÍTULO III

Responsabilidade extracontratual

Capítulo VIII

RESPONSABILIDADE POR ATO PRÓPRIO

1.00 – RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL NO DIREITO BRASILEIRO.....	1057
2.00 – O ATO ILÍCITO	1059
3.00 – A CULPA COMO ELEMENTO GERADOR DA RESPONSABILIDADE	1059

4.00 – A RESPONSABILIDADE	1059
5.00 – AÇÃO E OMISSÃO	1059
6.00 – NEXO DE CAUSALIDADE	1059
7.00 – CAUSAS DE IRRESPONSABILIDADE	1059
7.00 A – ABALO DE CRÉDITO	1059
8.00 – ABUSO DO DIREITO E ABUSO DE AUTORIDADE.....	1059
8.01 – <i>Delatio criminis</i> contra réu absolvido na ação penal.....	1061
8.02 – Reiteradas purgações da mora em ações de despejo por falta de pagamento.....	1061
8.03 – Rompimento unilateral de contrato	1061
8.04 – Dispensa de empregado	1062
8.05 – Apreensão de bens e detenção de ex-funcionário, sem ordem judicial	1062
8.06 – Responsabilidade dos Prefeitos	1062
8.07 – Responsabilidade dos Vereadores.....	1062
8.08 – Responsabilidade dos Deputados.....	1062
8.09 – Demolição de muro de particular pelo Poder Público sem processo administrativo ou judicial e sem assegurar o direito de defesa.....	1062
8.10 – Atraso no pagamento de uma parcela de dívida contraída por contrato de arrendamento mercantil. Dívida considerada vencida por inteiro, com emissão de promissória e sua remessa para protesto.....	1062
8.11 – Protesto indevido de duplicata já paga.....	1062
8.12 – Abuso do direito em juízo: exigência do dolo	1062
8.13 – Recusa injustificada da empresa de planos de saúde ao pedido de internação do paciente em UTI.....	1062
9.00 – ADULTÉRIO	1063
10.00 – INCAPAZ: SUA RESPONSABILIDADE	1066
10.01 – A equivocada responsabilização dos inimputáveis (menores de idade e amantais).....	1066
10.02 – Responsabilidade subsidiária ou secundária e mitigada do incapaz (art. 928, caput e parágrafo único, do CC/2002)	1070
10.03 – Causa excludente do dever de indenizar do incapaz (art. 928, parágrafo único, do CC/2002)	1071
10.04 – Responsabilidade do incapaz <i>versus</i> responsabilidade do seu responsável	1072
10.05 – A contradição entre o <i>caput</i> do art. 928 e o parágrafo único do art. 942 do CC/2002	1073
10.06 – Menor de idade ou incapaz condutor de veículo.....	1075
10.07 – Menores ou maiores de idade viciados em tóxicos ou ébrios eventuais.....	1076
11.00 – BENS IMÓVEIS – POSSE.....	1076
11.01 – Casa construída em terreno alheio.....	1076
11.02 – Invasão de imóvel por terceiro.....	1076
11.03 – Benfeitorias – Terceiro ou possuidor de boa ou de má-fé.....	1077
11.04 – Ação de reintegração de posse julgada improcedente após a concessão de liminar – Indenização dos danos causados	1077
11.05 – Indenização em caso de desapropriação	1077
11.06 – Acessões.....	1077
11.07 – Apropriação de imóvel alheio	1077

12.00 – CALÚNIA, DIFAMAÇÃO E INJÚRIA	1078
12.01 – Fixação do <i>quantum</i> da indenização resultante de calúnia, difamação ou injúria	1083
12.02 – Publicação de notícia em jornal	1083
12.03 – Danos materiais	1084
12.04 – Retratação do ofensor em juízo, aceita pelo ofendido	1084
12.05 – Ofensa, em programa radiofônico, dirigida à pessoa identificada apenas por alcunha	1084
12.06 – Violação da honra através de mensagem eletrônica (Internet)	1084
12.07 – Exigência de comportamento doloso	1084
13.00 – CONCUBINATO E UNIÃO ESTÁVEL	1085
13.01 – Critério para a divisão dos bens do casal no rompimento do concubinato	1091
13.02 – Critérios para a fixação da indenização à concubina pelos serviços prestados	1091
13.03 – Direito da concubina que contribuiu para a formação do patrimônio do companheiro	1092
13.04 – Indenização à concubina ou à convivente em união estável por serviços domésticos prestados ao companheiro	1093
13.05 – Legitimidade ativa do companheiro em reclamar indenização pela morte da amásia	1095
13.06 – Natureza jurídica do concubinato	1095
13.07 – Convivência simultânea do marido com a esposa e a amante	1095
13.08 – Morte do(a) companheiro(a): indenização por dano moral	1095
13.09 – União estável e dano moral	1095
13.10 – Partilha de bens	1097
13.11 – Sociedade de fato entre homossexuais	1097
13.12 – Ruptura imotivada de concubinato	1097
13.13 – Distinção entre concubinato impuro e união estável	1097
13.14 – Mulher que manteve ligação amorosa com homem casado: pretensão ao dano moral	1098
13.15 – União entre pessoas do mesmo sexo (união homoafetiva)	1098
14.00 – DANO A PRÉDIO OU PROPRIEDADE VIZINHA	1102
14.01 – Dano à propriedade vizinha por poluição industrial	1102
14.02 – Danos causados a vizinho pela aplicação de herbicida na lavoura	1103
14.03 – Danos causados por queimada	1103
14.04 – Excludentes da responsabilidade	1104
14.05 – Formas de indenizar	1104
14.06 – Invasão de gado na propriedade vizinha	1104
14.07 – Legitimidade ativa do locatário	1104
14.08 – Responsabilidade do empreiteiro de obra por dano à propriedade vizinha	1104
14.09 – Responsabilidade objetiva	1105
14.10 – Responsabilidade solidária do dono da obra com o construtor ou empreiteiro	1105
14.11 – Infiltração ou vazamento de um apartamento para outro	1105
15.00 – DIREITO À HONRA	1105
16.00 – DIREITO À IMAGEM	1106
17.00 – DIREITO À INTIMIDADE E À PRIVACIDADE	1106
18.00 – DIREITO AUTORAL	1106

18.01 – Plágio, contrafação e utilização indevida de criação intelectual	1124
18.02 – Utilização ou publicação de obra sem o consentimento do autor	1126
18.03 – Cópia de obras cinematográficas em fitas de vídeo sem autorização	1127
18.04 – Execução de música em ambiente fechado	1128
18.05 – Obra literária	1128
18.06 – Omissão do nome de participante de obra cinematográfica	1128
18.07 – Programas de computador (<i>software</i>)	1128
18.08 – Publicação em revista do desfecho de novela televisada	1128
18.09 – Titularidade dos direitos autorais	1129
18.10 – Trabalho realizado por empregado, por dever funcional	1129
18.11 – Uso de imagem de artista	1129
18.12 – Utilização de obra artística por órgão estatal	1129
18.13 – Obra publicitária	1129
18.14 – Execução de peças musicais em bailes, shows e eventos em geral, em praça pública, promovidos gratuitamente pelo Município	1129
18.15 – Indenização pelo uso indevido da produção intelectual	1130
18.16 – Edição jornalística divulgada em <i>site</i> da Internet	1130
18.17 – Publicação de obra fotográfica sem indicação do autor	1130
18.18 – Execução de obra cinematográfica, nela incluída composição musical	1130
19.00 – DIREITOS DA PERSONALIDADE	1130
20.00 – DIREITO INTELECTUAL	1130
21.00 – DENUNCIÇÃO CALUNIOSA	1130
21.01 – Reparação civil	1130
21.02 – Falsa imputação de crime através de queixa-crime	1132
22.00 – DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEL	1132
22.01 – Indenização pela remoção e reinstalação de indústria	1132
22.02 – Indenização da posse	1132
22.03 – Desistência da ação	1132
22.04 – Indireta – Prescrição aquisitiva – Usucapião como defesa	1132
22.05 – Limitação administrativa ao uso da propriedade	1132
22.06 – Criação de área de proteção ambiental como reserva florestal ou estação ecológica, com restrição de uso, mas sem impor a perda da propriedade	1133
22.07 – Exigência de indenização prévia por força de preceito constitucional	1133
23.00 – DÍVIDA NÃO VENCIDA OU JÁ PAGA (ARTS. 939 E 940 DO CÓDIGO CIVIL) – COBRANÇA INDEVIDA	1133
23.01 – Ajuizamento da ação de cobrança de valor excessivo ou já pago como pressuposto da sanção do art. 940 do Código Civil	1137
23.02 – Cobrança de dívida já paga	1138
23.03 – Exigência de dolo ou culpa (má-fé) na cobrança de dívida excessiva ou já paga ...	1138
23.04 – Inexigência de dolo ou culpa (má-fé) na cobrança de dívida excessiva ou já paga	1138
23.05 – Dano moral decorrente da cobrança de dívida já paga	1139
23.06 – Cobrança de dívida excessiva ou já paga nas operações de <i>leasing</i> ou arrendamento mercantil	1139
23.07 – Reconhecimento, cumulado, da má-fé processual e do abuso do direito de demandar previsto no art. 940 do Código Civil	1139

23.08 – Cobrança de despesas de condomínio já pagas.....	1139
23.09 – Aplicação subsidiária do art. 940 do CC/2002 às ações trabalhistas.....	1139
23.10 – Desnecessidade de reconvenção ou ação autônoma para reclamar a restituição em dobro em ação de cobrança de dívida já paga	1139
24.00 – FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL DO EMPRESÁRIO E DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA	1140
24.01 – Responsabilidade do requerente de falência denegada	1140
24.02 – Omissão do síndico nomeado para administrar os bens da massa falida	1143
24.03 – Título parcialmente quitado	1143
24.04 – Responsabilidade civil do Administrador Judicial e dos membros do Comitê de Credores	1143
25.00 – FIDEICOMISSO	1144
25.01 – Perecimento da coisa	1144
26.00 – INFRAÇÕES AOS DEVERES CONJUGAIS (RESPONSABILIDADE ENTRE CÔNJUGES OU CONVIVENTES)	1144
26.01 – Separação judicial culposa e divórcio litigioso.....	1144
26.02 – Distinção entre pensão alimentícia e indenização por infração	1148
26.03 – Indenização por ato culposo do cônjuge	1150
26.04 – O direito à reparação não nasce do só fato da separação.....	1151
26.05 – Infração aos deveres conjugais	1151
26.06 – Obrigação de indenizar decorrente de culpa contratual do cônjuge	1151
26.07 – Discussão entre cônjuges no interior do lar.....	1153
27.00 – LIBERDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	1153
28.00 – LISTA TELEFÔNICA – PUBLICIDADE.....	1153
28.01 – Erro de impressão de número de telefone.....	1153
28.02 – Incorreção quanto ao bairro e zona	1153
29.00 – MEIO AMBIENTE: TUTELA CIVIL – DANO ECOLÓGICO OU AMBIENTAL.....	1154
29.01 – O dano ecológico e a proteção ambiental.....	1157
29.02 – A queima da cana-de-açúcar para a sua colheita e industrialização.....	1167
29.03 – Meios de responsabilização civil dos agressores ao meio ambiente: a ação civil pública	1168
29.04 – Caça proibida de animais	1170
29.05 – Poluição marítima: derramamento de óleo no mar e outros danos	1170
29.06 – Lançamento de resíduos tóxicos em rio	1173
29.07 – Poluição industrial	1173
29.08 – Desmatamento de mata natural atlântica	1173
29.09 – Rompimento de duto da Petrobras	1173
29.10 – Vazamento de produto químico por rompimento de duto	1173
29.11 – Danos em área de proteção ambiental	1174
29.12 – Despejos <i>in natura</i> lançados em rio	1174
29.13 – Prova do dano e responsabilidade sem dano.....	1174
29.14 – Extração de areia e cascalho em rio	1175
29.15 – Apreensão, caça ou abate de animal silvestre.....	1175
29.16 – Poluição da água e suas conseqüências	1175

29.17 – Dano moral ao meio ambiente (dano moral coletivo).....	1179
29.18 – Responsabilidade solidária das empresas.....	1188
29.19 – Responsabilidade solidária entre o Estado e o agressor do meio ambiente.....	1188
29.20 – Imposição de obrigação de reparar a quem adquiriu a terra já desmatada.....	1188
29.21 – Competência concorrente entre União, Estados e Municípios.....	1188
29.22 – Exposição de pessoas a resíduos industriais tóxicos.....	1188
29.23 – Destruição de dunas que encobriam sítios arqueológicos.....	1188
29.24 – Loteamento clandestino.....	1189
29.25 – Cumulação das obrigações de fazer (recuperação da área) com obrigação de pagar (indenizar).....	1189
29.26 – A questão relativa à inadmissibilidade de excludentes da responsabilidade no âmbito do STJ.....	1189
29.27 – Demolição. Conversão em indenização.....	1189
29.28 – Admissibilidade da responsabilidade objetiva, por decorrência do risco integral e inadmissibilidade de excludentes.....	1189
29.29 – Dano moral decorrente da privação das condições de trabalho, em decorrência de dano ambiental.....	1190
30.00 – MENORES DE IDADE E AMENTAIS: SUA RESPONSABILIDADE.....	1190
31.00 – NOIVADO E NAMORO – ROMPIMENTO (PROMESSA DE CASAMENTO – “ESPONSAIS”).....	1190
31.01 – O antigo e extinto dote previsto no art. 1.548 do Código Civil revogado.....	1194
31.02 – Ausência de prova de que o rompimento do noivado foi injustificado.....	1194
31.03 – Indenização do dano material.....	1194
31.04 – Reparação do dano moral na ruptura do noivado.....	1194
31.05 – Rompimento de namoro.....	1195
31.00A – OFENSA À LIBERDADE PESSOAL (CÓDIGO CIVIL, ART. 954).....	1195
32.00 – OFENSA À HONRA DA MULHER.....	1199
32.01 – Defloração de menor de idade como ofensa à honra da mulher.....	1201
32.02 – Sedução.....	1201
32.03 – Rompimento de noivado.....	1202
32.04 – Desistência do casamento pelo noivo na véspera da cerimônia.....	1202
32.00A – PROMESSA DE RECOMPENSA (CÓDIGO CIVIL, ART. 854).....	1202
32.00B – PROPRIEDADE INDUSTRIAL.....	1203
32.01B – Forma de indenizar o titular da patente.....	1203
32.02B – Contrafação.....	1203
32.03B – Uso indevido de marca.....	1204
33.00 – RESPONSABILIDADE CIVIL DO MAGISTRADO (JUIZ).....	1204
33.00A – RESPONSABILIDADE CIVIL DO REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO..	1204
34.00 – RESPONSABILIDADE DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO E DA IMPRENSA EM GERAL (JORNAL, RÁDIO E TELEVISÃO).....	1204
34.01 – Divulgação de doença de certa pessoa pelos meios de comunicação.....	1204
34.02 – Exigência de comportamento doloso ou culposo.....	1204
34.03 – Imputação a outrem, pela imprensa, de conduta irregular, desonrosa ou criminosa.....	1205
34.04 – Legitimidade passiva ad causam da empresa jornalística e do autor da matéria....	1206

34.05 – Notificação prévia como pressuposto da ação	1206
34.06 – Presunção da ocorrência de dano moral	1206
34.07 – Publicação de fotografia sem autorização	1206
34.08 – Divulgação de imagem alheia em propaganda de televisão	1206
34.09 – Linguajar rústico ou chulo	1206
34.10 – Publicação de fotografia sem indicação do autor	1206
34.11 – Utilização do nome de pessoa existente em personagem fictício de programa humorístico	1206
34.12 – Ofensa dirigida por pessoa entrevistada a terceiro	1206
34.13 – Críticas através de sátira em programa humorístico de TV	1207
34.14 – Programa de TV de perguntas e respostas com premiação	1207
34.15 – Anúncio de jornal oferecendo serviços de prostituição com prefixo de telefone de terceira pessoa	1207
34.16 – Publicação não autorizada da imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais	1207
34.17 – Publicação de matéria jornalística com observações de caráter mordaz ou irônico ou opiniões em tom de crítica severa	1207
34.18 – Notícia que ultrapassa os limites da liberdade de imprensa, com ofensa à honra subjetiva da pessoa	1207
35.00 – SEPARAÇÃO JUDICIAL CULPOSA, DIVÓRCIO E ANULAÇÃO DO CASAMENTO	1207
35.01 – Condomínio entre ex-cônjuges – Uso exclusivo do bem por um deles	1208
35.02 – Venda de imóvel doado aos filhos quando da separação judicial	1208
35.03 – Admissão do dano moral na separação e no divórcio	1208
36.00 – APROPRIAÇÃO IRREGULAR DE ENERGIA ELÉTRICA	1209
36.01 – Responsabilidade civil do beneficiário	1209
37.00 – RESPONSABILIDADE DAS PARTES EM JUÍZO POR ABUSO DO DIREITO, MÁ-FÉ E FRAUDE PROCESSUAL (MEDIDAS CAUTELARES E ABUSO DO DIREITO DE ESTAR EM JUÍZO)	1209
37.01 – Má-fé processual em medida cautelar (art. 811 do CPC)	1209
37.02 – Abuso do direito de estar em juízo (direito de reparação por má-fé processual e outros comportamentos residuais)	1211
37.03 – Indenização decorrente da execução de medida cautelar	1214
37.04 – Dano material ocorrido no processo em razão de má-fé processual	1214
37.05 – Dano processual em processo trabalhista	1215
37.06 – Pretensão de obter reparação por dano moral decorrente da má-fé processual revelada nos autos	1215
37.07 – Ação judicial proposta contra pessoa proba, com base em documento falso e sem qualquer fundamento	1215
37.08 – Exigência de dolo ou culpa	1215
38.00 – NASCITURO – DIREITOS	1215
38.01 – Morte do genitor em acidente do trabalho	1215
39.00 – RESPONSABILIDADE CIVIL DOS PREFEITOS	1216
39.01 – Responsabilidade penal, administrativa e civil do Prefeito Municipal – Exigência da culpabilidade	1216
39.02 – Competência para julgar os ilícitos administrativos e civis do Prefeito Municipal	1219

39.03 – Desvio de finalidade na aplicação de verba pública.....	1222
39.04 – Prática de ato próprio da função pelo Prefeito. Responsabilidade da pessoa jurídica de direito público e não do seu agente	1222
40.00 – RESPONSABILIDADE CIVIL DOS VEREADORES E A QUESTÃO DA IMUNIDADE DOS PARLAMENTARES EM GERAL (DEPUTADOS E SENADORES).....	1222
41.00 – RESPONSABILIDADE CIVIL DOS SENADORES E DEPUTADOS	1226
42.00 – RESPONSABILIDADE CIVIL DO AGENTE PÚBLICO POR ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	1227
42.01 – Caráter subsidiário da indenização.....	1227
42.02 – Cumulação da indenização com obrigação de fazer	1227
42.03 – Doação de bem público a particular – Desvio de destinação.....	1227
42.04 – Indisponibilidade ou bloqueio de bens	1227
42.05 – Proporcionalidade entre a indenização e a extensão do dano.....	1228
42.06 – Prova do dano.....	1228
42.07 – Ação adequada (ação civil pública ou ação de reparação de danos).....	1228
42.08 – Atos de improbidade praticados pelo Prefeito Municipal.....	1229
43.00 – VIZINHANÇA.....	1229
43.01 – Perturbação ao sossego e repouso do vizinho	1229
44.00 – RESPONSABILIDADE CIVIL NOS ESPORTES.....	1229
44.01 – Esporte profissional	1230
44.02 – Esporte amador	1231
44.03 – Clubes, entidades esportivas e administradores de estádios	1231
44.04 – Atleta profissional	1232
44.05 – O Estatuto do Torcedor	1234
44.06 – Lesão corporal causada por jogador em outro durante o jogo	1235
44.07 – Transferência de jogador profissional para equipe estrangeira. Indenização.....	1235
44.08 – Direito de imagem e direito de arena	1236
44.09 – Torcidas organizadas: Responsabilidade das agremiações esportivas por danos causados a terceiros	1236
44.10 – Erro de arbitragem. Pretensão do torcedor de obter dano moral	1236
45.00 – INFORMÁTICA, INTERNET E COMÉRCIO ELETRÔNICO.....	1237
45.01 – Competência	1253
45.02 – Mensagens ofensivas da honra, divulgadas em site na Internet.	1253
45.03 – Equiparação da Internet, como meio de divulgação, a outros veículos de informação	1254
45.04 – Ofensa aos direitos autorais. Divulgação de obra literária via Internet.....	1254
45.05 – Registro de nome empresarial na Internet. Suspensão	1254
45.06 – Revista eletrônica. Bloqueio de site na Internet	1254
45.07 – Saque de dinheiro de conta-corrente bancária via Internet	1255
45.08 – Uso abusivo de nome de domínio na Internet	1255
45.09 – Tutela antecipada. Direito de resposta	1255
45.10 – Validade e força probante de documentos enviados por via eletrônica (Internet)..	1255
45.11 – Divulgação de foto pela Internet.....	1255
45.12 – Divulgação de edição jornalística pela Internet.....	1255
45.13 – Uso não autorizado de programa de computador.....	1255

45.14 – Responsabilidade do Provedor de Internet	1256
45.15 – Venda de produto pela Internet.....	1256
45.16 – Dano moral decorrente de mensagens com conteúdo ofensivo	1256
45.17 – Responsabilidade da empresa Google em impedir o surgimento de comunidades no site Orkut, ofensivas a interesse de menores	1256
45.18 – Liberdade de informação	1257
45.19 – Responsabilidade do titular de blog pela inserção no site de artigo escrito por terceiro	1257
45.20 – Utilização do sítio eletrônico de terceira pessoa para veicular anúncio erótico ...	1257
45.21 – Empresa hospedeira de site de relacionamento. Inaplicabilidade da responsabilidade objetiva prevista no art. 927, parágrafo único do CC/2002	1258
45.22 – Inaplicabilidade ao provedor de Internet da responsabilidade objetiva prevista no art. 927, parágrafo único, do CC/2002	1258
45.23 – Orkut. Mensagem ofensiva.....	1258
45.00A – MARCO CIVIL DA INTERNET (LEI 12.965, DE 23.04.2014)	1258
46.00 – RACISMO E DISCRIMINAÇÃO	1260
47.00 – IMUNIDADE PARLAMENTAR DOS SENADORES, DEPUTADOS E VEREADORES	1260
48.00 – RESPONSABILIDADE CIVIL POR ABANDONO AFETIVO E POR ALIENAÇÃO PARENTAL.....	1260
48.01 – Abandono afetivo dos filhos pelos pais	1260
48.02 – Alienação parental.....	1264
49.00 – RESPONSABILIDADE CIVIL NAS RELAÇÕES DE FAMÍLIA	1265
49.01 – Abuso do direito no direito de família	1267
50.00 – PERDA DA PROPRIEDADE EM RAZÃO DE SUA UTILIZAÇÃO PARA A PRÁTICA DE CRIMES	1268
50.01 – Plantio de espécies psicotrópicas.....	1268
51.00 – CONCORRÊNCIA DESLEAL	1268
51.01 – Definição como ato ilícito.....	1268
52.00 – RESPONSABILIDADE CIVIL DA IGREJA	1268
52.01 – Coação sobre os fiéis visando a doação de valores e bens.....	1268
52.02 – Furto ou roubo de veículos estacionados no interior de igrejas e templos evangélicos, ou de seus acessórios.....	1268
52.03 – Pessoa expulsa da igreja que frequentava em razão de sua opção sexual.....	1268

Capítulo IX

RESPONSABILIDADE POR ATO OU FATO DE TERCEIRO

1.00 – OFENSA AOS DIREITOS AUTORAIS	1270
2.00 – RESPONSABILIDADE DAS PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO.....	1270
2.01 – Assalto a estabelecimento comercial – Cliente lesionado por disparo de arma de fogo	1270
3.00 – RESPONSABILIDADE DAS PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO.....	1270
4.00 – RESPONSABILIDADE DOS FARMACÊUTICOS	1270
5.00 – RESPONSABILIDADE DOS HOTELEIROS (ART. 932, IV, DO CC/2002).....	1270

6.00 – RESPONSABILIDADE DOS PAIS PELOS FILHOS MENORES DE IDADE	1270
6.01 – Acidente de trânsito – Veículo dirigido por menor de idade	1277
6.02 – Acidente de trânsito causado por menor de idade habilitado.....	1278
6.03 – Arma de fogo deixada pelo pai em local inadequado	1278
6.04 – A antiga e superada culpa presumida dos pais.....	1278
6.05 – Danos à honra da mulher, causados por menor de idade	1278
6.06 – Dano causado por menor de idade no local de trabalho.....	1279
6.07 – Denúnciação da lide pelo pai ao filho menor de idade.....	1279
6.08 – Dever de guarda, disciplina e vigilância dos pais sobre os filhos	1279
6.09 – Exigência de demonstração da culpa do menor de idade para a caracterização da responsabilidade objetiva do pai.....	1280
6.10 – Menor de idade emancipado.....	1280
6.11 – Menor de idade entre 16 e 18 anos – Irrelevância de sua equiparação ao maior de idade.....	1280
6.12 – Menor de idade sob a guarda exclusiva da mãe – Exclusão do dever de guarda e vigilância do pai.....	1280
6.13 – Pais ausentes do lar quando de acidente ocorrido ou causado por menor de idade	1281
6.14 – Responsabilidade objetiva dos pais	1281
6.15 – Menor de idade independente que não residia com os pais	1281
6.16 – Responsabilidade solidária do genitor que não detém a guarda	1281
6.17 – Ilegitimidade do filho menor para recorrer de decisão proferida em ação proposta apenas contra o genitor, por força da responsabilidade subsidiária e não solidária entre pais e filhos	1282
7.00 – RESPONSABILIDADE DO EMPREGADOR OU COMITENTE POR SEUS EMPREGADOS, SERVIÇAIS E PREPOSTOS (ART. 932, III, DO CC/2002) – CONCEITO DE PREPOSTO	1282
7.01 – Acidente de trânsito causado pelo empregado	1291
7.02 – Casos de exclusão da responsabilidade do empregador	1291
7.03 – Conceito de preposto	1291
7.04 – Culpa presumida do empregador, prevista no revogado Código Civil de 1916	1292
7.05 – Exigência de que o empregado esteja em serviço para que o empregador responda por seus atos.....	1292
7.06 – Inexigência da lei de comprovação de dolo ou culpa grave do empregador	1292
7.07 – Responsabilidade objetiva do empregador	1293
7.08 – Assédio sexual praticado por preposto, prevalecendo-se dessa condição	1293
7.09 – Condenação do preposto no âmbito criminal	1293
7.10 – Assédio moral praticado por preposto, prevalecendo-se dessa condição	1293
8.00 – RESPONSABILIDADE DOS PROFESSORES (EDUCADORES) – ART. 932, IV, DO CC/2002	1293
8.01 – Morte de aluno no interior do estabelecimento de ensino.....	1294
9.00 – RESPONSABILIDADE DOS QUE PARTICIPAM DO PRODUTO DO CRIME	1295
10.00 – RESPONSABILIDADE DOS TUTORES E CURADORES	1295
11.00 – RESPONSABILIDADE DOS SINDICATOS.....	1296
11.01 – Danos materiais causados pelos grevistas, incitados por dirigentes sindicais.....	1296
11.02 – Movimento grevista não pacífico, com suspensão das atividades do empregador	1296

11.03 – Greve abusiva comandada pelo sindicato, causadora de danos coletivos	1297
12.00– RESPONSABILIDADE DO CÔNJUGE, CONVIVENTE OU PESSOA EM UNIÃO ESTÁVEL PELO ATO ILÍCITO DO OUTRO	1297

Capítulo X

RESPONSABILIDADE PELO FATO DA COISA

1.00– A DOCTRINA DA GUARDA DA COISA	1299
2.00– ACIDENTES NAS PASSAGENS DE NÍVEL	1303
3.00– AUTOMÓVEIS E OUTROS VEÍCULOS	1303
4.00– OBJETOS LANÇADOS EM LUGAR INDEVIDO (COISAS LÍQUIDAS E SÓLIDAS – EFFUSIS ET DEJECTIS) – ART. 938 DO CC	1303
4.01 – Ilegitimidade passiva ad causam do locador por objetos lançados pelo locatário	1306
4.02 – Objeto caído de obra em construção	1306
4.03 – Objetos lançados de prédio em condomínio	1306
4.04 – Queda de muro	1307
4.05 – Responsabilidade objetiva	1307
4.06 – Responsabilidade do proprietário do imóvel	1307
4.07 – Queda de placa de propaganda sobre pessoas ou coisas	1307
5.00– PRIVAÇÃO DA GUARDA DA COISA E SEUS EFEITOS	1307
6.00– QUEDA DE ÁRVORE	1309
6.01 – Queda de árvore em praça pública	1309
6.02 – Queda de árvore sobre veículo	1309
7.00– QUEDA DE PONTE	1309
8.00– RESPONSABILIDADE CIVIL DO EXPLORADOR DE ENERGIA ELÉTRICA	1309
9.00– RESPONSABILIDADE NA GUARDA DE COISA INANIMADA – CASUÍSTICA	1310
9.01 – Acidente de trânsito com veículo dirigido por quem não é seu proprietário	1310
9.02 – Acidente de trânsito com veículo locado ou arrendado (leasing)	1310
9.03 – Culpa presumida	1310
9.03A – Explosão de caldeira	1310
9.04 – Furto de objetos de hóspedes de hotel	1310
9.05 – Furto de objetos do interior de apartamento ou de veículo de garagem de condomínio	1310
9.06 – Furto de veículo locado ou arrendado	1310
9.07 – Furto em cofre de aluguel	1310
9.08 – Furto ou roubo de (ou em) veículo de estacionamento	1310
9.09 – Guarda de bens em armazéns-gerais	1310
9.10 – Guarda de bens pelo depositário	1310
9.11 – Guarda-malas	1311
9.12 – Responsabilidade do comodatário	1311
9.13 – Responsabilidade do leiloeiro	1311
9.14 – Responsabilidade do locatário	1311
9.15 – Responsabilidade objetiva	1311
9.16 – Explosão de cilindro de oxigênio em hospital	1311

10.00 – RUÍNA DE EDIFÍCIO (ART. 937 DO CC)	1311
10.01 – Desabamento de prédio	1313
10.02 – Queda de cobertura metálica provocada por fortes ventos	1314
10.03 – Queda de muro.....	1314
10.04 – Responsabilidade objetiva.....	1314
10.05 – Deslizamento de morro.....	1314
11.00 – TRANSPORTE AÉREO, FERROVIÁRIO, MARÍTIMO, METROVIÁRIO E RODO- VIÁRIO	1314
12.00 – QUEIMADA – PROPAGAÇÃO DO FOGO	1314

Capítulo XI

RESPONSABILIDADE PELO FATO OU GUARDA DE ANIMAIS

1.00 – A RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO PROPRIETÁRIO OU DETENTOR DO ANIMAL ESTABELECIDO NO ART. 936 DO CC/2002.....	1315
1.01 – Animal de estimação morto por cães bravios	1317
1.02 – Ato de preposto (animal sob a guarda de empregada doméstica)	1318
1.03 – Conceito de cuidado preciso	1318
1.04 – Não comprovação do cuidado preciso	1318
1.05 – Presunção de culpa	1318
1.06 – Presunção relativa de culpa	1319
1.07 – Reconhecimento de que a pessoa assume o risco de possuir animal perigoso	1319
1.08 – Responsabilidade do dono do animal e do terceiro a quem foi confiado o dever de guarda.....	1319
1.09 – Vítima atacada por animal preso em área restrita da residência, sem aguardar atendimento prévio	1320
1.10 – Responsabilidade dos proprietários ou detentores de cães da raça rottweiler, pit bull ou outras raças de cães ferozes por sua natureza.....	1320
1.11 – Manutenção de cão bravo em apartamento de condomínio	1320
2.00 – AS EXCLUDENTES ADMITIDAS E A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA	1320
3.00 – ANIMAIS NAS RODOVIAS	1321
4.00 – INVASÃO DE GADO EM PROPRIEDADE VIZINHA.....	1322
5.00 – RETENÇÃO DE ANIMAL PERTENCENTE AO VIZINHO	1322
6.00 – CRIANÇA ATACADA POR CÃO BRAVIO.....	1322
7.00 – RESPONSABILIDADE DO DONO OU DE QUEM TEM A GUARDA DO ANI- MAL	1322

TÍTULO IV

Responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público e de direito privado,
prestadoras de serviço público

Capítulo XII

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO

1.00 – ORIGEM E FONTES DA RESPONSABILIDADE DO ESTADO.....	1333
2.00 – RESPONSABILIDADE SUBJETIVA DO ESTADO.....	1336

2.01 – Alegação na petição inicial da responsabilidade subjetiva e acolhimento, na sentença ou acórdão, da responsabilidade objetiva.....	1343
2.02 – Ato comissivo como fundamento do risco.....	1343
2.03 – Falta ou falha anônima do serviço.....	1343
2.04 – Inaplicabilidade da teoria do risco por falta ou falha do serviço.....	1344
2.05 – Omissão como fundamento da culpa.....	1344
2.06 – Pressupostos da responsabilidade subjetiva do Estado.....	1345
2.07 – O art. 43 do CC e a responsabilidade do Estado.....	1345
2.08 – Nexó de causalidade.....	1345
2.09 – Direito fundamental à boa administração e a responsabilidade do Estado.....	1345
3.00 – RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO ESTADO.....	1347
3.01 – Ato praticado por preposto.....	1350
3.02 – Caracterização da responsabilidade objetiva: condições e limites.....	1351
3.03 – Concorrência da responsabilidade objetiva e subjetiva.....	1353
3.04 – Inexigibilidade de comprovação da culpa individual do preposto.....	1354
3.05 – Irretroatividade da norma constitucional.....	1355
3.06 – Teoria do risco administrativo e seus temperamentos.....	1355
3.07 – A falha ou mau funcionamento do serviço.....	1357
3.08 – Caráter absoluto ou relativo do princípio da responsabilidade objetiva.....	1357
3.09 – Pessoas jurídicas de direito privado, prestadoras de serviços públicos.....	1358
3.10 – Comportamento omissivo do Estado. Entendimento jurisprudencial de caracterização da responsabilidade objetiva prevista no art. 37, § 6º, da CF.....	1358
3.11 – Lesão física sofrida pelo agente público no desempenho do serviço.....	1358
4.00 – CAUSAS EXCLUDENTES DA RESPONSABILIDADE DO ESTADO.....	1358
4.01 – Responsabilidade objetiva do Estado que admite a interferência de causas liberatórias ou excludentes.....	1359
4.02 – Caso fortuito.....	1359
4.03 – Força maior.....	1360
4.04 – Culpa da vítima.....	1360
4.05 – Abuso do poder: dano causado em razão de conduta irregular ou abusiva do servidor.....	1360
4.06 – Agente público causador do dano absolvido em processo criminal, com reconhecimento da legítima defesa.....	1360
4.07 – Dano causado pelo Estado pelo exercício de um direito de impor restrições a ele reconhecido e conferido.....	1360
4.08 – Estrito cumprimento do dever legal.....	1360
5.00 – ACIDENTES DE TRÂNSITO COM VEÍCULOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA.....	1360
5.01 – Aplicação da teoria da responsabilidade objetiva nos acidentes de trânsito.....	1360
5.02 – Preferência de passagem dos veículos oficiais.....	1362
5.03 – Veículo com dispositivos de alarme acionados.....	1362
5.04 – Veículo em mau estado de conservação.....	1363
5.05 – Viatura policial em perseguição a marginais.....	1363
5.06 – Preposto dirigindo veículo oficial fora do horário de serviço ou fora do exercício da função.....	1363

5.07 – Acidente causado por viatura oficial.....	1363
5.00A – APOSSAMENTO ADMINISTRATIVO (DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA).....	1364
5.01A – Natureza da ação indenizatória.....	1364
5.02A – Prescrição.....	1364
5.03A – Ressarcimento dos prejuízos.....	1364
6.00 – ASSEMBLEIA LEGISLATIVA.....	1364
6.01 – Capacidade processual para estar em juízo.....	1364
7.00 – ATOS ADMINISTRATIVOS E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS.....	1364
7.01 – Revisão dos atos administrativos após o decurso do prazo de cinco anos (a questão da preclusão temporal).....	1364
7.01A – Abuso de autoridade.....	1370
7.02 – Apreensão ilegal de veículo.....	1370
7.03 – Embargo de obra ou restrição ao direito de construir.....	1370
7.04 – Expedição de certidões e documentos oficiais pela Administração – Danos daí decorrentes.....	1371
7.05 – Fechamento de estabelecimento comercial pela Administração.....	1374
7.06 – Invasão de escola por policiais.....	1378
7.07 – Revogação do ato pela Administração.....	1378
7.08 – Tombamento.....	1380
7.09 – Reintegração de servidor demitido em procedimento administrativo.....	1385
7.10 – Atos do síndico dativo em processo judicial falimentar.....	1385
7.11 – Interdição de colheita agrícola e sua comercialização por órgão público.....	1385
7.12 – Danos aos cidadãos por ação ou omissão dos órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito na regulamentação e disciplina do trânsito.....	1385
7.13 – Dispensa de licitação obrigatória.....	1385
7.14 – Dever de guarda e conservação de bens apreendidos.....	1386
7.15 – Prejuízos sofridos por contribuinte de tributo estadual, decorrente da equivocada atuação do Fisco.....	1387
7.16 – Servidor submetido a inúmeros procedimentos administrativos disciplinares, inocentado de todas as acusações.....	1387
7.17 – Doação de lote de terreno pela municipalidade. Revisão e anulação do ato de doação pela Administração. Pretensão de reparação.....	1387
8.00 – RESPONSABILIDADE DO ESTADO POR ATOS DE SERVENTUÁRIOS DE CARTÓRIOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS, OFICIALIZADOS E NÃO OFICIALIZADOS (ESCRIVÃO-DIRETOR, TABELIÃO, OFICIAL DO REGISTRO, NOTÁRIO, OFICIAL MAIOR, ESCRIVENTE, FIEL ETC.).....	1388
8.01 – Cartório de Protesto de Títulos.....	1388
8.02 – Conceito de servidor público.....	1388
8.03 – Escrevente de cartório não oficializado.....	1391
8.04 – Escrivão de cartório judicial (Ofício de Justiça).....	1391
8.05 – Reconhecimento de firmas.....	1393
8.06 – Responsabilidade objetiva do Estado por ato de servidores de serventias judiciais e dos titulares e seus prepostos de cartórios extrajudiciais.....	1393
8.07 – Serventias não oficializadas.....	1398
8.08 – Tabeliães ou Notários.....	1399
8.09 – Oficiais de Registro.....	1401

8.10 – Serventias extrajudiciais	1402
8.11 – Denúnciação à lide do empregado da serventia pelo tabelião ou oficial do registro	1403
8.12 – Ilegitimidade do cartório ou serventia extrajudicial para figurar no polo passivo da ação.....	1403
8.13 – Ação direta contra o serventuário (titular do cartório extrajudicial)	1403
9.00 – ATOS JUDICIAIS: ATOS DO MP E DO DEFENSOR PÚBLICO; ERRO JUDICIÁRIO; REVISÃO CRIMINAL; RESPONSABILIDADE DO ESTADO POR ATO DE SEUS JUÍZES E RESPONSABILIDADE PESSOAL DO JUIZ; RESPONSABILIDADE DO ESTADO PELA DEMORA NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E POR ERROR IN JUDICANDO; PRISÃO.....	1403
9.01 – Responsabilidade civil dos membros do Ministério Público e dos Defensores Públicos.....	1403
9.02 – Erro judiciário (a questão do erro ou injustiça da condenação no âmbito penal e o reconhecimento do erro judiciário por intermédio da revisão criminal).....	1406
9.03 – Responsabilidade do Estado pelo só fato da perda de ação judicial ou da absolvição do acusado no âmbito criminal.....	1416
9.04 – Responsabilidade do Estado pelo exercício da função jurisdicional e responsabilidade pessoal do juiz.....	1416
9.05 – Descumprimento de decisão judicial por parte do Executivo.....	1432
9.06 – Remessa de cópias de processo ao Ministério Público, para fins penais (CPP, art. 40).....	1432
9.07 – Responsabilidade do Estado por ato do síndico da massa falida, nomeado em juízo.....	1433
9.08 – Prisão cautelar, provisória ou processual e posterior absolvição do réu no processo-crime	1433
9.09 – Prisão indevida, prisão em flagrante, prisão cautelar e prisão além do tempo fixado na sentença	1434
9.10 – Responsabilidade objetiva ou subjetiva do Estado por error in judicando do magistrado ou qualquer ato do Poder Judiciário?.....	1439
9.11 – Prisão preventiva.....	1445
9.12 – Responsabilidade do Estado por ato jurisdicional que ofenda norma preexistente ou por erro de conduta	1447
9.13 – Necessidade de interposição de revisão criminal para o reconhecimento do erro judiciário	1447
9.14 – Excesso de prazo para conclusão da instrução criminal em processo de réu preso	1447
9.15 – Revogação do sursis	1447
9.16 – Erro judiciário e revisão criminal: o só fato do acolhimento da revisão criminal, com a conseqüente absolvição do acusado, pressupõe a ocorrência de erro judiciário, nascendo então a obrigação do Estado de indenizar o “erro” do julgador?.....	1447
9.17 – Responsabilidade do Estado pela demora na prestação jurisdicional (a questão da razoável duração do processo).....	1452
9.18 – Responsabilidade do Estado por ato judicial inconstitucional ou em razão da aplicação de lei inconstitucional	1462
9.19 – Particular nomeado pelo juiz como depositário judicial	1463
9.20 – Troca de nome e de identificação do réu em processo criminal	1463

9.21 – Responsabilidade do Estado por ato judicial: responsabilidade apenas nas hipóteses expressamente previstas em lei e somente mediante verificação de dolo ou fraude.....	1463
9.22 – Falha na apuração das eleições, em prejuízo de candidato eleito	1463
9.23 – Responsabilidade do Estado por ato violador da isonomia.....	1464
9.24 – Responsabilidade do Estado pelo só fato da absolvição do réu por insuficiência de provas, no âmbito criminal	1466
10.00 – CÂMARA MUNICIPAL.....	1466
10.01 – Capacidade processual para estar em juízo.....	1466
11.00 – CONCORRÊNCIA DE CULPA DA VÍTIMA.....	1473
12.00 – CONTRATO ADMINISTRATIVO	1475
12.01 – Parcelas contratuais pagas com atraso – Correção monetária a título de indenização.....	1475
12.02 – Suspensão das obras pela Administração	1476
12.03 – Rescisão de contrato de concessão de uso pela Administração, sem prévia notificação.....	1477
12.04 – Anulação de contrato pela Administração Pública	1477
12.05 – Inadimplemento do contrato pela Administração Pública	1477
13.00 – DIREITO REGRESSIVO DO PODER PÚBLICO CONTRA O SEU AGENTE OU SERVIDOR CAUSADOR DO DANO, NOS CASOS DE DOLO OU CULPA (ART. 37, § 6º, da CF).....	1477
13.00A – A QUESTÃO DA IMPRESCRITIBILIDADE DO DIREITO DE AÇÃO DO ESTADO CONTRA O SEU AGENTE OU SERVIDOR, VISANDO A REPARAÇÃO DOS DANOS (ART. 37, § 5º, da CF).....	1479
13.00B – PRAZO PRESCRICIONAL PARA A FAZENDA PÚBLICA COBRAR DÍVIDAS DE NATUREZA NÃO TRIBUTÁRIA	1485
14.00 – FATOS QUE PODEM (OU NÃO) OBRIGAR O ESTADO A INDENIZAR – CASUÍSTICA.....	1488
14.01 – A omissão do Estado.....	1488
14.02 – Acidente causado por fumaça de depósito de lixo da Municipalidade	1492
14.03 – Acidente com aluno, ofensa, agressão, lesão ou morte por terceiro em escola pública	1492
14.04 – Acidente no trabalho com preso	1495
14.05 – Agressão e morte de preso por companheiro de cela	1495
14.06 – Agressão e morte de preso por policiais	1495
14.07 – Animais nas rodovias	1496
14.08 – Assalto, furto ou roubo ocorrido na via pública	1496
14.09 – Danos causados por ineficiência da atividade fiscalizatória do Poder Público	1498
14.10 – Depósito judicial – Pagamento indevido por instituição financeira estadual.....	1498
14.11 – Disparo de arma de fogo por militar ou policial.....	1498
14.12 – Explosão de bomba de uso privativo do Exército	1500
14.13 – Falha do sistema penitenciário – Prejuízo ou dano causado por preso foragido	1500
14.14 – Furto de veículo na via pública.....	1503
14.15 – Homicídio, morte ou lesões causadas por policial	1504
14.16 – Inundações e enchentes	1505
14.17 – Limitações ou restrições administrativas ao direito de propriedade.....	1510

14.18 – Morte de menor de idade em piscina de repartição pública.....	1513
14.19 – Morte de menor de idade em represa.....	1513
14.20 – Multidão – Danos à propriedade privada – Movimentos multitudinários.....	1514
14.20A – Abuso do direito de reunião. Inexistência de direitos absolutos ou ilimitados.....	1518
14.21 – Defeitos na pista, objetos, buracos ou obstáculos na via pública.....	1521
14.22 – Pessoa detida ou presa ilegalmente.....	1523
14.23 – Pessoa tragada por bueiro destampado.....	1523
14.24 – Queda de árvore.....	1524
14.25 – Queda de estátua em local público – Morte de menor de idade.....	1526
14.26 – Queda de objeto de repartição pública.....	1526
14.27 – Semáforo com defeito.....	1527
14.28 – Suicídio de policial militar sob a guarda de hospital da Corporação.....	1527
14.29 – Transporte de paciente em ambulância do Poder Público.....	1527
14.30 – Furto de armas e objetos de Distrito Policial.....	1528
14.31 – Pessoa atingida por raio em local público.....	1528
14.32 – Servidoras em serviço, atacadas sexualmente por estranho em parque municipal.....	1528
14.33 – Atendimento inadequado, erro médico ou omissão em hospital, pronto-socorro ou posto de saúde da rede pública:.....	1528
14.34 – Furto ou roubo de veículo; furto de acessórios ou danos causados em veículo de servidor ou de terceiro em estacionamento do Poder Público.....	1529
14.35 – Tumulto em estádio de esportes.....	1531
14.36 – Proliferação de animais, insetos, pragas e surto de doenças na comunidade.....	1531
14.37 – Omissão do síndico na administração dos bens da massa falida.....	1531
14.38 – Queda de placa de propaganda sobre pessoas ou coisas.....	1532
14.39 – Falso testemunho de policiais.....	1532
14.40 – Sepultamento de vítima fatal como indigente.....	1532
14.41 – Greve de servidores.....	1533
14.42 – Acidente automobilístico em pista de competições.....	1533
14.43 – Danos causados por terceiro em banca de jornal.....	1533
14.44 – Retardamento da Administração em publicar o ato de aposentadoria de servidor público.....	1533
14.45 – Acidente no trabalho com servidor.....	1535
14.46 – Detenção, sem culpa formada, de cidadão honesto por policial.....	1536
14.47 – Remoção, sem consentimento da família, de restos mortais de sepultura ou de jazigo perpétuo.....	1536
14.48 – Estacionamento de veículo em “área azul” da via pública.....	1536
14.49 – Pessoa vítima de “bala perdida”.....	1536
14.50 – Queda de cobertura de estádio municipal de esportes.....	1537
14.51 – Invasão de conjunto habitacional por populares.....	1537
14.52 – Assalto ou roubo ocorrido em caixa eletrônico ou “banco 24 horas”.....	1537
14.53 – Vítima atingida por projétil disparado durante troca de tiros entre a polícia e supostos delinquentes.....	1537
14.54 – Campanha publicitária feita pela União utilizando o nome “Bráulio” para designar o órgão sexual masculino.....	1537
14.55 – Transmissão do vírus da AIDS através de transfusão de sangue em hospital público.....	1538

14.56 – Responsabilidade do Estado: autorização para pouso e decolagem de aeronave em estrada e via de acesso, que fazia voos panorâmicos em cidade do interior	1538
14.57 – Demora do Estado na apreciação de pedido de progressão prisional	1538
14.58 – Servidor atacado por terceiro no local de trabalho	1538
14.59 – Desconto indevido de vencimentos, anteriormente pagos a servidor	1538
14.60 – Invasão de terras por integrantes do MST, com reintegração de posse determinada pelo Judiciário. Ordem de desocupação descumprida pela autoridade policial ...	1538
14.61 – Responsabilidade do Estado por prejuízos causados por grupo financeiro a aplicadores no mercado de capitais	1538
14.62 – Abordagem da pessoa pela polícia para averiguação	1539
14.63 – Imprecisão no resultado de exame laboratorial realizado em unidade do Estado..	1539
14.64 – Demora no pagamento de precatório judicial	1539
14.65 – Morte de repórter em estádio municipal de esportes, quando fazia a cobertura de jogo de futebol	1539
14.66 – Documentos perdidos e utilizados, fraudulentamente, para abertura de sociedades comerciais, com registro e arquivamento dos contratos sociais na Junta Comercial do Estado. Protesto de títulos e restrição de créditos daí decorrentes ...	1540
14.67 – Vítima morta por policiais quando praticava assalto. Reação das autoridades quando atacadas pelo assaltante. Excesso na legítima defesa.....	1540
14.68 – Menor internado provisoriamente em unidade estadual de internação. Retardamento de sua liberação em razão de rebelião	1540
14.69 – Invasão de imóvel pela autoridade policial, sem autorização judicial	1540
14.70 – Responsabilidade do Estado por erro do médico e/ou de hospital da rede pública	1540
14.71 – Apreensão de numerário em poder de pessoa presa por suspeita de prática de crime	1541
14.72 – Apreensão de veículo pela autoridade de trânsito e remoção para o pátio da Ciretran. Dever de guarda do Estado	1541
14.73 – Assédio moral a servidor por parte do Estado	1541
14.74 – Criança colocada ao abrigo de Conselho Tutelar por decisão judicial, por suspeita de ter sido abusada sexualmente	1541
14.75 – Dano em obra de arte emprestada para exposição pública	1542
14.76 – Distribuição de lotes pelo Poder Público a pessoas carentes, em loteamento posteriormente considerado irregular pelo Judiciário	1542
14.77 – Eleições: falha na apuração em prejuízo de candidato diplomado um ano depois	1542
14.78 – Falta de vaga em hospital público. Pretensão de reparação do dano moral.....	1542
14.79 – Inclusão de foto de pessoa devedora de pensão alimentícia em álbum de marginais, mantido nos registros da Polícia	1542
14.80 – Inscrição indevida do autor em Dívida Ativa como devedor de tributo. Dano moral	1543
14.81 – Pessoa aprovada em concurso público e impedida de tomar posse	1543
14.82 – Processo administrativo disciplinar instaurado contra servidor. Exposição ao constrangimento	1543
14.83 – Sinalização de trânsito inadequada e ondulações transversais (“lombada”) em desacordo com a legislação, causadora de acidente com veículo automotor	1543
14.84 – Ônibus incendiado na via pública por ataque de facção criminosa	1543
14.85 – Policial civil morto por marginais quando tentavam resgatar preso que estava sob a custódia de policiais	1543

14.86 – Óleo na pista de estrada vicinal, derramado por veículo não identificado.....	1543
14.87 – Protesto de Certidão da Dívida Ativa por parte da autoridade fiscal.....	1544
14.88 – Homofobia	1544
14.89 – Assalto praticado por policial fardado fora do horário de expediente	1544
14.90 – Agressão praticada por policial, com uso de arma da corporação militar	1544
14.91 – Morte de menor de idade no interior de estabelecimento oficial de ensino	1544
14.92 – Concurso público. Descumprimento dos critérios e condições estabelecidas	1545
14.93 – Destruição pelo Poder Público de plantação visando erradicar praga denominada “cancro cítrico”	1545
14.94 – Nomeação tardia de candidato aprovado em concurso público, decorrente de decisão judicial. Indenização descabida.....	1545
14.95 – Responsabilidade civil da União por prejuízos suportados por empresa aérea em razão de planos econômicos.....	1545
15.00 – FAVELA – DANOS OU DESVALORIZAÇÃO DOS IMÓVEIS VIZINHOS	1546
16.00 – O ESTADO COMO VÍTIMA – PRESUNÇÃO DE SUA CULPA	1548
17.00 – PESSOAS JURÍDICAS RESPONSÁVEIS.....	1548
17.01 – Concessionárias de serviços de água e esgoto (DAE, Sabesp).....	1549
17.02 – Concessionárias ou permissionárias de rodovias federais ou estaduais	1550
17.03 – Concessionárias de serviços de energia elétrica (geração e distribuição).....	1558
17.04 – Concessionárias de serviços telefônicos.....	1562
17.05 – Concessionárias de transporte coletivo (transporte público delegado).....	1562
17.06 – Companhia do Metropolitano – Metrô.....	1563
17.07 – Empreiteiras de obras públicas	1563
17.08 – Força Aérea Brasileira – FAB	1566
17.09 – Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor – Febem (“Fundação CASA”).....	1566
17.10 – Guarda municipal.....	1567
17.11 – Petrobrás.....	1567
17.12 – Portos (terminais marítimos) – Serviços de armazenagem	1567
17.13 – Sociedade de economia mista	1567
17.14 – Autarquia federal	1567
17.15 – Companhia responsável pelo tráfego urbano	1568
17.16 – Banco Central do Brasil	1568
17.17 – Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis ...	1569
17.18 – Autarquia estadual	1569
17.19 – Órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito.....	1570
17.20 – Instituições financeiras (bancos) oficiais	1570
17.21 – Responsabilidade objetiva das concessionárias e permissionárias de serviços públicos.....	1570
17.22 – Responsabilidade da pessoa jurídica que administra aeroportos.....	1570
17.23 – Capitania dos Portos.....	1570
17.24 – Junta Comercial do Estado.....	1570
17.25 – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	1571
18.00 – PONTE OU PASSARELA	1573
18.01 – Má conservação.....	1573
18.02 – Queda de ponte ou passarela	1574

19.00 – PRESO, DETENTO E MENOR DE IDADE INFRATOR.....	1574
19.01 – Acidente com preso no trabalho, ocorrido no presídio	1576
19.02 – Agressão ou morte provocada por companheiro de cela	1577
19.03 – Agressão, tortura ou morte de pessoa detida ou presa por policiais	1578
19.04 – Morte decorrente de incêndio na cela.....	1579
19.05 – Morte de menor de idade em recolhimento provisório de menores.....	1580
19.06 – Morte por asfixia por falta de espaço na cela	1580
19.07 – Pessoa detida ou presa ilegalmente.....	1580
19.08 – Saída de preso da prisão autorizada, mas irregular – Morte enquanto estava ausente.....	1581
19.09 – Suicídio de preso na prisão.....	1581
19.10 – Dano moral	1582
19.11 – Ilícito praticado por preso foragido	1583
19.12 – Ilícito praticado por preso durante saída temporária.....	1583
19.13 – Rebelião de presos	1583
19.14 – Fuga de preso – Delitos cometidos nesse período.....	1583
19.15 – Morte decorrente de falta de atendimento médico	1584
19.16 – Lesões sofridas por pessoa embriagada, ao resistir à prisão e colocação de algemas	1584
19.17 – Policial agredido por detento no interior de delegacia.....	1584
19.18 – Delitos cometidos por adolescentes em liberdade assistida.....	1585
20.00 – QUESTÕES PROCESSUAIS	1585
20.01 – Ação direta contra o preposto ou servidor	1585
20.02 – Denúnciação do preposto (servidor) à lide.....	1588
20.03 – Legitimidade <i>ad causam</i> das pessoas jurídicas de Direito público – Fazenda Pública	1588
20.04 – Pedido com fundamento na responsabilidade subjetiva e acolhimento com base na responsabilidade objetiva ou vice-versa	1589
20.05 – Prova	1589
20.06 – Inversão do ônus da prova contra a Fazenda Pública	1590
21.00 – RESPONSABILIDADE DO ESTADO LEGISLADOR (RESPONSABILIDADE POR ATOS LEGISLATIVOS OU POR OMISSÃO LEGISLATIVA)	1590
21.01 – Dano provocado por lei inconstitucional ou por omissão legislativa.....	1590
22.00 – RESPONSABILIDADE DO ESTADO POR OBRAS QUE REALIZA (ATOS LÍCITOS DO PODER PÚBLICO NO EXERCÍCIO DA ADMINISTRAÇÃO).....	1594
22.01 – Introdução.....	1594
22.02 – Responsabilidade por atos comissivos (responsabilidade pelo só fato da obra).....	1595
22.03 – Obras públicas – Noções básicas.....	1597
22.04 – A relatividade da responsabilidade objetiva do Estado e o dano indenizável.....	1597
22.05 – Desvalorização de imóvel em decorrência de obras públicas	1603
22.06 – Perdas e danos aos imóveis prejudicados pelas obras públicas	1604
22.07 – Obras da Companhia do Metropolitano (Metrô).....	1605
22.08 – “Minhocão”, Viaduto “Ary Torres” (SP) e outras vias públicas.....	1607
22.09 – Obras de interesse do Poder Público realizadas por empreiteira, contratada por empresa privada – Pagamento não honrado – Pretensão de obter do Município valores a título de danos materiais e morais.....	1608

22.10 – Licitação – Acréscimo de materiais e serviços pela empresa contratada não previsto no edital nem no contrato ou aditamento.....	1608
22.11 – Construção de ponte sobre rio, impedindo a exploração do serviço de travessia por embarcação.....	1609
22.12 – Construção de passarela de pedestres sobre avenida.....	1609
23.00 – RODOVIA: MÁ CONSERVAÇÃO.....	1609
24.00 – SOLIDARIEDADE PASSIVA.....	1610
25.00 – RESPONSABILIDADE DO ESTADO POR DANO MORAL (ADMISSIBILIDADE DO DANO MORAL NA RESPONSABILIDADE OBJETIVA).....	1610
25.01 – Acidente de trânsito causado por buraco de esgoto no leito carroçável.....	1613
25.02 – Admissibilidade de dano moral com base no art. 630 do CPP/1941.....	1613
25.03 – Inadmissibilidade de dano moral com base no art. 630 do CPP/1941.....	1613
25.04 – Condenação por crime praticado por outrem.....	1613
25.05 – Desaparecimento, prisão, tortura ou morte de preso político.....	1613
25.06 – Morte de menor de idade por terceiros em Delegacia de Polícia, onde se encontrava custodiado.....	1614
25.07 – Prisão indevida.....	1614
25.08 – Reparação do dano moral decorrente de erro judiciário.....	1614
25.09 – Instauração de inquérito policial para averiguação de eventual crime.....	1614
25.10 – Demora anormal da Administração em publicar o ato de aposentadoria de servidor público.....	1614
25.11 – Acidente com aluno ou sua agressão por terceiro em escola pública.....	1615
25.12 – Defeitos na pista, objetos, buracos ou obstáculos na via pública.....	1615
25.13 – Remoção, sem consentimento da família, de restos mortais de sepultura ou de jazigo perpétuo.....	1615
25.14 – Enchente: invasão de água na residência do autor.....	1615
25.15 – Eleitor impedido de votar.....	1615
25.16 – Servidor atacado por terceiro no local de trabalho.....	1615
25.17 – Ato praticado por Tabelião de Notas.....	1616
25.18 – Invasão de imóvel pela autoridade policial, sem autorização judicial.....	1616
26.00 – INTERVENÇÃO DO ESTADO EM PESSOA JURÍDICA.....	1616
26.01 – Danos causados pelo interventor a terceiros.....	1616
27.00 – ASSISTÊNCIA AOS HERDEIROS E DEPENDENTES DE VÍTIMAS DE CRIME DOLOSO (CF/1988, ART. 245).....	1616
28.00 – SERVIDOR PÚBLICO.....	1617
28.01 – Servidor de entidade pública prestando serviços em outra entidade pública.....	1617
28.02 – Alegação de esgotamento, <i>stress</i> ou doença mental como causa para obter indenização.....	1617
28.03 – Ação da Fazenda Pública contra servidor, visando a devolução de valores pagos a mais.....	1617
29.00 – RESPONSABILIDADE DO ESTADO POR ATOS LÍCITOS.....	1617
29.01 – Exercício de horas extras por servidor público.....	1620
29.02 – Cancelamento de licença e fechamento de estabelecimento em situação irregular.....	1620
29.03 – Apreensão de veículo pela autoridade de trânsito: Dever de guarda do Estado.....	1620
30.00 – DESAPROPRIAÇÃO.....	1621

30.01 – Indenização da posse.....	1621
30.02 – Indireta.....	1621
30.03 – Lucros cessantes e danos emergentes.....	1621
31.00 – TUTELA ANTECIPADA CONTRA O PODER PÚBLICO.....	1621
32.00 – ABUSO DE AUTORIDADE.....	1621
32.01 – Conceito e abrangência.....	1621
32.02 – A Lei de Abuso de Autoridade (Lei 4.898/1965).....	1623
32.03 – Sujeitos ativos do abuso de autoridade ou do poder, a responsabilidade dos prefeitos municipais e o DL 201/1967.....	1624
32.04 – Responsabilidade civil decorrente de atos de improbidade administrativa.....	1624
32.05 – Hipóteses casuístas de abuso de autoridade.....	1625
33.00 – RESPONSABILIDADE CONTRATUAL DO PODER PÚBLICO.....	1626
33.01 – Furto de veículo de estacionamento de mercado municipal.....	1626
34.00 – LICITAÇÃO.....	1626
34.01 – Responsabilidade civil do Estado por anulação ou revogação do procedimento licitatório.....	1626
34.02 – Dispensa de licitação obrigatória.....	1631
34.03 – Direito de adjudicação do objeto da licitação.....	1632
34.04 – Concessão e permissão.....	1632
34.05 – Contrato decorrente de processo de licitação não prorrogado, embora prevista essa possibilidade.....	1632
34.06 – Advogado que apresenta à Administração Pública parecer favorável à contra- tação direta, sem licitação.....	1632
34.07 – Dever do Estado contratante de pagar pelos serviços e materiais, ainda que viciado e nulo o procedimento licitatório.....	1632
35.00 – A SEGURANÇA PÚBLICA E O DIREITO DE PROTEÇÃO DO CIDADÃO.....	1632
35.01 – Furto ocorrido duas vezes na residência do autor.....	1638
35.02 – Motorista assaltado em semáforo.....	1638
35.03 – Motorista de táxi vítima de latrocínio na via pública.....	1638
35.04 – Impossibilidade de proteção individual a cada cidadão.....	1639
35.05 – Morte de pessoa atingida por projétil de arma de fogo, disparado por delin- quente.....	1639
35.06 – Estabelecimento comercial constantemente assaltado.....	1639
35.07 – Invasão de propriedade por integrantes do “Movimento dos Sem-Terra”.....	1639
35.08 – Pessoa atropelada por motorista particular sem habilitação.....	1639
36.00 – RESPONSABILIDADE DO ESTADO POR AGRESSÃO AO MEIO AMBIENTE.....	1639
36.01 – Responsabilidade do Estado por omissão na tutela do meio ambiente.....	1639
36.02 – Solidariedade entre o Estado e o agressor.....	1639
37.00 – COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI.....	1640
37.01 – Jornalista indevidamente apontado em relatório final de CPI.....	1640
38.00 – AUTORIDADE POLICIAL.....	1640
38.01 – Falha nas investigações.....	1640
39.00 – MEIOS ALTERNATIVOS PARA O RESSARCIMENTO DE DANOS PELO ESTADO.....	1640
40.00 – RESPONSABILIDADE DO ESTADO POR ATOS DE TERRORISMO E ATOS DE GUERRA.....	1644

41.00 – ANTEPROJETO DE LEI SOBRE A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	1644
42.00 – PRISÃO E TORTURA POR MOTIVOS POLÍTICOS	1646
43.00 – PRESCRIÇÃO NA RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	1647
44.00 – RESPONSABILIDADE DO ESTADO POR FALTA DE FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO DE ATIVIDADES E DAS POSTURAS MUNICIPAIS	1650
44.01 – Acidente em casa construída clandestinamente	1651
44.02 – Desabamento de imóvel construído sobre faixa <i>non aedificandi</i>	1651
44.03 – Desabamento de imóvel construído e sem fiscalização ou expedição de “habite-se”	1651
44.04 – Explosão de loja de fogos de artifício	1651
44.05 – Incêndio em casa noturna	1652
45.00 – ARBITRAGEM NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E A RESPONSABILIDADE CIVIL	1652
45.01 – Considerações gerais sobre a arbitragem	1652
45.02 – A arbitragem e o Poder Público	1653
45.03 – Arbitragem no plano da responsabilidade civil do Estado	1655
46.00 – EXTINÇÃO, POR LEI ESTADUAL, DE CARTEIRA DE PREVIDÊNCIA	1655
46.01 – Carteira de previdência de natureza híbrida, criada, fomentada e administrada pelo próprio Poder Público	1655
47.00 – CONCURSO PÚBLICO	1656
47.01 – Candidato não aprovado dentro do número de vagas previsto no edital	1656
47.02 – Candidato que aguardou solução judicial sobre aprovação em concurso público. Indenização indevida com relação ao período de espera (não trabalhado)	1656
47.03 – Candidato concursado e preterido, nomeado por decisão judicial. Não cabimento de indenização pelo valor correspondente aos vencimentos, no período em que teve curso o processo judicial	1656
48.00 – APLICAÇÃO DA TEORIA DA PERDA DE UMA CHANCE EM SEDE DE RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	1656
48.01 – Admissibilidade	1656

TÍTULO V

O dano e sua liquidação

Capítulo XIII

O DANO INDENIZÁVEL E AS VERBAS QUE O COMPÕEM

1.00 – DANO E INDENIZAÇÃO	1660
1.01 – Conceito, classificação e requisitos do dano	1660
1.02 – Dano remoto, provável ou hipotético	1668
1.03 – Natureza alimentícia ou hereditária do dano	1668
1.04 – Pressupostos ou requisitos do dano	1668
1.05 – Prova do dano na própria ação de conhecimento	1669
1.06 – Dano infecto	1671
1.07 – Dano material e dano moral: quando se presumem (a questão do dano <i>in re ipsa</i>)	1672

1.08 – Equidade – O princípio da restituição <i>in integrum</i> e a cláusula de exceção: adoção do critério de graduação da culpa para a redução equitativa da indenização (CC/2002, art. 944 e parágrafo único)	1673
1.09 – Dano em ricochete ou dano reflexo	1679
1.10 – Dano existencial	1681
2.00 – CONTRATAÇÃO DE EMPREGADA POR VÍTIMA TEMPORARIAMENTE INCAPACITADA	1681
3.00 – CUMULAÇÃO DE INDENIZAÇÕES	1681
3.01 – Concessão da acumulação apenas à própria vítima	1683
3.02 – Dano estético e dano material	1683
3.03 – Dano estético e o antigo e extinto dote previsto no art. 1.538 do revogado Código Civil de 1916	1684
3.04 – Dano moral e dano estético	1684
3.05 – Dano moral e dano material ou patrimonial	1687
3.06 – Dano moral e despesas com funeral	1689
3.07 – Dano moral e pensão mensal aos pais ou parentes da vítima de acidente ferroviário ou rodoviário	1689
3.08 – Dano moral e pensão mensal por morte	1691
3.09 – Dano moral, pensão mensal e despesas com tratamento	1691
3.10 – Indenização à mulher por aleijão ou defeito incapacitante	1691
3.11 – Indenização acidentária e do Direito comum	1691
3.12 – Pensão mensal decorrente da responsabilidade civil por ato ilícito e pensão previdenciária	1692
3.13 – Contágio pelo vírus da AIDS	1692
3.14 – Dano moral e dano material por morte de menor de idade que já contribuía para as despesas da casa	1693
3.15 – Cumulação tripla: dano material, dano moral e dano estético	1693
3.16 – Dano moral e outras condenações de natureza diversa da patrimonial	1693
4.00 – DANO ESTÉTICO	1693
5.00 – DANO MORAL	1693
6.00 – DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO	1694
7.00 – DESPESAS COM FUNERAL, LUTO E SEPULTURA	1694
8.00 – DESPESAS MÉDICO-HOSPITALARES	1696
9.00 – O EXTINTO DOTE CONCEDIDO À MULHER SOLTEIRA OU VIÚVA, AINDA CAPAZ DE CASAR	1696
10.00 – HOMICÍDIO (ART. 948 DO CC/2002)	1697
11.00 – JAZIGO PERPÉTUO	1699
11.00A – LESÕES CORPORAIS (ARTS. 949 E 950 DO CC/2002)	1699
11.01A – Lesões corporais de natureza leve ou grave	1699
11.02A – Lesões corporais incapacitantes	1701
11.03A – O dano moral previsto no art. 949 do CC/2002	1702
11.04A – Consolidação das lesões	1703
11.05A – Vítima que perde o olfato e o paladar	1704
11.06A – Pagamento da indenização (pensão mensal) de uma só vez – Art. 950, parágrafo único, do CC/2002	1704

11.07A – Lesões corporais parcialmente incapacitantes: irrelevância da ausência de diminuição salarial para efeito reparatório	1704
12.00 – LUCROS CESSANTES	1704
13.00 – OFENSA À HONRA DA MULHER	1705
14.00 – PESSOAS OBRIGADAS A REPARAR O DANO	1706
15.00 – PESSOAS QUE PODEM EXIGIR A REPARAÇÃO DO DANO	1706
16.00 – PERDAS E DANOS	1706
16.01 – Dano emergente	1708
16.02 – Lucro cessante	1708
16.03 – Compromisso de compra e venda – Ação judicial para outorga de escritura.....	1709
17.00 – VALOR DA INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL – CRITÉRIOS PARA A SUA REPARAÇÃO	1709
18.00 – USURPAÇÃO OU ESBULHO (ART. 952 DO CC/2002)	1709
18.01 – Verbas que compõem a indenização por usurpação ou esbulho.....	1709
19.00 – MULTA PUNITIVA, MULTA COMINATÓRIA E PERDAS E DANOS NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	1710
19.01 – Dolo como pressuposto da litigância de má-fé (art. 17 do CPC)	1722
19.02 – Cumulação de multa cominatória e perdas e danos (art. 461 do CPC).....	1723
19.03 – Natureza intimidativa e não compensatória da multa cominatória (art. 461 do CPC).....	1723
19.04 – Ato atentatório à dignidade da justiça (art. 600 do CPC)	1723
19.05 – Multa pelo descumprimento de liminar ou de tutela antecipada.....	1723
19.06 – Multa prevista no art. 543-C e sanção dos arts. 17, VI e 18, § 2º do CPC	1723
20.00 – INDENIZAÇÃO PELO USO INDEVIDO DE OBRA INTELECTUAL	1723
21.00 – GRATIFICAÇÃO DE NATAL (13º SALÁRIO)	1723
21.01 – Inclusão da Gratificação de Natal na pensão mensal.....	1723

Capítulo XIV

A LIQUIDAÇÃO DO DANO

1.00 – CORREÇÃO MONETÁRIA	1726
1.01 – Admissibilidade da correção monetária.....	1729
1.02 – Ausência de pedido expresso na petição inicial	1729
1.03 – Conceito.....	1729
1.04 – Decorrente de indenização por ato ilícito: inaplicabilidade da Lei 6.899/1981	1729
1.05 – No ilícito contratual	1730
1.06 – Termo inicial: a partir da citação.....	1731
1.07 – Termo inicial: a partir da data do evento.....	1731
1.08 – Termo inicial: a partir do ajuizamento da ação	1731
1.09 – Termo inicial: a partir do desembolso	1731
1.10 – Termo inicial: a partir do laudo pericial.....	1732
1.11 – Termo inicial: nas dívidas de valor	1732
1.12 – Termo inicial: nos acidentes de trânsito.....	1732
1.13 – Termo inicial: no dano moral.....	1733
1.14 – Correção monetária e juros de mora devidos pelo Poder Público.....	1734

2.00 – GARANTIAS DA INDENIZAÇÃO	1734
2.01 – Aquisição de títulos públicos	1737
2.02 – Constituição de capital garantidor ou prestação de caução	1737
2.03 – Depósito, em conta bancária, em nome de menor de idade	1738
2.04 – Inclusão em folha de pagamento do indenizante	1738
2.05 – Desconto do valor da indenização em folha de pagamento do réu funcionário público	1738
2.06 – Retenção dos bens do devedor em garantia (CC/2002, art. 942).....	1739
2.07 – Prisão civil do devedor	1739
2.08 – Prisão do devedor por descumprimento à ordem judicial (<i>contempt of court</i>)	1740
2.09 – Precatório judicial como garantia de indenização.....	1741
2.10 – Revisão do valor da pensão mensal (arts. 471, I e 475-Q do CPC)	1742
3.00 – HONORÁRIOS DE ADVOGADO	1744
3.01 – Nos casos de responsabilidade objetiva	1749
3.02 – Nas indenizações por ato ilícito contra pessoa (culpa “aquiliana”)	1749
3.03 – Na responsabilidade contratual (ilícito relativo)	1750
3.04 – Nas ações de acidente do trabalho, com base no Direito comum	1751
3.05 – Sucumbência recíproca	1751
3.06 – Incidência dos honorários sobre o valor da condenação e não sobre o valor da causa	1751
3.07 – Execução de honorários contra a Fazenda Pública. Expedição de precatório alimentar exclusivo para o advogado	1751
4.00 – IMPOSTO SOBRE A RENDA.....	1752
5.00 – JUROS DE MORA	1755
5.01 – Termo inicial nos acidentes de trânsito: a partir da citação.....	1757
5.02 – Termo inicial: a partir da citação em medida preparatória	1757
5.03 – Termo inicial na responsabilidade extracontratual: a partir do evento	1757
5.04 – Termo inicial nos casos de dano à pessoa: ilícito contratual e extracontratual	1758
5.05 – Termo inicial: nos casos de dano moral.....	1758
5.06 – Termo inicial: nos casos de dano material	1758
5.07 – Termo inicial: na reparação de danos em imóvel.....	1758
5.08 – Termo inicial: morte de menor de idade em acidente	1758
5.09 – Termo inicial: na responsabilidade objetiva	1758
5.10 – Termo inicial: na responsabilidade contratual	1759
5.11 – Termo inicial: nas ações de acidente do trabalho.....	1759
5.12 – Percentual dos juros de mora.....	1759
5.13 – Na indenização do seguro DPVAT	1759
5.14 – Nas condenações impostas à Fazenda Pública.....	1760
5.15 – Na responsabilidade contratual	1760
6.00 – JUROS COMPOSTOS OU COMPENSATÓRIOS.....	1760
6.01 – Termo inicial na desapropriação indireta	1760
7.00 – LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA	1760
7.01 – Liquidação por arbitramento	1763
7.02 – Liquidação por artigos.....	1763
7.03 – Liquidação por cálculo do Contador Judicial	1764

7.04 – Sentença ilíquida em pedido certo.....	1764
7.05 – Liquidação em ação de dano moral.....	1764
7.06 – Sentença que relega para a fase de liquidação a apuração do valor da indenização.....	1765
7.07 – Liquidação por artigos de sentença penal condenatória transitada em julgado.....	1765
7.08 – Obrigação indeterminada (art. 946 do CC/2002).....	1766
8.00 – PENSÃO MENSAL.....	1766
8.01 – A menor de idade, por morte da mãe que não contribuía para o sustento da família.....	1767
8.02 – À vítima em condições de exercer outra atividade, diversa da anterior ao acidente.....	1767
8.03 – À vítima que, à época do acidente, não exercia atividade lucrativa.....	1768
8.04 – Ao marido (ou filhos) de vítima que não exercia trabalho remunerado.....	1768
8.05 – Aos pais, por morte de filho que contribuía para a manutenção do lar.....	1768
8.06 – Aos pais, por morte de filho menor de idade que não exercia atividade remunerada.....	1770
8.07 – Reversão ou transmissão da pensão mensal a parente ou herdeiro.....	1774
8.08 – Termo final.....	1775
8.09 – Valor da pensão mensal.....	1775
8.10 – Direito de crescer.....	1775
8.11 – Pagamento de indenização de uma só vez (art. 950, parágrafo único, do CC/2002).....	1776
8.12 – Verba mensal para pagamento de serviços domésticos.....	1780
8.13 – Caráter alimentar da pensão mensal.....	1780
8.14 – A título de dano moral por morte de filho menor de idade.....	1780
8.15 – A filho menor de idade por morte dos pais (dano material).....	1780
8.16 – Aos pais, por morte de filho maior de idade que colaborava para o sustento da casa.....	1781
8.17 – Impossibilidade de concessão de pensão mensal se a vítima falecida era beneficiária de sistema previdenciário especial.....	1781
8.18 – Vítima menor de idade: redução da pensão em 50% após a data em que completaria 25 anos e até a data em que atingiria 65 anos.....	1781
8.19 – Acréscimo do décimo terceiro salário no valor da pensão.....	1781
8.20 – Caráter personalíssimo da pensão mensal vitalícia, concedida em decorrência de ato ilícito que causou lesão incapacitante.....	1781
8.21 – Pensão mensal em razão da diminuição temporária da capacidade laboral.....	1782
8.22 – Pensão vitalícia por incapacidade permanente.....	1782
8.23 – Vinculação da pensão ao salário mínimo.....	1782
9.00 – TERMO INICIAL DA INDENIZAÇÃO.....	1782
9.01 – Nas indenizações em geral.....	1783
9.02 – Nos casos de morte de menor de idade que exercia, ou não, trabalho remunerado.....	1784
9.03 – Ao menor de 12 anos de idade.....	1784
10.00 – TERMO FINAL DA PENSÃO MENSAL INDENIZATÓRIA.....	1785
10.01 – À própria vítima.....	1785
10.02 – À viúva.....	1785

10.03 – Aos beneficiários da vítima, de acordo com o seu tempo provável de vida.....	1786
10.03A – Aos beneficiários da vítima, até quando esta completasse 70 anos de idade.....	1786
10.03B – Por mais cinco anos, aos beneficiários de vítima que tenha superado a idade provável de vida, quando de sua morte.....	1786
10.04 – Aos beneficiários de vítima menor de idade.....	1787
10.05 – Aos beneficiários de vítima solteira.....	1789
10.06 – Aos filhos menores de idade ou solteiros, por morte dos pais.....	1790
10.07 – Enquanto o beneficiário da pensão sobreviver (vitalícia).....	1791
10.08 – Expectativa de vida do ser humano.....	1791
10.09 – No acidente do trabalho.....	1792
11.00 – SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIAS TERRESTRES (DPVAT): DESCONTO, DA INDENIZAÇÃO DEVIDA, DO VALOR PAGO A ESSE TÍTULO.....	1792
12.00 – VALOR E BASE DE CÁLCULO DA REPARAÇÃO POR DANO MATERIAL E MORAL.....	1793
12.01 – Condenação em dobro nas despesas de tratamento e lucros cessantes.....	1796
12.02 – Critério para a atualização da indenização.....	1797
12.03 – Dedução da parte que constituiria despesa mínima necessária à sobrevivência da vítima falecida.....	1797
12.04 – Fixação e atualização da pensão com base no salário mínimo.....	1797
12.05 – Fixação da pensão de acordo com o salário percebido pela vítima.....	1798
12.06 – Fixação da indenização em salários mínimos (exceto a pensão mensal).....	1798
12.07 – Utilização das tabelas avaliatórias do Serviço Atuarial.....	1799
12.08 – Valor do <i>quantum</i> da indenização em salários mínimos na data do julgamento.....	1799
12.09 – Valor do <i>quantum</i> da indenização por dano moral fixado com base no Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei 4.117/1962 derogada).....	1799
12.10 – Nas indenizações por abalo de crédito.....	1799
12.11 – Arbítrio do Juiz de Direito.....	1799
12.12 – Fixação através de estimativa feita por empresa estatal.....	1800
12.13 – No protesto indevido de título de crédito.....	1800
12.14 – Fixação da indenização do dano moral com base no art. 49 do CP.....	1800
12.15 – Na fixação do dano moral.....	1800
12.16 – A extinção do dote concedido à mulher agravada em sua honra pelo art. 1.548 do revogado CC/1916.....	1800
12.17 – Fixação da indenização na cirurgia estética ou cosmetológica mal sucedida.....	1800
13.00 – CARÁTER ALIMENTAR DA INDENIZAÇÃO.....	1800
14.00 – DANO MORAL: REVISÃO PELO STJ DO VALOR FIXADO NA SENTENÇA OU ACÓRDÃO.....	1800
15.00 – REVISÃO DO VALOR DA PENSÃO MENSAL (ARTS. 471, I E 475-Q DO CPC).....	1801
16.00 – DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO.....	1801

TÍTULO VI

O procedimento na responsabilidade civil

Capítulo XV

QUESTÕES PROCESSUAIS

1.00 – AÇÃO CIVIL DE INDENIZAÇÃO.....	1806
---------------------------------------	------

1.01 – Ação contra o segurador.....	1806
1.02 – Ação direta contra o funcionário ou preposto da Administração, nos casos de responsabilidade objetiva do Estado	1808
1.03 – Natureza da ação.....	1810
1.04 – Pressupostos de admissibilidade.....	1811
1.05 – Rito procedimental	1811
1.06 – Cumulação de ações.....	1812
1.07 – Petição inicial – Requisitos	1812
1.08 – Ação com duplo fundamento, contra mais de um réu, com base na responsabilidade contratual e extracontratual	1813
1.09 – Morte de filho menor de idade – Ação ajuizada apenas pelo pai da vítima (consequência)	1813
1.10 – Ação de indenização por dano patrimonial improcedente – Renovação da ação para pedir danos morais	1813
1.11 – Julgamento ultra ou extra petita	1813
1.12 – Execução, no Cível, de sentença penal condenatória, com trânsito em julgado....	1813
1.13 – Ação julgada procedente sob fundamento diverso	1814
1.14 – Ação civil pública	1814
1.15 – Ação coletiva em defesa dos consumidores	1815
1.16 – Segunda demanda para obter diferença de indenização reconhecida na primeira	1815
1.17 – Mandado de segurança visando obter reparação por dano moral	1815
1.18 – Renúncia do autor (vítima) ao direito de indenização.....	1815
1.19 – Ação civil ex delicto na pendência de revisão criminal	1815
1.20 – Ação declaratória visando a declaração da obrigação do Estado de indenizar.....	1816
1.21 – Execução provisória	1816
1.22 – Distinção entre a ação de improbidade administrativa (Lei 8.429/1992, art. 17) e a ação de responsabilidade civil para anular atos administrativos e obter o ressarcimento dos danos	1816
2.00 – CESSÃO DE DIREITOS	1816
3.00 – COMPETÊNCIA	1817
3.01 – Agência ou sucursal de sociedade	1817
3.02 – Domicílio do autor.....	1817
3.03 – Domicílio do réu.....	1817
3.04 – Fazenda Pública e entidades da Administração indireta do Estado.....	1817
3.05 – Justiça Estadual comum.....	1821
3.06 – Local do fato	1822
3.07 – Tribunal de Justiça	1822
3.08 – Tribunal de Alçada	1823
3.09 – Onde a obrigação deve ser satisfeita	1823
3.10 – Foro da situação da coisa.....	1823
3.11 – Fixada pelo Código de Defesa do Consumidor.....	1823
3.12 – Ação de regresso pela seguradora, como sub-rogada – Incomunicabilidade do foro especial outorgado à vítima do acidente de trânsito	1824
3.13 – Ação de indenização proposta pelo cliente contra o seu advogado.....	1824
3.14 – Justiça do Trabalho	1824
3.15 – Na indenização por dano moral	1826

3.16 – Pedido de indenização por danos material e moral por empregado contra o empregador	1826
3.17 – Na ação de indenização por acidente do trabalho.....	1827
3.18 – Cláusula de eleição de foro – Contrato de adesão.....	1827
3.19 – Nas ações de reparação de danos decorrentes de acidente de trânsito	1828
3.20 – Direito de opção do autor na hipótese de indenização por ato ilícito	1828
3.21 – Ato ilícito ou ato de improbidade administrativa praticado por prefeito municipal	1828
3.22 – Nas ações acidentárias, fundadas no Direito comum	1828
3.23 – Ação contra concessionária de rodovia federal	1828
3.24 – Dano causado em diversos lugares	1828
3.25 – Na ação do cliente contra seu advogado.....	1828
3.26 – Autarquias federais.....	1828
3.27 – Responsabilidade civil de advogado por não ajuizamento de reclamação trabalhista	1828
4.00 – DENUNCIACÃO DA LIDE	1829
4.01 – Acidente de trânsito	1830
4.02 – Condenação do denunciado à lide como responsável solidário.....	1831
4.03 – Denúnciação inversa	1831
4.04 – Denúnciação do Estado à lide por ato judicial praticado por Juiz de Direito.....	1831
4.05 – Responsabilidade civil do Estado – Denúnciação do servidor (preposto) à lide.....	1832
4.06 – Responsabilidade contratual	1836
4.07 – Seguradora	1837
4.08 – Introdução de fundamento novo na lide.....	1839
4.09 – Nas ações fundadas no Código de Defesa do Consumidor	1840
4.10 – Na desapropriação indireta	1841
4.11 – Denúnciação do Juiz de Direito em ação contra a Fazenda Pública	1841
4.12 – Denúnciação que amplia a controvérsia inicial ou demande outras provas.....	1841
4.13 – Denúnciação à lide formulada pelo médico em face do hospital	1841
4.14 – Denúnciação à lide do empregado da serventia pelo tabelião ou oficial do registro	1841
4.15 – Denúnciação dos hospitais conveniados pela empresa de plano de saúde.....	1842
4.16 – Denúnciação do médico pelo hospital ou empresas de planos de saúde.....	1842
4.17 – Denúnciação da lide a quem já é parte no processo	1842
4.18 – Inadmissibilidade de chamamento de toda a cadeia de proprietários sucessivos, na apreensão de veículo.....	1842
4.19 – No acidente aéreo.....	1842
4.20 – Objetivo do denunciante de eximir-se, atribuindo a responsabilidade a outra pessoa	1842
5.00 – DIREITO DE REGRESSO.....	1843
6.00 – LEGITIMIDADE ATIVA E PASSIVA.....	1843
7.00 – LITISCONSÓRCIO E ASSISTÊNCIA	1843
7.01 – Falta de citação do litisconsorte passivo	1843
7.02 – Terceiro interessado (assistente)	1843
8.00 – PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA.....	1843

9.00 – PROVA	1844
9.01 – Ausência ou insuficiência de provas	1844
9.02 – Inversão do ônus da prova	1844
9.03 – Teoria da aparência de culpa	1845
9.04 – Perícia	1845
9.05 – No Código de Defesa do Consumidor.....	1845
9.06 – Garantia constitucional	1846
9.07 – Prova da culpa nas ações acidentárias de Direito comum.....	1846
9.08 – Prova do prejuízo.....	1846
10.00 – RECURSOS.....	1846
10.01 – Admissibilidade do recurso extraordinário.....	1846
10.02 – Abuso do direito de recorrer	1846
10.03 – Base de incidência do preparo do recurso (custas).....	1846
10.04 – Reexame de prova em recurso especial.....	1847
10.05 – Reexame do valor da reparação do dano moral pelo STJ.....	1847
10.06 – Interesse recursal: autor que na inicial submete a fixação do valor do dano moral ao arbítrio do julgador e recorre discordando daquele que foi fixado na sentença	1847
10.07 – Discussão do valor da indenização por dano moral em embargos de divergência	1847
11.00 – RESSARCIMENTO POR ATO ILÍCITO – NATUREZA JURÍDICA	1847
11.01 – Caráter alimentar ou hereditário do crédito indenitário	1847
12.00 – SENTENÇA.....	1848
12.01 – Revisão da sentença	1848
12.02 – Acolhimento do pedido de indenização com base em fato diverso daquele apontado na petição inicial	1850
12.03 – Nulidade de sentença em processo em que não se assegurou o direito de defesa .	1850
12.04 – Dano moral: concessão de valor inferior ao pretendido na petição inicial.....	1850
12.05 – Sentença que não especificou os valores de condenação a título de dano ma- terial e dano moral, fixando montante único.....	1850
13.00 – INTERVENÇÃO DE TERCEIRO	1851
13.01 – Chamamento ao processo	1851
13.02 – Denúnciação da lide.....	1851
13.03 – Intervenção fundada em contrato de seguro.....	1851
14.00 – JUÍZADOS ESPECIAIS CÍVEIS ESTADUAIS (LEI 9.099/1995).....	1851
14.00A – JUÍZADOS ESPECIAIS CÍVEIS FEDERAIS (LEI 10.259/2001)	1853
15.00 – JUÍZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS ESTADUAIS (LEI 9.099/1995)	1858
15.00A – JUÍZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA (LEI 12.153/2009)	1860
16.00 – CHAMAMENTO AO PROCESSO(ART. 77 DO CPC)	1866
16.01 – Chamamento da subempreiteira em caso de acidente do trabalho.....	1866
16.02 – Chamamento da seguradora ao processo.....	1866
17.00 – VALOR DA CAUSA E PREPARO DO RECURSO	1867
17.01 – Critérios para fixação	1867
17.02 – Na ação de reparação do dano moral	1867
17.03 – Valor meramente estimativo	1871
17.04 – Pedidos cumulativos	1872

17.05 – Pedido genérico sem especificação do valor pretendido.....	1872
18.00 – MINISTÉRIO PÚBLICO	1872
18.01 – Legitimidade para intentar a ação civil <i>ex delicto</i> (CPP, art. 68)	1872
19.00 – TUTELA ANTECIPADA (CPC, ART. 273) E MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DE INDENIZAÇÃO	1872
19.01 – Antecipação da obrigação de ministrar tratamento médico e hospitalar ou de realizar cirurgia.....	1879
19.02 – Antecipação de tutela de caráter pecuniário: limites e valores	1879
19.03 – Antecipação de tutela fundada em proposta de acordo oferecida pela ré	1879
19.04 – Concessão antecipada de compensação por dano moral.....	1879
19.05 – Concessão contra pessoa jurídica de direito público ou prestadora de serviço público	1880
19.06 – Concessão da antecipação da tutela nas ações declaratórias	1880
19.07 – Concessão da tutela nos acidentes aéreos	1880
19.08 – Concessão visando apenas ao recebimento antecipado do seguro obrigatório.....	1880
19.09 – Descumprimento da tutela concedida: bloqueio de bens para atender à ordem judicial	1881
19.10 – Distinção entre tutela antecipada e medida cautelar	1881
19.11 – Nas hipóteses de responsabilidade objetiva	1881
19.12 – Pedido de antecipação da tutela em face do denunciado à lide	1881
19.13 – Veículo importado com defeito: pretensão de troca por outro “zero-quilômetro”.	1881
19.14 – Pedido de concessão de pensão mensal, contratação de enfermeira e médico especialista	1882
19.15 – Pedido de composição antecipada dos lucros cessantes	1882
20.00 – TRANSAÇÃO (ACORDO EM JUÍZO): LIMITES	1882
21.00 – DELITOS DE TRÂNSITO – REPARAÇÃO CIVIL: QUESTÕES PROCESSUAIS	1882
22.00 – SUSPEIÇÃO DO JUIZ	1882
22.01 – Sentença proferida pelo Juiz no âmbito criminal, sobre o mesmo caso tratado na ação civil <i>ex delicto</i> , que preside.....	1882
23.00 – SOLIDARIEDADE ATIVA E PASSIVA.....	1883
24.00 – PEDIDO	1883
24.01 – Pedido com fundamento na responsabilidade subjetiva e acolhimento com base na responsabilidade objetiva ou vice-versa	1883
24.02 – Pedido genérico ou meramente estimativo nas ações de reparação do dano moral (quantificação da pretensão).....	1883
25.00 – REVISÃO DO VALOR DA PENSÃO MENSAL	1883
25.01 – Ação revisional para recompor o valor da pensão mensal vitalícia.....	1883
26.00 – MÁ-FÉ E FRAUDE PROCESSUAL.....	1884
27.00 – ACORDO JUDICIAL NÃO CUMPRIDO	1884
28.00 – SUCUMBÊNCIA	1884
28.01 – Recíproca: condenação do réu a reparar o dano moral em valor inferior à estimativa da petição inicial	1884
29.00 – PETIÇÃO INICIAL	1885
29.01 – Desnecessidade de pedido certo ou determinado	1885
29.02 – Na ação de indenização decorrente de tombamento	1885

29.03 – Menção na inicial apenas aos “danos”. Reconhecimento do dano moral.....	1885
30.00 – RECONVENÇÃO	1885
30.01 – Na ação de cobrança de dívida já paga.....	1885
31.00 – PENHORA DE BENS PARA GARANTIA DA INDENIZAÇÃO.....	1885
31.01 – Bem de família (Lei 8.009/1990).....	1885
32.00 – PREPOSTO	1885

TÍTULO VII

Circulação de veículos

Capítulo XVI

ACIDENTES DE TRÂNSITO

1.00 – NOÇÕES BÁSICAS	1891
1.01 – Considerações iniciais e a teoria da culpa contra a legalidade	1891
1.02 – Culpa.....	1894
1.03 – Culpa exclusiva da vítima.....	1895
1.04 – Dolo (a questão do dolo eventual nos acidentes de trânsito)	1895
1.05 – Nexo de causalidade.....	1896
1.06 – Previsibilidade	1898
2.00 – ACIDENTE EM RODOVIA.....	1899
2.01 – Bifurcação	1899
2.02 – Condições adversas nas rodovias.....	1899
2.03 – Conversão à esquerda em rodovia	1900
2.04 – Ingresso e saída de acostamento de rodovia	1901
2.05 – Ingresso ou cruzamento em rodovia	1901
2.06 – Manobra imprevista em rodovia	1903
2.07 – Operação de retorno em rodovia	1904
2.08 – Saída de praça rotatória para ingressar em rodovia.....	1904
2.09 – Invasão da pista contrária	1905
2.10 – Ultrapassagem pelo acostamento	1905
2.11 – Distância de segurança entre veículos (arts. 29, II e 192 do CTB)	1905
3.00 – ACIDENTE OCORRIDO FORA DA CORRENTE DE TRÁFEGO OU DE TRÂNSITO	1906
4.00 – ANIMAIS NA PISTA.....	1906
5.00 – ATROPELAMENTO DE CRIANÇA	1912
6.00 – ATROPELAMENTO DE PEDESTRE	1915
6.01 – Atropelamento de pedestre em rodovia	1917
6.02 – Atropelamento de pedestre na via urbana	1919
6.03 – Culpa concorrente	1924
7.00 – CASO FORTUITO E FORÇA MAIOR	1924
8.00 – CICLISTA	1925
9.00 – CONDIÇÕES DA PISTA	1929
9.01 – Obstáculos na pista.....	1929
9.02 – Más condições da pista	1930

9.03 – Pista defeituosa ou com sinalização insuficiente	1931
9.04 – Poeira – Bruma – Neblina	1931
9.05 – Óleo derramado por outro veículo	1933
9.06 – Chuva torrencial	1933
9.07 – Fogo e fumaça às margens da rodovia	1933
9.08 – Obstáculos na pista implantados para impor redução de velocidade (“ondulações” e “tartarugas”).....	1933
10.00 – CONDUtas DO MOTORISTA OU DE TERCEIRO, CAUSADORAS DE ACIDENTE.....	1934
10.01 – Abertura da porta sem cautela	1934
10.02 – Colisão na traseira	1935
10.03 – Colisão com veículo estacionado	1937
10.04 – Contramão de direção.....	1938
10.05 – Conversões: à esquerda ou à direita	1942
10.06 – Derrapagem.....	1945
10.07 – Deslumbramento ou ofuscamento.....	1948
10.08 – Distância entre veículos – Motorista que não guarda distância de segurança do veículo à sua frente ou a seu lado.....	1949
10.09 – Excesso de velocidade.....	1960
10.10 – Frenagem brusca.....	1973
10.11 – Marcha à ré.....	1974
10.12 – Movimentação (deslizamento) do veículo estacionado (CTB, art. 181)	1975
10.13 – Sinais de luz e sonoros (farol, seta, buzina).....	1977
10.14 – Ultrapassagem	1979
10.15 – Veículo estacionado irregularmente	1983
10.16 – Veículo parado na pista	1985
10.17 – Veículo que, atingido por outro e desgovernado, atinge coisa alheia, danificando-a.....	1987
10.18 – “Racha” (disputa de corrida de veículos nas ruas).....	1987
10.19 – Colisões sucessivas	1989
11.00 – CONDUTOR: CIRCUNSTÂNCIAS PESSOAIS OU EXTERNAS COMO CAUSA DO ACIDENTE	1989
11.01 – Causas externas	1990
11.02 – Condições físicas ou emocionais deficientes.....	1990
11.03 – Embriaguez.....	1991
11.04 – Fadiga – Sonolência	1993
11.05 – Generalidades	1994
11.06 – Mal súbito.....	1999
11.07 – Uso obrigatório de lentes corretoras	2000
11.08 – Motorista residente em outra cidade, não familiarizado com o trânsito local.....	2000
12.00 – CRUZAMENTO	2000
12.01 – Cautelas exigíveis	2001
12.02 – Cruzamento dotado de semáforo.....	2001
12.03 – Cruzamento dotado de sinal “Pare”	2003
12.04 – Cruzamento não sinalizado.....	2005

12.05 – Invasão ou avanço na via preferencial.....	2008
12.06 – Preferência do veículo que trafega pela direita	2008
13.00 – CULPA CONCORRENTE	2009
14.00 – DANO	2011
14.01 – Comprovação	2011
14.02 – Valor da indenização	2012
15.00 – DEFEITOS NO VEÍCULO (FALHAS MECÂNICAS)	2013
15.01 – Barra de direção.....	2014
15.02 – Bateria	2014
15.03 – Bobina.....	2014
15.04 – Defeito mecânico imprevisível	2014
15.05 – Defeitos mecânicos conhecidos do motorista	2015
15.06 – Freios.....	2015
15.07 – Pneus.....	2017
15.08 – Porta avariada	2019
15.09 – Qualquer defeito.....	2019
15.10 – Quebra de peças.....	2020
15.11 – Rodas	2020
15.12 – Sistema de direção	2020
15.13 – Sistema de iluminação (luzes, faróis, lanternas).....	2021
15.14 – Suspensão.....	2022
16.00 – ESTADO DE NECESSIDADE	2022
17.00 – FALTA DE HABILITAÇÃO LEGAL.....	2024
18.00 – FALTA DE REGISTRO DA TRANSFERÊNCIA DO VEÍCULO NO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO.....	2026
18.01 – Responsabilidade do antigo proprietário, se não registrada a transferência no Detran	2028
18.02 – Responsabilidade do atual proprietário, ainda que não tenha feito a transferência do domínio	2028
18.03 – Transferência do domínio – Caracterização	2029
18.04 – Reconhecimento do direito à reparação por dano moral, na hipótese de o novo adquirente não transferir o veículo	2030
18.05 – Comerciante de veículos usados que adquire o veículo mas não o transfere para seu nome, vendendo-o para terceiro. Multas impostas ao primitivo proprietário ..	2030
19.00 – LEGITIMIDADE ATIVA <i>AD CAUSAM</i>	2030
19.01 – Ação proposta por quem não é proprietário do veículo	2031
19.02 – Ação proposta por quem não era proprietário do veículo à época do acidente, mas o adquiriu posteriormente	2031
19.03 – Do proprietário do veículo contra quem o dirigia	2031
19.04 – Prova da propriedade do veículo como condição da ação.....	2031
19.05 – Terceiro não proprietário, que dirigia o veículo	2031
20.00 – LEGITIMIDADE PASSIVA <i>AD CAUSAM</i>	2032
20.01 – Ação contra o arrendante nos contratos de arrendamento e <i>leasing</i>	2033
20.02 – Ação contra o ciclista causador do acidente.....	2033

20.03 – Ação contra a pessoa em nome da qual o veículo está registrado no Detran, embora o tenha vendido antes do acidente	2033
20.04 – Ação contra os pais de menor de idade condutor de veículo.....	2034
20.05 – Ação contra o empregador (patrão) do motorista	2034
20.06 – Ação contra aquele que dirigia o veículo, embora não sendo o proprietário	2034
20.07 – Ação contra o proprietário de veículo dirigido por terceiro.....	2035
20.08 – Ação contra empregador (patrão) da vítima	2035
20.09 – Ação contra a empresa contratante dos serviços de frete e transporte de pessoal, por acidente de trânsito com veículo a seu serviço	2035
21.00 – MOTOCICLETAS.....	2035
22.00 – MENORES DE IDADE E “AMENTAIS”	2039
22.01 – Menor de idade condutor de veículo	2039
22.02 – Incapaz.....	2039
22.03 – Menor de idade habilitado	2039
22.00A – OMISSÃO DE SOCORRO.....	2039
22.00B – OBRIGATORIEDADE (OU NÃO) DOS ÓRGÃOS DE TRÂNSITO DOS MUNICÍPIOS DE SINALIZAR TODA E QUALQUER VIA PÚBLICA, MEDIANTE SINALIZAÇÃO VOLTADA À ORIENTAÇÃO DOS CONDUTORES DE VEÍCULOS AO LONGO DAS VIAS DE TRÁFEGO	2041
23.00 – ÔNIBUS COLETIVO	2042
23.01 – Acidente com passageiros	2042
23.02 – Atropelamento de pedestre por veículo que está ultrapassando ônibus parado para desembarque de passageiros.....	2043
23.03 – Prevalência da responsabilidade objetiva	2044
24.00 – PASSAGEM DE NÍVEL	2045
25.00 – PROVA	2046
25.01 – Conflito probatório	2046
25.02 – Valor probante do Boletim de Ocorrência.....	2046
25.03 – Valor probante do laudo pericial	2048
25.04 – Pericial	2048
25.05 – Inversão do ônus da prova	2048
26.00 – RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO NOS ACIDENTES DE TRÂNSITO.....	2048
27.00 – RESPONSABILIDADE DO PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO POR DANOS CAUSADOS POR OUTREM	2048
27.01 – Solidariedade do proprietário com o motorista (terceiro).....	2049
27.02 – Veículo de autoescola dirigido por aluno	2050
27.03 – Veículo dirigido por menor de idade.....	2052
27.04 – Veículo dirigido por preposto	2052
27.05 – Veículo dirigido por quem o furtou ou roubou	2053
27.06 – Veículo dirigido por terceiro.....	2055
27.07 – Veículo dirigido por cessionário ao qual foi transferida pelo proprietário e condutor autônomo de veículo rodoviário a exploração do transporte (Lei 6.094, de 30.08.1974)	2057
28.00 – RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA	2057
29.00 – SEMÁFORO.....	2058

29.01 – Com defeito	2059
29.02 – Com luz amarela	2060
29.03 – Fechado	2060
30.00 – TEORIA DO EIXO MEDIANO	2061
31.00 – TRANSPORTE GRATUITO	2062
31.01 – Tráfego de trator em rodovia	2065
31.02 – Transporte de passageiros em caminhão	2066
31.03 – Transporte de pessoas em trator	2067
31.04 – Carona	2068
32.00 – TRANSPORTE ONEROSO	2069
32.01 – Caminhões de carga	2071
32.02 – Ônibus coletivo	2072
33.00 – VEÍCULOS OFICIAIS (PREFERENCIAIS)	2072
33.01 – Ambulância	2074
33.02 – Corpo de Bombeiros	2075
33.03 – Viatura policial	2076
33.04 – Veículos oficiais em geral	2077
34.00 – VIA PREFERENCIAL	2078
34.01 – Classificação	2080
34.02 – Falta de indicação de preferência	2080
34.03 – Ingresso na via preferencial	2081
34.04 – Placa ou faixa de solo “Pare” ou “Dê Preferência”	2081
34.05 – Preferência ditada pelos usos e costumes	2082
34.06 – Veículo que trafega à direita	2082
34.07 – Excesso de velocidade	2083
35.00 – QUESTÕES PROCESSUAIS (OUTRAS QUESTÕES)	2083
35.01 – Ação de regresso pela seguradora: juntada da apólice de seguro aos autos	2083
35.02 – Ação de regresso pela seguradora: foro competente	2083
36.00 – RESPONSABILIDADE CIVIL POR ACIDENTES DE TRÂNSITO OCORRIDOS NOS TERRITÓRIOS DOS PAÍSES INTEGRANTES DO MERCOSUL	2084
36.01 – Internalização e integração das normas do Mercosul no ordenamento jurídico de seus países integrantes	2084
36.02 – Protocolo de San Luís em matéria de responsabilidade civil emergente de acidentes de trânsito	2098
37.00 – RESPONSABILIDADE CIVIL, O CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO (LEI 9.503/1997) E A APLICAÇÃO DA LEI 9.099/1995 AOS CRIMES DE TRÂNSITO ..	2106
37.01 – Considerações gerais	2106
37.02 – A aplicação dos arts. 74 (transação civil), 76 (aplicação da pena restritiva de direito ou multa sem instauração de ação penal) e 88 (representação do ofen- dido) da Lei 9.099/1995 aos crimes de trânsito	2106
37.03 – A multa reparatória	2109
37.04 – A reparação do dano nas hipóteses de homicídio culposo e lesões corporais culposas	2112
37.05 – O dano moral nos acidentes de trânsito	2113
37.06 – Questões processuais	2113

37.07 – Responsabilidade dos órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito	2114
37.08 – Suspensão do processo criminal (art. 89 da Lei 9.099/1995) e a reparação do dano	2117
38.00 – RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA NOS ACIDENTES DE TRÂNSITO	2117
38.01 – Caracterização do transporte e do ato de dirigir como atividade perigosa para efeito de aplicação do art. 927, parágrafo único, do CC/2002	2117

TÍTULO VIII

Responsabilidade extrapatrimonial

Capítulo XVII

DANO MORAL

1.00 – DIREITOS DA PERSONALIDADE	2129
1.01 – Agrupamento dos direitos da personalidade segundo a jurisprudência	2137
1.02 – Direito de personalidade versus liberdade de informação	2138
1.03 – Exposição lícita da imagem alheia	2138
1.04 – Homossexualismo	2138
1.05 – Imagem como parte integrante do direito de personalidade.....	2139
1.06 – Intransmissibilidade dos direitos da personalidade.....	2139
1.07 – Patrimônio moral como integrante do direito de personalidade	2140
1.08 – Pretensão de resguardo da personalidade, mediante indenização, por utilização lícita de imagem alheia, sem ofensa moral	2140
1.09 – Racismo e discriminação	2140
1.10 – Os direitos da personalidade no Código Civil (arts. 11 a 21)	2140
1.11 – Os direitos da personalidade e a Internet	2140
1.12 – Direito ao nome.....	2140
1.13 – Exposição da imagem de pessoa pública sem autorização.....	2142
2.00 – DIREITO À IMAGEM, DIREITO AUTORAL, DIREITO INTELECTUAL	2142
2.01 – Ausência de exploração comercial da imagem divulgada.....	2150
2.02 – Dano estético e ofensa à imagem.....	2150
2.03 – Definição e alcance do direito à imagem	2150
2.04 – Direito autoral	2151
2.05 – Direito à imagem e direito do autor	2151
2.06 – Direito personalíssimo	2151
2.07 – Direito à compensação por dano moral, ainda que a pessoa não dependesse economicamente da vítima	2152
2.08 – Divulgação de fotos de uma pessoa como se fosse outra (erro de identificação da imagem alheia).....	2152
2.09 – Divulgação ou utilização da imagem alheia sem autorização.....	2152
2.10 – Divulgação de notícia ofensiva à imagem de agente público	2153
2.11 – Exigência de comportamento culposo do agente divulgador	2153
2.12 – Exposição de defeito físico de pessoa entrevistada	2153
2.13 – Exploração da imagem alheia sem autorização	2154
2.14 – Inviolabilidade do direito à imagem	2154

2.15 – Necessidade de resguardo da imagem	2154
2.16 – Notícia de jornal atribuindo a prática de crime a alguém.....	2154
2.17 – Ofensa à imagem de pessoa morta.....	2155
2.18 – Ofensa que atinge bens morais e patrimoniais.....	2155
2.19 – Pessoa jurídica: direito à imagem.....	2155
2.20 – Plágio de projeto arquitetônico.....	2155
2.21 – Prescrição.....	2155
2.22 – Prova do dano à imagem	2156
2.23 – Publicação da imagem alheia em revista pornográfica	2156
2.24 – Publicação de foto de modelo profissional, tirada com sua anuência.....	2156
2.25 – Publicação de obra sem indicação do nome do tradutor	2156
2.26 – Publicação não autorizada de anúncio com imagem alheia	2156
2.27 – Publicação de fato inverídico em livro: responsabilidade do autor e da editora	2156
2.28 – Reprodução de vozes em disco	2157
2.29 – Utilização da voz de locutor em razão de vínculo empregatício.....	2157
2.30 – Utilização de trabalho artístico de terceiro.....	2157
2.31 – Utilização de fotografia em programa de televisão	2157
2.32 – Utilização indevida da imagem da Seleção Brasileira de Futebol.....	2157
2.33 – Publicação em livro de fatos verdadeiros acerca dos bastidores de templo religioso e do comportamento de seus pastores.....	2157
2.34 – Reedição de obra fonográfica sem autorização do artista	2157
2.35 – Utilização de imagem e voz de atriz para campanha publicitária de medicamento que se mostrou inadequado	2158
2.36 – Duplo conteúdo do direito à imagem: moral e patrimonial.....	2158
2.37 – Publicação em álbum de figurinhas de fotografia de jogador falecido, sem autorização dos seus sucessores	2158
2.38 – Contrafação (falsificação) de produtos: reparação do dano moral.....	2158
2.39 – Uso do nome de pessoa como coordenadora de obra intelectual de terceiro	2158
2.40 – Direito de imagem e direito de arena	2158
2.41 – Uso indevido da imagem de atriz de teatro e televisão para fins comerciais	2158
3.00 – DIREITO À HONRA (LESÃO À HONRA DA PESSOA)	2159
3.01 – A honra como componente do direito da personalidade	2160
3.02 – Acusação injusta de furto em estabelecimento comercial.....	2161
3.03 – Calúnia, difamação e injúria.....	2161
3.04 – Crítica ofensiva à honra de profissional, divulgada em periódico.....	2161
3.05 – Demissão ou dispensa ofensiva de empregado.....	2161
3.06 – Denúncia criminal contra pessoa inocente	2161
3.07 – Informações depreciativas prestadas contra ex-empregado	2161
3.08 – Ofensa emanada de membro do Poder Legislativo – Imunidade parlamentar que alcança as ações cíveis	2161
3.09 – Protesto indevido de título de crédito.....	2161
3.10 – Protesto regular de título de crédito. Obrigação do devedor de providenciar o cancelamento	2162
3.11 – Protesto de título de pessoa reiteradamente inadimplente, por valor superior ao devido.....	2162
3.12 – Simples apontamento de título apresentado para protesto sem o efetivo registro ..	2162

4.00 – DIREITO À INTIMIDADE E À PRIVACIDADE	2162
4.01 – Escorço histórico.....	2162
4.02 – Conceito de intimidade e privacidade.....	2165
4.03 – Adequação da nomenclatura utilizada	2166
4.04 – Aspectos da tutela da intimidade e da vida privada.....	2167
4.05 – Direito à intimidade e direito da personalidade.....	2168
4.06 – Direito à intimidade e direito à divulgação (liberdade de imprensa).....	2169
4.07 – Direito à intimidade e tutela da honra	2170
4.08 – Influência da notoriedade e categoria social do titular do direito à intimidade	2171
4.09 – Direito à intimidade e direito à imagem	2172
4.10 – Direito à intimidade e direito do autor	2172
4.11 – Meios ou modos de agressão à intimidade e à vida privada	2172
4.12 – Direito das pessoas jurídicas à intimidade.....	2175
4.13 – Responsabilidade civil por violação da intimidade e da vida privada: indisponibilidade do direito e sua intransmissibilidade.....	2177
4.14 – Responsabilidade civil por violação da intimidade e da vida privada: indenização por dano material e por dano moral	2178
4.15 – Conversa telefônica gravada em fita magnética para servir como prova em juízo .	2179
4.16 – Inobservância do segredo de justiça imposto em processo judicial	2180
4.17 – Invasão de privacidade: ingresso e filmagem em festa de casamento.....	2180
4.18 – Limitação à liberdade de imprensa (publicação de atos processuais)	2180
4.19 – Publicação de fotografia.....	2180
4.20 – Notoriedade da vítima	2183
4.21 – Representação teatral da vida íntima das pessoas	2183
4.22 – Submissão da pessoa à realização de perícia médica ou qualquer outro exame ...	2183
4.23 – Tornar pública, mediante divulgação por meio de comunicação de massa, a doença de pessoa	2183
4.24 – Relatividade do direito à proteção da intimidade	2183
4.25 – Discriminação sexual.....	2184
4.26 – Homofobia	2184
5.00 – DANO ESTÉTICO	2184
5.01 – Cicatrizes hipertróficas.....	2186
5.02 – Conceito e caracterização do dano estético	2186
5.03 – Cumulação do dano estético com outras verbas.....	2187
5.04 – Dano moral e dano estético	2187
5.05 – Deformidade: definição	2187
5.06 – Forma de indenizar o dano estético	2187
5.07 – Mulher solteira.....	2188
5.08 – Quando o dano estético deve ser indenizado.....	2188
5.09 – Perda de órgãos internos	2188
6.00 – DANO PSÍQUICO OU PSICOLÓGICO.....	2188
7.00 – O DANO MORAL NO CÓDIGO CIVIL E A GARANTIA CONSTITUCIONAL DE INVOLABILIDADE	2190
7.01 – História e evolução	2190
7.02 – Conceito.....	2192

7.03 – Avaliação do dano moral.....	2196
7.04 – Caráter constitucional da garantia	2197
7.05 – O anacronismo do Código Civil perante a Constituição Federal.....	2197
7.06 – A ausência de critérios no Código Civil para a fixação da compensação por dano moral	2199
7.07 – Hipóteses casuístas de reparação por dano moral no Código Civil.....	2201
7.08 – Distinção entre o dano moral e outros danos.....	2202
7.09 – Alcance ou repercussão do dano moral como fundamento para a indenização....	2202
7.10 – A exacerbação na pretensão indenitária	2202
7.11 – Objetivo da compensação por dano moral	2202
7.12 – Acidente do trabalho e dano moral.....	2203
7.13 – Internet e dano moral	2203
7.14 – Fato ocorrido antes do advento da Constituição Federal	2203
7.15 – Dano moral e má-fé processual	2203
7.16 – Mero dissabor ou simples incômodo	2203
7.17 – Direito do nascituro ao dano moral	2204
7.00A – O DANO MORAL NAS RELAÇÕES DO TRABALHO.....	2204
7.01A – Demissão ou dispensa ofensiva de empregado.....	2204
7.02A – Negar trabalho a empregado em gozo de estabilidade temporária	2206
7.03A – Proibição de trânsito e permanência de empregados domésticos em elevadores sociais de edifício em condomínio	2206
7.04A – Advertência de proprietário de loja à vendedora para não deixar pessoa negra experimentar roupas à venda.....	2206
7.05A – Empregador que chama sua empregada de “loura burra”	2207
7.06A – Empregado portador de AIDS discriminado pelo superior hierárquico	2207
7.07A – Empregado submetido à situação humilhante pelo empregador	2207
7.08A – Revista pessoal ou íntima em empregados de empresa para evitar furtos.....	2207
7.09A – Expedição de carta desabonadora da conduta do ex-empregado.....	2207
7.10A – Vazamento deliberado no meio social de informações prejudiciais à honra do ex-funcionário	2207
7.11A – Instalação pelo empregador de câmera filmadora no banheiro feminino do local de trabalho	2208
7.12A – Empregado acusado de furto pelo empregador, com oferecimento de notícia-crime.....	2208
7.13A – Ofensas verbais em público do empregador contra empregado	2208
7.14A – Reintegração do empregado demitido, deixando-o sem função e isolado dos demais colegas	2208
7.15A – Funcionário deslocado para função inexistente, forçando seu pedido de demissão	2208
7.16A – Prestação de serviços informais: falecimento do trabalhador.....	2208
7.17A – Contratação de empregado, com imposição de mudança de domicílio. Posterior cancelamento unilateral e imotivado.....	2209
7.18A – Prescrição da pretensão de dano moral decorrente das relações do trabalho, proposta na Justiça do Trabalho	2209
7.19A – Instauração de sindicância pelo empregador para apuração de falta do empregado	2209
7.20A – Candidato a emprego aprovado, faz exame admissional, pede demissão do emprego anterior e é informado que não será admitido	2209

7.21A – Dano moral decorrente da privação das condições de trabalho	2209
7.00B – O DANO MORAL NOS ESPORTES	2209
7.01B – Erro de arbitragem. Pretensão do torcedor de obter dano moral	2209
7.00C – O DANO MORAL COLETIVO	2209
7.00D – O DANO EXISTENCIAL	2213
8.00 – DOLOU OU CULPA COMO PRESSUPOSTOS DA INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL (O DANO MORAL NAS HIPÓTESES DE RESPONSABILIZAÇÃO INDEPENDENTE DE CULPA)	2213
9.00 – INDENIZAÇÃO DO DANO MORAL PURO, SEM REFLEXO ECONÔMICO	2216
9.01 – Admissibilidade	2217
9.02 – Inadmissibilidade	2218
10.00 – O DANO MORAL NA RESPONSABILIDADE CONTRATUAL	2218
10.01 – Advogado: negligência na atuação profissional	2221
10.02 – Consórcio de bem imóvel – Consorciado não contemplado na data prevista	2221
10.03 – Contrato de edição de livros – Inadimplemento da editora	2221
10.04 – Contrato de compromisso de compra e venda de imóvel – Inadimplemento do promitente comprador, deixando de honrar os pagamentos	2222
10.05 – Contrato de plano de renda e pecúlio ou de previdência privada – Inadimplemento	2222
10.06 – Dano moral decorrente de cláusula contratual abusiva	2222
10.07 – Desconto em folha, em favor da seguradora, do valor do prêmio, embora o contratante tenha denunciado o contrato de seguro	2222
10.08 – Não comparecimento de fotógrafo à cerimônia para a qual foi contratado	2222
10.09 – Pacote turístico – Descumprimento do contrato	2222
10.10 – Prestação de serviço inadequado em piano antigo, de procedência estrangeira ...	2223
10.11 – Transporte rodoviário – Extravio de bagagem	2223
10.12 – Transporte aéreo – Extravio de bagagem e de mercadoria	2223
10.13 – Inadimplemento contratual por uma das partes	2223
10.14 – Compromisso de compra e venda. Aquisição de unidade residencial em construção. Obra não concluída, atraso na entrega do bem ou demora na outorga de escritura pública	2224
10.15 – Rescisão de contrato de locação de espaço em <i>shopping center</i> . Obras não concluídas	2225
10.16 – Transporte aéreo: <i>overbooking</i>	2225
10.17 – Recusa de cirurgia por empresa de plano de saúde	2225
10.18 – Recusa de cobertura médica a segurada menor de idade por empresa de plano de saúde	2226
10.19 – Recusa de cobertura de seguro saúde	2226
10.20 – Recusa de plano de saúde de cobertura para a implantação de <i>stent</i>	2226
11.00 – O <i>PRETIUM DOLORIS</i> (O PREÇO DA DOR)	2226
12.00 – O DANO MORAL NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	2229
13.00 – CUMULAÇÃO DE INDENIZAÇÕES	2229
14.00 – PESSOAS LEGITIMADAS A PEDIR INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL (<i>LEGITIMATIO AD CAUSAM</i>)	2229
14.01 – Direito à indenização apenas ao próprio ofendido	2230

14.02 – Direito dos sucessores à indenização por dano moral (transmissibilidade hereditária).....	2231
14.03 – Esposa e filhos.....	2231
14.04 – Irmãos da vítima	2231
14.05 – Pais da vítima.....	2231
14.06 – Pedido de dano moral feito por mais de um sucessor ou legitimado.....	2231
14.07 – Avô da vítima.....	2234
14.08 – Falecimento da vítima no curso da ação	2234
14.09 – Noiva ou noivo da vítima falecida.....	2235
14.10 – Irmãos legítimos ou de criação	2235
14.11 – Indenização do dano moral à pessoa jurídica, na condição de consumidora	2235
14.12 – Dano moral em ricochete ou reflexo.....	2235
14.13 – Espólio.....	2235
14.14 – Pessoa jurídica	2236
14.15 – Pessoa jurídica de direito público	2236
14.16 – Militar. Dano moral. Lesões sofridas em acidente durante sessão de treinamento.	2236
15.00 – PROVA DO DANO MORAL.....	2236
15.01 – Desnecessidade (dano moral <i>in re ipsa</i>)	2239
15.02 – Necessidade de comprovação do dano moral.....	2240
15.03 – Presunção da ocorrência de dano.....	2241
15.04 – Responsabilidade decorrente do só fato da violação	2241
16.00 – CRITÉRIOS PARA A FIXAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO DANO MORAL – TEORIAS A RESPEITO DO TEMA.....	2242
16.01 – Valor da indenização, critérios de fixação e natureza jurídica da indenização segundo a jurisprudência	2242
16.02 – A exacerbação nas pretensões indenitárias e a desmoralização do instituto (projetos de lei acerca do dano moral)	2249
16.03 – A teoria do valor do desestímulo e os <i>punitive damages</i> – Critérios para o arbitramento do dano moral	2254
16.04 – Sistemas aberto (ilimitado) e fechado (tarifado) para a fixação do <i>quantum</i> da indenização.....	2260
16.05 – Fixação da indenização pelo sistema tarifado, através da integração analógica....	2263
16.06 – Morte de menor de idade que não exercia atividade remunerada	2264
16.07 – Fixação ou revisão do valor da reparação por dano moral, em sede recursal, pelos tribunais regionais federais, estaduais e tribunais superiores.....	2264
16.08 – Liquidação do dano moral	2265
16.09 – A quantificação dos danos morais pelo STJ, segundo José Roberto Ferreira Gouvêa e Vanderlei Arcanjo da Silva	2265
16.10 – Valores preconizados pelo STJ para o dano moral nos casos de falecimento do marido ou da mulher.....	2267
17.00 – ABALO DE CRÉDITO	2268
17.01 – Protesto indevido de título de crédito.....	2269
17.02 – Inclusão do nome da empresa no Sistema de Proteção ao Crédito	2269
17.03 – Prática de atos de vandalismo visando afugentar clientes de estabelecimento comercial	2269
17.04 – Afronta a direito personalíssimo	2270

18.00 – COMPETÊNCIA NAS AÇÕES VISANDO A REPARAÇÃO DO DANO MORAL....	2270
18.01 – Justiça do Trabalho: dano moral pretendido por funcionário ou ex-funcionário....	2270
18.02 – Justiça Comum Estadual: dano moral pretendido por funcionário ou ex-funcionário.....	2271
18.03 – Local do ato ou fato.....	2272
18.04 – Inaplicabilidade do foro geral das pessoas jurídicas	2272
18.05 – Programa transmitido em rede nacional – Dano causado em múltiplos lugares....	2273
18.06 – Dano moral decorrente das relações conjugais	2273
19.00 – ABUSO DO DIREITO.....	2274
20.00 – ASSÉDIO SEXUAL.....	2274
20.01 – Assédio praticado por superior hierárquico.....	2283
20.02 – Ausência da vontade de injuriar (<i>animus injuriandi</i>)	2284
20.03 – Competência da Justiça Comum.....	2284
20.04 – Exibição do pênis à vítima	2284
20.05 – Gracejos e importunações.....	2284
20.06 – Indenização por dano moral.....	2284
20.07 – Justa causa para rescisão do contrato de trabalho do empregado autor do assédio sexual.....	2285
20.08 – Ofensa sexual praticada por médico contra paciente no interior de hospital	2285
20.09 – Prova do assédio sexual.....	2285
20.10 – Petição inicial	2285
20.11 – Requisitos para a caracterização do assédio sexual	2285
20.12 – Responsabilidade da empresa da qual faz parte o diretor ou sócio, autor do assédio	2286
20.13 – Dever de vigilância do empregador	2286
20.14 – Caracterização através de palavras ou atos.....	2286
20.15 – Exigência do empregador para que sua funcionária saia com os clientes para aumentar as vendas.....	2286
20.16 – Indagação do empregador em sessão pública se algum dos presentes foi molestado pelo empregado reclamante	2286
20.00A – ASSÉDIO MORAL E BULLYING	2287
20.01A – O assédio moral e o <i>bullying</i> como ofensas aos direitos da personalidade.....	2287
20.02A – O assédio moral no ambiente do trabalho.....	2289
20.03A – A responsabilização do assédio moral <i>de lege ferenda</i>	2291
20.04A – Responsabilidade pela prática de <i>bullying</i> nas escolas	2291
20.05A – Casuística acerca do assédio moral (precedentes jurisprudenciais).....	2293
20.06A – Casuística acerca do <i>bullying</i> (precedentes jurisprudenciais).....	2296
21.00 – CASAMENTO, CONCUBINATO E UNIÃO ESTÁVEL	2297
21.01 – Adulterio	2297
21.02 – Infração aos deveres conjugais	2297
21.03 – Morte do(a) companheiro(a): indenização por dano moral	2297
21.04 – Ruptura imotivada de concubinato	2297
21.05 – Separação judicial culposa, divórcio e anulação do casamento.....	2297
21.06 – Sociedade de fato entre homossexuais.....	2297
21.07 – Filho nascido de união da esposa da vítima com terceira pessoa, na constância do casamento. Descumprimento do dever de fidelidade	2298

22.00 – COBRANÇA DE DÍVIDA NÃO VENCIDA OU JÁ PAGA (ARTS. 939 E 940 DO CC/2002)	2298
23.00 – DANO MORAL AO MEIO AMBIENTE (DANO MORAL COLETIVO)	2298
24.00 – DENUNCIÇÃO CALUNIOSA	2298
25.00 – DIREITO DAS PESSOAS JURÍDICAS À REPARAÇÃO POR DANO MORAL	2298
25.01 – Admissibilidade	2302
25.02 – Inadmissibilidade.....	2303
25.03 – Exigência de prova do prejuízo econômico.....	2303
25.04 – Ofensa à honra objetiva da pessoa jurídica	2303
25.05 – Protesto indevido de título de crédito.....	2304
26.00 – ERRO JUDICIÁRIO, PRISÃO INDEVIDA E DANO MORAL	2304
26.01 – Admissibilidade de dano moral com base no art. 630 do CPP.....	2306
26.02 – Inadmissibilidade de dano moral com base no art. 630 do CPP	2306
26.03 – Condenação por crime praticado por outrem	2306
26.04 – Desaparecimento, prisão, tortura ou morte de preso político.....	2306
26.05 – Morte de menor de idade por terceiros em Delegacia de Polícia, onde se encontrava custodiado	2306
26.06 – Prisão indevida	2306
26.07 – Reparação do dano moral decorrente de erro judiciário	2306
27.00 – HOMICÍDIO (CC/2002, ART. 948).....	2307
27.01 – Luto de família como reparação do dano moral	2307
27.02 – Possibilidade de reparação do dano moral no caso de homicídio	2307
28.00 – LIBERDADE DE INFORMAÇÃO	2307
28.01 – A ofensa por calúnia, difamação e injúria	2314
28.02 – Adoção do sistema aberto e ilimitado de indenização, a partir do advento da CF/1988.....	2315
28.03 – Liberdade de imprensa.....	2317
28.04 – Absolvição criminal do ofensor ou rejeição da queixa-crime – Irrelevância	2319
28.05 – Divulgação de fato verdadeiro sem excessos.....	2319
28.06 – Divulgação por empresa jornalística de discurso proferido por Vereador no Plenário da Câmara.....	2321
28.07 – Ofensa a servidor público.....	2321
28.08 – Ofensa dirigida por pessoa entrevistada a terceiro.....	2321
28.09 – Prova do fato.....	2321
28.10 – Publicação em revista de fotografia, sem permissão da pessoa retratada	2322
28.11 – Publicação de fotografia de pessoa, apontando-a indevidamente como suspeita de latrocínio	2322
28.12 – Publicação em jornal de notícia falsa e ofensiva da honra da pessoa	2322
28.13 – Depoimento prestado à televisão por ex-drogado, sem preservação de identificação de sua imagem e voz	2322
28.14 – Direito de crítica	2322
28.15 – Equilíbrio entre os direitos da personalidade e à liberdade de informação	2323
28.16 – Ofensa à honra através dos meios de comunicação (a questão da publicação da sentença condenatória)	2323
28.17 – Crítica a figura pública ou notória através de matéria jornalística.....	2323

29.00 – LESÕES CORPORAIS	2324
29.01 – O dano moral previsto no art. 949 do CC/2002	2324
29.02 – O dote à mulher solteira ou viúva que viesse a sofrer aleijão ou deformidade, previsto no revogado Código Civil de 1916.....	2324
30.00 – LESÕES DEFORMANTES	2324
31.00 – MORTE DE MENOR DE IDADE QUE NÃO EXERCIA ATIVIDADE REMUNERADA (INDENIZAÇÃO AOS PAIS E OUTROS LEGITIMADOS) – INDENIZAÇÃO APENAS DO DANO MORAL	2324
32.00 – MORTE DE PESSOA DA FAMÍLIA	2324
32.01 – Pensionamento por morte de filho menor de idade	2324
32.02 – Morte do chefe de família (reparação do dano moral, pensão aos dependentes por morte do chefe da família, pensão aos filhos menores por morte dos pais e pensão aos pais por morte de filho)	2324
32.03 – Morte da esposa, convivente, companheira ou mãe e de filho menor de catorze anos de idade ou que não exercia atividade remunerada	2325
33.00 – MULTA PREVISTA NA LEI PENAL COMO REPARAÇÃO DO DANO MORAL: SUA EXTINÇÃO E SUBSTITUIÇÃO	2327
34.00 – NOIVADO: ROMPIMENTO (PROMESSA DE CASAMENTO – “ESPONSAIS”)	2328
35.00 – OFENSA À HONRA DA MULHER	2328
36.00 – OFENSA À LIBERDADE PESSOAL (CC/2002, ART. 954)	2328
37.00 – OFENSA MORAL AOS ABSOLUTAMENTE INCAPAZES (CRIANÇAS E DEFICIENTES MENTAIS).....	2328
38.00 – PRECONCEITO RACIAL, RACISMO OU DISCRIMINAÇÃO	2330
38.01 – Palavras ofensivas com intenção de menosprezo.....	2332
38.02 – Ofensas dirigidas a todos os negros.....	2332
38.03 – Proibição de trânsito e permanência de empregados domésticos em elevadores sociais de edifício em condomínio	2332
38.04 – Recusa de pagamento de seguro em razão da cor da pele da segurada.....	2332
38.05 – Estabelecimento comercial que faz seleção prévia de seus frequentadores, proibindo o acesso de alguns.....	2333
38.06 – Advertência de proprietário de loja à vendedora para não deixar pessoa negra experimentar roupas à venda.....	2333
38.07 – Empregador que chama sua empregada de “loura burra”	2333
38.08 – Necessidade de comprovação da manifestação de racismo.....	2333
39.00 – RESPONSABILIDADE DO ESTADO POR DANO MORAL.....	2333
40.00 – SEGURO: RESPONSABILIDADE DA SEGURADORA POR DANO MORAL.....	2333
40.01 – Contrato de seguro por danos pessoais: inclusão do dano moral.....	2333
40.02 – Responsabilidade da seguradora em sede de regresso	2337
40.03 – Recusa da seguradora a nova internação do paciente em hospital	2337
40.04 – Não fornecimento pela seguradora de serviço de guincho, contratualmente previsto.....	2337
40.05 – Recusa de cobertura para internação de emergência.....	2337
40.06 – Seguro obrigatório DPVAT.....	2337
40.07 – Possibilidade de exclusão do dano moral e estético quando estabelecido expressamente na apólice de seguro	2337

41.00 – SPC, SERASA, BANCO CENTRAL DO BRASIL E OUTROS BANCOS DE DADOS: INCLUSÃO DO NOME DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES NEGATIVAS SOBRE O DEVEDOR	2337
41.01 – Comunicação do credor à entidade de proteção ao crédito do nome do devedor, na pendência de ação judicial onde se discutia a dívida	2343
41.02 – Envio ao Serviço de Proteção ao Crédito do nome de aluno que desiste do curso antes do seu término	2343
41.03 – Inscrição irregular do nome de ex-cliente no cadastro de inadimplentes em razão de lançamento de encargos bancários em conta corrente encerrada	2344
41.04 – Legitimidade da divulgação do nome de pessoa inadimplente aos que solicitam a informação, se verdadeira	2344
41.05 – Manutenção do nome de consumidor no cadastro de devedores mesmo após a quitação da dívida	2344
41.06 – Obrigação do órgão responsável pela manutenção do cadastro de inadimplentes de comunicar previamente ao consumidor sua inscrição (ausência de notificação prévia)	2344
41.07 – Responsabilidade da empresa que comunicou fato negativo não verdadeiro à entidade de proteção ao crédito	2346
41.08 – Responsabilidade do banco que faz comunicação indevida ao Banco Central ou inclui cliente em cadastro de emitentes de cheque sem provisão de fundos.....	2346
41.09 – Responsabilidade solidária dos titulares de conta corrente bancária conjunta pela emissão de cheque sem provisão de fundos por qualquer deles, para efeito de registro no cadastro de inadimplentes	2346
41.10 – Existência de registros negativos anteriores no SERASA ou SPC que impedem, ou não impedem, a pessoa de reclamar reparação, com base em inscrição indevida posterior (anotação irregular posterior)	2347
41.11 – Ação visando à reparação do dano moral promovida pela esposa daquele que teve seu nome inscrito no cadastro de inadimplentes	2347
41.12 – Comprovação do dano moral que se demonstra com a só inscrição indevida.....	2347
41.13 – Legitimidade da inscrição no cadastro de devedores do fiador notificado previamente para pagar	2348
41.14 – Obrigação de comunicar o pagamento da dívida aos serviços de proteção ao crédito que compete ao credor	2348
41.15 – Falha ou omissão do banco de dados em comunicar a alteração de inexatidões às entidades e órgãos destinatários (CDC, art. 43, § 3º)	2348
42.00 – TUTELA ANTECIPADA: PROTEÇÃO ANTECIPADA AOS VALORES DE ORDEM MORAL	2348
43.00 – BANCOS: RESPONSABILIDADE POR DANO MORAL	2348
44.00 – CASUÍSTICA: HIPÓTESES QUE PODEM, OU NÃO, ENSEJAR REPARAÇÃO POR DANO MORAL.....	2348
44.01 – Ação ajuizada pelos filhos muitos anos após o evento danoso	2348
44.02 – Acidente do trabalho – Dano moral	2349
44.03 – Acusação indevida de furto em estabelecimento comercial.....	2349
44.04 – Ansiedade decorrente de processo judicial	2349
44.05 – Apresentação antecipada de cheque pré-datado, emitido para pagamento futuro	2349
44.06 – Atendimento de cliente em local desconfortável	2349
44.07 – Atraso no voo de aeronave comercial	2349

44.08 – Cheque pós-datado, apresentado antes da data convencionada – Dano moral.....	2349
44.09 – Cobrança abusiva de dívida ou através de meio vexatório ou humilhante	2349
44.10 – Dar causa a abertura de inquérito policial ou instauração de ação penal (queixa ou denúncia criminal formalizada contra pessoa)	2349
44.11 – Descumprimento dos deveres conjugais na união estável	2353
44.12 – Devolução indevida de cheque por instituição financeira	2353
44.13 – Direito de arena: publicação de foto em “álbum de figurinhas”	2353
44.14 – Dispensa (demissão) de empregado pelo empregador	2354
44.15 – Empregado portador de AIDS discriminado pelo superior hierárquico	2354
44.16 – Empregado submetido a situação humilhante pelo empregador	2354
44.17 – Entidade religiosa que se recusa a realizar cerimônia fúnebre.....	2354
44.18 – Erro médico e dano moral	2354
44.19 – Erro no resultado de exame médico ou de laboratório	2354
44.20 – Extravio de bagagem	2354
44.21 – Envio de cadáver de pessoa identificada ao IML e seu sepultamento como indigente	2355
44.22 – Humilhação pública infligida por preposto de restaurante a um cliente	2355
44.23 – Identificação de menor de idade e exploração de sua imagem por empresa jornalística.....	2355
44.24 – Mero exercício do direito de defesa em juízo.....	2355
44.25 – Obra de arte pertencente ao Patrimônio Público	2355
44.26 – Pacote turístico – Descumprimento do contrato pela agência de viagens	2355
44.27 – Pedido de reparação de dano moral feito por homem casado contra a ex-amante.....	2355
44.28 – Pedido de reparação de dano moral feito por administrador público por ofensa em razão da função.....	2356
44.29 – Protesto indevido de título de crédito.....	2356
44.30 – Publicação de “declaração à praça” através de jornal.....	2357
44.31 – Recusa de atendimento por empresa de planos de saúde ou hospital credenciado	2357
44.32 – Recusa de cheque por estabelecimento comercial	2357
44.33 – Remoção, sem consentimento da família, de restos mortais de sepultura	2357
44.34 – Representação feita contra advogado à OAB.....	2358
44.35 – Responsabilidade contratual do fabricante por dano moral (vício do produto)	2358
44.36 – Responsabilidade dos bancos por dano moral	2358
44.37 – Responsabilidade por dano moral do requerente de falência denegada.....	2358
44.38 – Responsabilidade de Prefeitos e Vereadores	2358
44.39 – Revista pessoal em empregados de empresa para evitar furtos	2359
44.40 – Retardamento da Administração Pública em publicar o ato de aposentadoria de servidor: dano moral.....	2359
44.41 – Serviço de programação de televisão por assinatura (TV a cabo ou por satélite) ...	2359
44.42 – SPC, SERASA, Banco Central do Brasil e outros bancos de dados: inclusão do nome de pessoa física ou jurídica e divulgação de informações negativas sobre o devedor	2359
44.43 – Veículo adquirido com defeito: demora na solução do problema pela concessionária.....	2359
44.44 – Transporte aéreo interno e internacional: hipóteses de reparação por dano moral	2359

44.45 – Venda de imóvel incorporado no regime de condomínio – Descumprimento do contrato	2359
44.46 – Venda indevida, em leilão, de joia penhorada.....	2359
44.47 – Vizinhaça: perturbação ao sossego.....	2360
44.48 – Pedras atiradas, furto, roubo, assalto ou agressão a passageiros no interior de aeronave, veículo ou composição coletiva.....	2360
44.49 – Acionamento indevido de alarme antifurto em loja, supermercado, <i>shopping center</i> ou qualquer outro estabelecimento comercial.....	2360
44.50 – Corte indevido no fornecimento de energia elétrica de consumidor	2360
44.51 – Multas de trânsito impostas ao anterior proprietário de veículo, por omissão de transferência do adquirente perante o DETRAN	2360
44.52 – Exposição da pessoa a resíduos industriais emanados de indústria poluente, com risco de doença grave	2361
44.53 – Separação e divórcio.....	2361
44.54 – Reserva de aposento em hotel não cumprida	2361
44.55 – Vereador: encaminhamento, pela mesa da Câmara ao Ministério Público, de peças de inquérito parlamentar contra vereador, com posterior arquivamento do inquérito policial.....	2361
44.56 – Erro de laboratório no resultado de exame de AIDS.....	2361
44.57 – Expedição de carta desabonadora da conduta do ex-empregado.....	2361
44.58 – Dispositivo antifurto, através de alarme sonoro, colocado em lojas de departamentos, magazines, supermercados e outros estabelecimentos	2361
44.59 – Invasão de domicílio	2361
44.60 – Revista em público de cliente em estabelecimento comercial, por suspeita de furto de mercadorias	2362
44.61 – Comerciante de veículos usados que adquire o veículo, mas não o transfere para seu nome, vendendo-o para terceiro. Multas impostas ao primitivo proprietário ..	2362
44.62 – Mulher que manteve ligação amorosa com homem casado: pretensão ao dano moral.....	2362
44.63 – Cobrança vexatória de comissão pela intermediação na venda de imóvel	2362
44.64 – Vítima que perde o olfato e o paladar.....	2362
44.65 – Demora no pagamento de precatório judicial	2362
44.66 – Cobrança de parcela mensal já paga, relativa a contrato de arrendamento mercantil	2362
44.67 – Envio de carta de cobrança de parcela de financiamento em atraso	2362
44.68 – Pedido de concessão de dano moral pela só necessidade de ingressar em juízo para pleitear da outra parte o que entende ser devido	2363
44.69 – Namoro: rompimento	2363
44.70 – Título apontado sem a efetivação do protesto, por ter sido sustado por ordem judicial	2363
44.71 – Perda, durante viagem, de uma frásqueira contendo objetos pessoais.....	2363
44.72 – Aluno que ofende e expõe professor a situação vexatória	2363
44.73 – Mensagens ofensivas da honra, divulgadas em <i>site</i> na Internet.....	2363
44.74 – Dano moral decorrente de vício do produto ou do serviço	2363
44.75 – Disparo de alarme sonoro de segurança, durante a noite, instalado em banco ou empresa	2363
44.76 – Criança colocada sob o abrigo de Conselho Tutelar por decisão judicial.....	2364

44.77 – Falta de vaga em hospital público	2364
44.78 – Inclusão de foto de pessoa devedora de pensão alimentícia em álbum de marginais, mantido nos registros da polícia.....	2364
44.79 – Responsabilidade do médico. Não caracterização do dano moral tão só em razão da dor, sofrimento, desconforto ou aborrecimento, se não houve erro, negligência ou imperícia do profissional.....	2364
44.80 – Sepultamento de pessoa de má reputação em jazigo da família	2364
44.81 – Impossibilidade do registro de diploma de curso não autorizado pelo Ministério da Educação e Cultura.....	2364
44.82 – Conta-corrente bancária utilizada como “hospedagem” para movimentação e transferências ilícitas de valores	2365
44.83 – Pretensão de pessoa física de obter reparação do dano moral em razão de ausência de regulamentação de leis que asseguram atendimento prioritário e condições de acessibilidade à coletividade, sem demonstração objetiva de ofensa individual	2365
44.84 – Leve escoriação sofrida por criança no interior de escola pública, causada por outra criança quando brincavam	2365
44.85 – Menor de idade acompanhado dos genitores, impedido de ingressar em espetáculo de teatro	2365
44.86 – Convocação de investigado para depor perante Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Pretensão de compensação por dano moral	2366
44.87 – Falha no envio ou entrega de correspondência ou encomenda pelos Correios	2366
44.88 – Danos em apartamento, provocados por infiltração em apartamento superior	2366
44.89 – Divulgação dos segredos do ilusionismo (truques de mágica) por quadro de televisão	2367
44.90 – Realização de exame de HIV não solicitado pelo paciente mas que revelou ser ele soropositivo.....	2367
44.91 – Envio de cartão de crédito sem solicitação do beneficiário	2367
44.92 – Concurso público. Descumprimento dos critérios e condições estabelecidas no edital	2367
44.93 – Abuso do direito de reunião. Inexistência de direitos absolutos ou ilimitados	2367
45.00 – RECUSA DE CHEQUE POR ESTABELECIMENTO COMERCIAL.....	2368
45.01 – Ficha cadastral não aprovada	2368
45.02 – Julgamento equivocado do vendedor.....	2368

TÍTULO IX Apêndice

Capítulo XVIII SÚMULAS E ENUNCIADOS

1.00 – SÚMULAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	2369
2.00 – SÚMULAS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	2370
3.00 – ENUNCIADOS DE RESPONSABILIDADE CIVIL APROVADOS NAS JORNADAS DE DIREITO CIVIL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL	2372

Capítulo XIX

BIBLIOGRAFIA SISTEMATIZADA

1.00 – BIBLIOGRAFIA DE OBRAS E ARTIGOS GENÉRICOS.....	2378
2.00 – BIBLIOGRAFIA TEMÁTICA (OBRAS E ARTIGOS ESPECÍFICOS)	2412
2.01 – Acidentes de trânsito – Circulação de veículos.....	2412
2.02 – Acidentes do trabalho	2418
2.03 – Advogados – Magistrados – Membros do Ministério Público	2418
2.04 – Bancos – Instituições financeiras em geral – Administradores de bancos comerciais.....	2420
2.05 – Cheque.....	2424
2.06 – Concubinato – Concubinos – Conviventes – União estável.....	2425
2.07 – Código de Defesa do Consumidor: Consumo – Consumidores – Fabricantes – Produtores – Prestadores de serviços – Vendedores – Profissionais liberais	2425
2.08 – Construção – Construtores – Incorporadores – Empreiteiros – Engenheiros – Arquitetos	2430
2.09 – Correção monetária	2431
2.10 – Dano estético.....	2432
2.11 – Dano moral – Direito à honra e à intimidade – Assédio sexual – Assédio moral	2433
2.12 – Direito autoral – Direito à imagem – Direito à intimidade – Direito ao nome – Direito da personalidade – Direito intelectual – Propriedade artística, literária e industrial.....	2444
2.13 – Empregador – Empregado	2452
2.14 – Empresas – Empresários – Sociedades comerciais e anônimas – Associações civis – Academias – Supermercados e <i>shopping centers</i> – Hotéis e estalagens – Multipropriedade imobiliária (<i>time-sharing</i>), distribuição, concessão e franquia comercial	2452
2.15 – Energia nuclear – Atividades nucleares	2455
2.16 – Engenharia genética	2457
2.17 – Escritvães – Tabeliães – Notários – Serventuários	2457
2.18 – Honorários de advogado	2457
2.19 – Imprensa e meios de comunicação.....	2457
2.20 – Informática, Internet e comércio eletrônico	2459
2.21 – Licitação.....	2461
2.22 – Médicos – Dentistas – Hospitais – Casas de saúde e tratamento – Transplante de órgãos	2461
2.23 – Meio ambiente – Ecologia	2468
2.24 – Menores de idade (infância e juventude) – Incapazes	2472
2.25 – Pais – Família – Filhos – Guarda – Marido e mulher – Separação e divórcio – Alimentos	2472
2.26 – Processo e procedimento – Prova – Medidas cautelares – Tutela antecipada	2474
2.27 – Responsabilidade civil do Estado e das concessionárias e permissionárias de serviços públicos	2476
2.28 – Seguro e planos de saúde	2487
2.29 – Servidores públicos.....	2489
2.30 – Transporte aéreo, marítimo e terrestre	2489
2.31 – Vizinhança	2494